



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - BNDES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1785/15	DATA: 22/09/2015	
LOCAL: Plenário 7 das Comissões	INÍCIO: 14h33min	TÉRMINO: 18h55min	PÁGINAS: 101

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ROBERTO ZURLI MACHADO - Diretor de Infraestrutura e Insumos Básicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO - Diretor da Diretoria Industrial, Capital Empreendedor e Mercado de Capitais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES.

SUMÁRIO
Tomada de depoimentos.
OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Muito boa tarde a todos.

Cumprimento as Sras. e os Srs. Parlamentares, a imprensa aqui presente, as senhoras e os senhores convidados.

Invocando a proteção divina e em nome do povo brasileiro declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o BNDES.

Dou como lido o expediente, tendo em vista a distribuição do resumo das correspondências recebidas na última semana e a publicação desse extrato na página da Comissão. Cópias dessas matérias poderão ser solicitadas à Secretaria da Comissão.

Informo que, dentro da capacidade de publicação do Portal da Câmara, o inteiro teor dos documentos ostensivos recebidos pela CPI está sendo publicado na página desta Comissão.

Queria agradecer aqui à CGU, que já está representada nesta Comissão, e também ao Tribunal de Contas da União, que atendeu uma solicitação nossa, minha e de vários outros Parlamentares, durante uma visita que fizemos, na semana passada, ao eminente Presidente do Tribunal de Contas da União. Então, agradeço à CGU e ao Tribunal de Contas da União pela parceria e pelo convênio institucional firmado com esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Iniciaremos agora a audiência pública para a tomada de depoimento dos Srs. Roberto Zurli Machado, Diretor de Infraestrutura e Insumos Básicos do BNDES, e Júlio César Maciel Ramundo, Diretor da Diretoria Industrial, Capital Empreendedor e Mercado de Capitais do BNDES.

O depoimento do Sr. Roberto Zurli decorre da aprovação dos Requerimentos nºs 6, de 2015, do Sr. Betinho Gomes, e 130, de 2015, do Sr. José Rocha.

O depoimento do Sr. Júlio César decorre da aprovação dos Requerimentos nºs 6, de 2015, do Sr. Betinho Gomes, 132, de 2015, do Sr. José Rocha, e 190, de 2015, do Sr. Alexandre Baldy.

Informo que os depoentes falarão na qualidade de testemunha.

Os Deputados interessados em interpelar os depoentes deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria da Comissão.



Convido para tomarem assento à mesa os Srs. Roberto Zurli Machado e Júlio César Maciel Raimundo. Informo que V.Sas. prestarão depoimento na qualidade de testemunhas, devendo prestar o compromisso de falar a verdade sobre o que souberem e lhes for perguntado, nos termos dos art. 203 e 210 do Código de Processo Penal.

Advirto que o descumprimento desse dever legal fará incidir sobre si as penas relativas ao falso testemunho, previstas no art. 342 do Código Penal.

Convido o Sr. Roberto Zurli Machado para que possa ler o seu compromisso perante esta Comissão.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa.

Passo a palavra, para que possa fazer também o seu termo de compromisso, ao Sr. Júlio César Maciel Ramundo.

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa.

E, por sugestão do nosso Relator, Deputado José Rocha, nós ouviremos simultaneamente os dois convocados nesta tarde.

Passo a palavra, inicialmente, ao Sr. Roberto Zurli Machado para suas considerações iniciais, pelo tempo de 10 minutos.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, agradeço aqui a oportunidade de vir a esta CPI prestar esclarecimentos sobre a atuação do BNDES, em particular da minha Diretoria, pois sou responsável pelos Setores de Infraestrutura e Insumos Básicos. Primeiramente, eu gostaria de me apresentar. Eu sou funcionário de carreira do BNDES, engenheiro, fui admitido por concurso público no BNDES, em 1984. Por cerca de 18 anos, fui técnico, gerente, chefe do Departamento do Setor de Transportes e Logística. Posteriormente, por 3 anos, fui chefe do Departamento de Telecomunicações e, após, por 5 anos, fui Superintendente da Área de Insumos Básicos. Em junho de 2011, o Presidente Luciano Coutinho, em função da minha experiência no Setor de Insumos Básicos e Infraestrutura, convidou-me para ser Diretor da Área de Insumos



Básicos e Infraestrutura. Eu gostaria de falar rapidamente sobre essas áreas de atuação. A Área de Insumos Básicos é uma área que tem setores muito intensivos em capital, e há uma grande tradição do banco em apoiá-los ao longo dos anos. Existe o Setor de Química e Petroquímica, onde o Brasil tem um déficit estrutural muito importante, a balança comercial brasileira é negativa. E a estratégia do BNDES é atuar na expansão e modernização da capacidade desses segmentos. E aí se inclui também o setor de fertilizantes, porque o agronegócio brasileiro é muito dependente. Então, é um foco importante do BNDES. Outro Departamento que corresponde a outro setor é o de Mineração, Siderurgia e Cimento. Também é um setor em que o Brasil tem uma capacidade exportadora, devido às suas reservas naturais, muito importante. Então, tem projetos em mineração, vários tipos de metais, como em siderurgia também dois grandes projetos exportadores foram financiados nos últimos anos pelo BNDES. Existe outro setor, o Departamento de Papel e Celulose. Com relação a esse Departamento, esse setor, eu gostaria de enfatizar que é um setor onde o Brasil tem uma competitividade muito grande devido às nossas condições climáticas. E é muito interessante que o apoio do BNDES de 2013 a 2015 permitiu o crescimento da capacidade instalada no Brasil de produção de celulose para exportação de mais de 9 milhões de toneladas. Se compararmos que, no início do período de 2003, a capacidade instalada era menor do que 5 bilhões de toneladas, vê-se a importância que esse setor pode ter para melhorar as condições da balança comercial brasileira. E são projetos com grande prazo de maturação, muito intensivos de capital, como eu disse. Então, foi muito importante essa participação do BNDES. Outro setor que também está incluído na área de insumos básicos é um setor também estratégico para o País, que é o setor de petróleo e gás. E o BNDES tem uma visão da atuação do setor petróleo e gás de olhar a cadeia. Além de financiar as empresas produtoras de petróleo propriamente ditas, o nosso foco é financiar e viabilizar a cadeia de fornecedores locais. E, assim, um segmento muito importante é o segmento do setor naval, estaleiros, que é um setor grande produtor de empregos. Atualmente, a nossa estimativa é de que haja 68 mil empregos no setor de construção naval. Então, esse papel do banco em tratar a cadeia produtiva como um todo é bastante estratégico. Falando sobre outro sob minha responsabilidade, o setor de infraestrutura... Na verdade, eu sou responsável



pela área de infraestrutura econômica, como a gente chama, excluída a infraestrutura urbana. Então, o segmento de energia elétrica é o segmento de transportes e logística. Em energia elétrica, temos os setores mais tradicionais de geração, transmissão e distribuição. Um destaque que eu acho que é importante fazer é que, de 2003 até hoje, o BNDES financiou um acréscimo de mais de 50 mil megawatts à matriz energética brasileira, e é muito relevante, porque, no início desse período, a capacidade instalada era de 93 mil megawatts. Então, é um crescimento de quase 50% na capacidade instalada. E, basicamente, o BNDES financiou principalmente os projetos de geração hidrelétrica. E, dentro do setor ainda de energia elétrica, eu gostaria de destacar que um caso de grande sucesso é o segmento de energia eólica. De energia eólica, o Brasil atualmente tem cerca de 7 mil megawatts de capacidade instalada. O BNDES teve uma participação muito importante no financiamento a essa expansão de capacidade que ocorreu ao longo desses últimos anos. E, em particular, a estratégia do banco foi de estimular, através do credenciamento dos equipamentos a serem fabricados no Brasil, em particular as aerogeradoras, as turbinas eólicas. E aí essa estratégia também de cadeia produtiva fez com que fossem instaladas mais de 30 novas instalações industriais no Brasil para desenvolver, ser os fornecedores dos grandes montadores das turbinas eólicas, fazendo com que você gerasse empregos, em grande medida, dentro do Brasil. Então, essa é uma estratégia que acreditamos ser bastante interessante, e cabe ser ressaltada. Em suma, eu diria, essas duas áreas, insumos básicos... Eu já estava esquecendo de comentar: infraestrutura também e o segmento de transporte e logística. Fundamental — não precisa repetir — para competitividade e elevação da produtividade na economia brasileira a redução dos custos logísticos. O BNDES financiou mais de 8 mil quilômetros de concessões de rodovias no setor ferroviário. Houve apoio à construção e à renovação de mais de 2 mil quilômetros de ferrovias. Em termos de material rodante, foram 485 locomotivas, 15 mil vagões. Ou seja, são números expressivos. O BNDES, sem falar no segmento de aeroportos e portos, que foram também fortemente apoiados pelo BNDES. Esse panorama geral, apenas gostaria de dar para colocar a importância desses dois setores de infraestrutura e de insumos básicos, que são segmentos que correspondem acerca de um terço do Orçamento previsto para o BNDES para neste ano. São prioridades do banco. São



investimentos de longo prazo de maturação. Os projetos de infraestrutura em particular têm um baixíssimo grau de investimento. Na verdade, são financiamentos a projetos que têm um índice zero de inadimplência. Os projetos do setor de insumos básicos também são projetos de grande porte e que têm também baixíssimos graus de inadimplência São projetos que geram, em grande medida, seja economia de importações, seja geração de novas divisas cambiais. Então, são projetos que têm um Impacto econômico muito positivo. Então, não querendo me alongar mais, eu apenas gostaria de dar essa ideia geral de todas as áreas em que atuo. Estou completamente à disposição para qualquer esclarecimento, para qualquer questão que seja levantada pelos senhores. E agradeço a oportunidade de me colocar. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Sr. Roberto Zurli.

Passo a palavra o Sr. Júlio César Maciel Ramundo, para que possa fazer também as suas considerações iniciais.

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria também, igualmente ao meu colega, de agradecer a oportunidade de estar aqui hoje nesta CPI para prestar todo e qualquer esclarecimento demandado por V.Exas. Eu gostaria também, como disse aqui na abertura da minha vida convocação, que eu sou responsável por três áreas no BNDES: a área industrial, a área de capital empreendedor e a área de mercado de capitais. Eu também, igualmente ao meu colega Roberto Zurli, tenho praticamente toda a minha carreira profissional dedicada ao BNDES, onde ingressei por concurso público no ano de 92. Tenho atualmente 45 anos. Então, praticamente metade da minha vida é dentro do BNDES, onde eu tive a oportunidade também de desempenhar a minha atividade técnica inicialmente e depois a executiva em diferentes áreas, na própria área industrial, na área de macroeconomia do banco, na assessoria da Vice-Presidência. Eu passei um tempo no exterior em treinamento, me capacitando em projeto do próprio banco. Posteriormente, voltei para a própria área industrial. Tive um tempo dirigindo, como Superintendente, a área social. No ano de 2011, fui convidado pelo Presidente Luciano Coutinho para assumir a Diretoria da Área Industrial, da Área de Mercado de Capitais e da Área de Capital



Empreendedor. Então, sou o Diretor responsável por essas áreas desde o ano de 2011, mais precisamente de maio. Na verdade, eu e o Zurli fomos para a Diretoria do Banco praticamente simultaneamente. Eu vou também falar brevemente das áreas, concentrando um pouco mais na BNDESPAR, que são praticamente as duas áreas de mercado de capitais capital empreendedor, onde eu imagino que haja mais interesse de V.Exas. Mas a área industrial é uma área extremamente importante também do BNDES. É uma área muito tradicional no banco e, basicamente, eu dirijo uma equipe de mais de 150 pessoas, técnicos, todos concursados do banco, ligados basicamente à indústria manufatureira. Essa área se destaca por realizar investimentos, por exemplo, na área de inovação. Então, o banco, nos últimos anos, teve um grande incremento no seu orçamento voltado para a inovação. Cada Departamento da área tem uma agenda muito bem especificada, no sentido de promover a inovação e o desenvolvimento. Só a título de números aqui, nós multiplicamos por oito os desembolsos do banco em inovação ao longo dos últimos anos. É uma área que tem uma agenda que vai desde a economia à cultura. Então, é uma coisa muito interessante. Por exemplo, a gente procura ampliar desde a produção de filmes e de animação, onde o Brasil tem uma enorme competência, inclusive internacional, até passando por agendas ligadas à inovação de biotecnologia, na área de tecnologia da informação e de comunicação. Então, é uma área que tem uma agenda muito importante, histórica, e tem muito a contribuir, com certeza, no futuro. Como eu disse anteriormente, eu vou concentrar, falar um pouquinho mais da BNDESPAR, obviamente dentro do meu tempo. O primeiro ponto que eu gostaria de ressaltar a respeito dessas duas outras áreas é o caráter institucional da BNDESPAR. A BNDESPAR foi fundada — originalmente eram três empresas — em meados da década de 70, simultaneamente ao momento em que o Brasil fazia grandes avanços institucionais no mercado de capital. Ela é contemporânea, por exemplo, da Lei das Sociedades por Ações. Então, foi num momento muito importante em que a BNDESPAR foi criada. Ela é uma companhia aberta. Então, nesse sentido, a BNDESPAR presta todas as contas, envia documentações, dados e responde a questionamentos da CVM. Ela é auditada como uma empresa 100% do BNDES. Ela é auditada também pelo TCU, pela CGU e também responde a questionamentos da própria CVM, eventualmente, em



determinadas circunstâncias. É importante também, sob o ponto de vista institucional, colocar que a BNDESPAR atende e respeita todos os mesmos procedimentos que existem para o BNDES. Sob o ponto de vista dos procedimentos internos, então, a BNDESPAR recebe pleitos de empresas. Ela tem o mesmo modelo de procedimentos de decisões colegiadas. São decisões compartilhadas. Não há decisão individual, pessoal, dentro da tramitação das operações da BNDESPAR. E essas decisões têm diferentes níveis, de forma que aquilo que foi dito anteriormente, em outras sessões aqui, a respeito do número de pessoas envolvidas nas operações, se aplica igualmente à BNDESPAR. Nós temos um comitê com todos os superintendentes, equipe de análises, até a decisão final da Diretoria do Banco, que sempre se dá embasada por proposituras e baseada em informações técnicas. O segundo ponto que eu gostaria rapidamente de destacar a respeito da atividade de renda variável ou da BNDESPAR no BNDES é a questão do papel institucional que ela tem tido no mercado de capitais brasileiro. O primeiro ponto diz respeito à questão do ambiente regulatório e de autorregulação. A BNDESPAR foi não unicamente uma testemunha, mas uma grande impulsionadora do novo mercado. A primeira empresa que foi ao novo mercado no Brasil teve investimento da BNDESPAR. As normas do novo mercado foram todas recepcionadas, discutidas e implementadas muitas vezes com discussões com pessoas que, pela sua experiência, faziam parte do quadro do BNDES. A BNDESPAR recentemente editou um guia de boas práticas — isso é autorregulação — na área de *venture capital*, de capital de risco. Mais recentemente também, em medidas que passaram por esta Casa, a BNDESPAR atuou em conjunto com outras instituições do Brasil no sentido de criar o mercado de acesso, de ampliar as possibilidades do mercado de acesso, porque, diferentemente de outros países, no Brasil nós não temos ainda desenvolvido um mercado de Bolsa pujante ou forte para empresas menores. Um segundo ponto importante nessa agenda de mercado de capitais da BNDESPAR diz respeito ao lançamento de novos produtos. A BNDESPAR tem, no seu histórico de mais de 40 anos, a vanguarda. Muitas vezes, ela é quem introduz ou quem impulsiona uma série de produtos e instrumentos de mercado de capitais. Eu posso citar aqui o uso das debêntures conversíveis. O BNDES é um grande investidor, por meio da BNDESPAR, em debêntures





convertíveis, toda regulamentação que é atendida nos contratos do BNDES. A criação de fundos de índices. O BNDES foi o precursor do primeiro fundo de índice por meio de atividade da área de mercado de capitais do mercado de índice, que é um fundo que permite uma maior facilidade de o pequeno poupador investir na Bolsa de Valores. O PIBB, que foi lançado em 2004, e depois uma segunda edição em 2005, na sua segunda edição, teve 120 mil investidores pessoas físicas, a partir de uma operação que foi estruturada dentro do BNDES. O BNDES tem uma grande tradição no apoio a fundos de capital de risco. É o maior investidor dos fundos de capital semente no Brasil. O BNDES lançou o primeiro fundo de carbono ligado a empresas que tinham compromisso de auditar a pegada de carbono. A BNDESPAR é uma emissora frequente dentro das melhores práticas de debêntures no mercado brasileiro. A BNDESPAR, finalmente, num terceiro ponto, trabalha muito em todas as suas operações pelo crescimento no sentido de levar as empresas ao mercado de capitais. Então, só um único dado: no ano passado, em 2014, a única operação que foi ao mercado numa abertura de capital foi uma empresa investida da BNDESPAR. O terceiro ponto que eu gostaria também de sublinhar aqui é o apoio a planos de negócio e investimento de empresa de todos os tamanhos. A BNDESPAR tem investimentos diretos e indiretos em quase 300 empresas — são quase 300 empresas. Somente em capital semente são mais de 50, e nos próximos anos deverá ultrapassar 100 empresas. O BNDES é um dos maiores investidores em empresas em tecnologia da informação. Temos mais de 50 empresas investidas nessa área. Todas as empresas de *software* que estão na bolsa brasileira têm a digital do BNDES. O BNDES foi investidor e foi também financiador dessas empresas. O BNDES tem quase, por meio dessas atividades, 1 bilhão investido em biotecnologia, em microeletrônica, em automação e em bens de capital. E a BNDESPAR tem um papel também muito importante nesses pequenos investimentos, nesses investimentos menores, mas muito importantes sob o ponto de vista da inovação e da promoção do empreendedorismo... Ela é gestora de um portfólio muito grande, que tem um papel muito importante no sistema BNDES. A BNDESPAR, ao produzir resultados, permite que o BNDES reduza os *spreads* cobrados nas suas outras linhas, inclusive das menores empresas. É a busca de um retorno extraordinário que possa, como banco de desenvolvimento, ser colocado



para as melhores empresas. Finalmente — e eu já termino, Sr. Presidente — a BNDESPAR — e este é o quarto ponto — é uma empresa extremamente lucrativa. Desde 2003 até o último semestre de 2015, nós acumulamos mais de 27 bilhões de lucros, que são apropriados 100% pelo BNDES e indiretamente pelo Tesouro Nacional. Ela é geradora líquida de recursos. Então, a BNDESPAR, também desse período, gerou mais de 30 bilhões de caixa líquido para o Sistema BNDES como um todo. Então, em resumo, nós temos uma área e uma empresa de participações lucrativa, mas ela não pode e não é unicamente lucrativa. Nós temos uma área de participações societárias em um banco de desenvolvimento. É uma área de participações societárias em um banco de desenvolvimento. Então, nós utilizamos as melhores técnicas de mercado de capitais, as melhores técnicas financeiras e a visão de portfólio para poder, ao mesmo tempo, ser lucrativo, gerar retorno e implantar uma agenda de desenvolvimento para o Brasil. Eu agradeço, Sr. Presidente, pelo tempo que me foi concedido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa.

Passemos agora à fase das interpelações. Primeiramente, ouviremos o Relator. Depois, passaremos a palavra aos autores dos requerimentos e, finalmente, seguiremos a ordem de inscrição.

Concedo a palavra neste momento a S.Exa. o Relator desta CPI, Deputado José Rocha.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Sr. Presidente Marcos Rotta, Sr. Vice-Presidente Miguel Haddad, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar aqui o Sr. Júlio César Maciel Ramundo, Diretor da Diretoria Industrial, Capital Empreendedor e Mercado de Capitais do BNDES, e o Sr. Roberto Zurli Machado.

Quero, inicialmente, dirigir minhas perguntas ao Sr. Júlio César Maciel Ramundo, e começo pela sua participação como Diretor Industrial.

Em 2008, Sr. Júlio César, foi concebida pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Presidente do Banco Central a Resolução nº 3.615. Este ato normativo alterava regra sobre limite de exposição por cliente no setor petrolífero apenas para o BNDES. Ela também liberava o BNDES — e somente o BNDES — de cumprir exigências previstas em outra norma do Conselho Monetário Nacional. Entre as normas que não precisariam ser cumpridas pelo banco, estava o limite máximo de



exposição por cliente em operações no mercado de capitais, área atualmente dirigida por V.Sa. Qual é a sua avaliação acerca da influência do Poder Executivo em decisões do BNDES? Qual é o procedimento adotado pelo BNDES quando algum de seus órgãos técnicos desaconselha a prática de determinada operação? É possível que a Diretoria ou outro órgão do banco designe outra equipe ou servidor para fazer a mesma análise? E já ocorreu isso? As participações societárias em empresas do Grupo EBX são marcadas a mercado? Quais foram as perdas patrimoniais do BNDES com a desvalorização desses ativos? A aposta no Grupo EBX revelou a necessidade de revisão de procedimentos por parte do banco?

Quanto a BNDESPAR custou aos cofres do Tesouro Nacional no período de 2003 a 2015? É verdade que a BNDESPAR escolhe os campeões nacionais e investe somente em empresas grandes em setores sem relevância estratégica para o País e com pouca inovação? O senhor considera normal a BNDESPAR investir dinheiro público comprando ações de empresas e perder esse dinheiro? Um ex-Presidente do BNDES, Sr. Carlos Lessa, entende que a BNDESPAR não deveria existir. O senhor concorda com essa afirmação? Qual a contribuição da BNDESPAR para o BNDES e para o desenvolvimento do País? Em relação aos frigoríficos, quanto a BNDESPAR investiu e quanto perdeu no investimento feito nesse setor? Como explicar a quebra dos frigoríficos pequenos após os aportes direcionados da BNDESPAR para os grandes frigoríficos? Por que os pequenos não recebem o dinheiro do BNDES?

Com relação ao Independência e ao Marfrig, como essa operação chegou ao BNDES? Em que dados a BNDESPAR se baseou para fazer esse investimento em relação ao Independência? O BNDES se vangloria de sua capacidade técnica. Então, como explicar que investiu numa que quebrou meses depois? O BNDES foi enganado? Quanto o BNDES investiu na LBR? Qual foi a perda? Por que o BNDES investiu nesta empresa?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Como são muitas perguntas, Deputado José Rocha, acho melhor deixarmos o Sr. Júlio César responder aos questionamentos de V.Exa. Depois, V.Exa. retoma a sua linha de questionamentos.



Passo a palavra ao Sr. Júlio César e peço a S.Sa. somente agilidade e brevidade, porque nós temos vários outros Parlamentares querendo fazer questionamentos a S.Sa.

V.Sa. tem a palavra.

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado José Rocha. Anotei aqui 13 perguntas e vou procurar respondê-las bem direta e rapidamente. O senhor me pergunta acerca da questão da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.615, que trata dos limites de exposição. O BNDES questiona especificamente sobre a influência do Poder Executivo nas decisões políticas, influência política do Poder Executivo no BNDES. Pergunta também se, quando desaconselhado por uma equipe técnica do banco, se outra equipe, se já ocorreu. Bom, o BNDES recepciona todas as normas relativas à sua atividade, que é uma atividade bancária. Nesse sentido, especificamente quanto à resolução, que é uma resolução emanada externamente ao BNDES, e o BNDES a cumpre. A respeito de influência política, eventual influência política nas decisões do BNDES, eu quero dizer que o BNDES, conforme nós colocamos aqui, tem um processo absolutamente consagrado em mais de 60 anos de decisões colegiadas compartilhadas, de forma que não há ingerência na forma como o BNDES atua nas suas operações. As operações são analisadas pelas equipes técnicas do banco, tramitam em diferentes colegiados, em diferentes órgãos, por diferentes pessoas, e essas informações são levadas, com um parecer técnico, para a decisão final da Diretoria do BNDES. O senhor me pergunta se já houve, por exemplo, troca de equipes. Acontece em dois momentos, na verdade, a recusa de um projeto que chega ao BNDES por pleito das empresas. A primeira situação é quando essa operação não se enquadra nas políticas do BNDES ou nas regras de crédito que são colocadas pelo banco. Nesse sentido, o comitê de crédito, que é também informado por uma equipe técnica que faz a avaliação dos pleitos, decide se esse pleito vai à frente ou não. Uma segunda situação é uma situação em que essa operação é enquadrada, analisada e depois levada à Diretoria do Banco. Eu quero dizer ao senhor que, nos 22 anos que eu tenho no banco, eu já presenciei situações de operações que foram, sim, negadas, negadas à Diretoria, inclusive em situações em que eu era, seja superintendente ou mesmo diretor, com a recomendação, e não



presenciei em nenhuma situação uma ocorrência em que seja trocada uma equipe. Então, essa foi a sua primeira pergunta. A sua segunda...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Houve revisão de decisão?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Não, não presenciei revisão de decisão. Não, não presencio revisão de decisão. O que acontece em determinadas situações é que a Diretoria do Banco pede que sejam aprofundadas, às vezes, determinadas situações para melhorar a qualidade técnica da análise do banco. Mas sempre a mesma equipe. Isso é feito pela mesma equipe, sem troca de equipe. Mas situações em que a operação teve uma negativa da equipe do banco e que isso voltou ou foi transferido para outra equipe, eu nunca presenciei nos meus 22 anos de BNDES. A respeito da questão da marcação a mercado das operações da EBX. Todas as operações do BNDES têm duas situações de registro no balanço do BNDES. Tem uma situação que é de valor justo, valor de mercado ou valor de avaliação. Quando é uma empresa fechada diz respeito à avaliação permanente que é feita daquele ativo, que sofre o chamado teste de recuperabilidade. Então, essa é uma situação. A outra situação é uma situação em que, tendo mais de 20% de participação, nós registramos pelo método de equivalência patrimonial. Todas as operações da EBX de empresas abertas são marcadas por preço de ação. A propósito, essa sua pergunta é muito boa, porque eu gostaria de dizer que a carteira da BNDESPAR tem cerca de 90% das suas ações, 90% das suas ações, por volta disso, marcadas a mercado. Isso é levado ao patrimônio do BNDES. Então, o patrimônio da BNDESPAR e, por conseguinte, do BNDES registra permanentemente essa situação do valor de mercado. Algumas situações de empresas fechadas são registradas pelo valor contábil do investimento e permanentemente são revistas pelas equipes técnicas do BNDES e pelos auditores externos, que, vislumbrada determinada situação, pedem que seja feito o teste de recuperabilidade. Então, essa sua pergunta é relativa ao Grupo EBX.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - E a perda?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - A perda referente ao Grupo EBX. O banco realizou investimentos em algumas empresas do Grupo EBX. No que diz respeito aos financiamentos, não houve nenhuma perda. Houve situações em que nós tivemos... Ou esses investimentos, esses financiamentos estavam em dia



ou essas garantias foram executadas, inclusive fianças bancárias, ou uma terceira situação em que esses ativos foram vendidos para outro acionista, e esse acionista permanece em dia. Mas, nesse momento, essa empresa até deixa de ser do Grupo EBX. No caso das operações de renda variável, nós fizemos investimento em algumas empresas do Grupo EBX, e ao longo do tempo algumas delas mudaram de mãos também durante esse período. Então, situação de empresa do Grupo EBX em que na contabilidade geral o BNDES não realizou perdas em empresas que tenham sido dirigidas pelo Grupo EBX. Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Por que elas tiveram perda, e o banco não?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Pois é. Porque o BNDES não investiu... Essa é uma pergunta... Eu não sei se o senhor quer falar. O Sr. Relator me pergunta como é que teve perda, e o BNDES não teve. Essa sua pergunta me permite fazer aqui, Deputado, dar um dado. O Grupo EBX levantou em *equity* no mercado cerca de 25 bilhões de reais ao longo do período. O BNDES investiu uma fração disso nessas empresas do Grupo EBX. Em algumas delas, como era o caso da operação de logística portuária, o BNDES fez lucro. Individualmente, essa empresa depois passou de mãos. No caso da empresa de... Tem uma empresa também que nós investimos, de semicondutores. Essa empresa está em fase final de implantação. Ela foi vendida também para outro grupo. Então, deixou de ser do Grupo EBX. Nós fizemos investimentos secundários, ou seja, não foram investimentos diretamente na empresa EBX. Na empresa OGX, por exemplo, foi a grande *débâcle*, vamos dizer assim, o grande problema do Grupo EBX. Nós fizemos investimentos secundários. Nós compramos ação em mercado com o objetivo de formar um fundo, um fundo que depois foi exatamente esse fundo que eu citei na minha introdução aqui, que é o fundo de índice de carbono. Fizemos investimentos originalmente em uma empresa de energia do Grupo EBX, àquele momento chamada MPX. Fizemos em 3 momentos: no momento inicial, em que essa empresa abriu o capital. Depois, fizemos um investimento em uma operação de debênture conversível, em que o BNDES investiu parte dessa operação. A outra parte foi investida pelo próprio controlador, pelo Fundo Gávea e por outros investidores do mercado de capitais. Essa empresa foi a empresa de energia do Grupo X que tem



operações de energia de gás e de carvão. Essa empresa foi investida pelo Grupo E.ON, no ano de 2012, em um primeiro investimento. Em julho de 2013, depois da *débâcle* do Grupo EBX, ou no auge dos problemas, o Grupo E.ON avançou no seu investimento, de forma que ele passou a quase 40% do capital dessa empresa. O Sr. Eike Batista deixou inclusive de ser o Presidente do Conselho dessa empresa, deixou o Conselho de Administração. Essa empresa mudou de nome. Essa empresa, depois da assunção do Grupo E.ON, teve alguns problemas derivados de operações. E, por conta disso, ela chegou a uma situação em que teve que pedir recuperação judicial. Então, essa foi uma operação em que o BNDES fez investimentos que não foram bem-sucedidos, mas foi uma empresa que passou à liderança do Grupo E.ON. O Grupo E.ON é a maior operação de energia da Alemanha; investiu 4 bilhões, entre 3,5 e 4 bilhões somente nessa operação. De forma que o BNDES sempre esteve acompanhado de investidores internacionais. Essa empresa deixou de ser do Grupo X. Então, eu acho que eu falei de todas as empresas que investimos. O senhor pergunta sobre a questão de revisão de procedimentos. Eu só anotei revisão de procedimentos. Então, eu queria que, se fosse possível, o senhor repetisse a sua pergunta.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Em relação à EBX?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Ah, sim, sim... Não, não houve nenhum tipo de... Não, não houve nenhum tipo de revisão de procedimentos da BNDESPAR em função dos investimentos. Se me permite dizer também, a BNDESPAR é uma empresa que tem investimento, como eu disse antes aqui, em um leque grande de empresas. Então, a avaliação sobre investimentos específicos precisa ser feita, mas a lógica do investimento de uma empresa de participação é sempre no conjunto dos seus investimentos. Por quê? Porque uma empresa de participação toma efetivamente risco, e em várias situações, diferentemente do crédito, o risco é maior. E ela pode vir a perder em uma determinada operação, que é compensada por outra operação na qual ela tem sucesso. A informação de que nós temos aqui 27 bilhões de lucro da BNDESPAR ao longo de todo esse período, na opinião do BNDES, demonstra que a BNDESPAR é uma empresa de sucesso — inclusive os seus indicadores são muito próximos, por exemplo, dos principais índices de mercado. Quanto a BNDESPAR custou para o Tesouro Nacional? A



BNDESPAR não custou nada para o Tesouro Nacional. Na verdade, a BNDESPAR, ela, individualmente, gera os seus recursos, seja pela própria venda das suas operações, normalmente com lucro; e ela também emite títulos em mercado. Então, nesse sentido, ela é uma empresa que gera recursos, os quais usa para fazer investimentos. Nesse sentido, a BNDESPAR gera recursos para o Tesouro, porque, ao dar lucro, esses lucros são apropriados pelo BNDES e, dessa forma, são transferidos ao Tesouro Nacional. Escolha de campeões e se não deveríamos investir mais em inovação. A política do BNDES é uma política na qual nós recebemos os pleitos das empresas. O BNDES, como já foi dito aqui várias vezes, opera com 800 das mil maiores empresas brasileiras, a partir de políticas e planos que são colocados nas diretrizes do Governo Federal, que são recepcionados pelo banco como executor da sua política produtiva. Nesse sentido, o que houve foi uma política de fortalecimento das empresas brasileiras, da sua internacionalização ao longo do tempo, e o BNDES fez investimentos baseado em uma política que procurava projetar internacionalmente cadeias nas quais o Brasil tem vantagens competitivas, a exemplo do que nós já observamos também no setor, como citou o meu colega Roberto Zurli, de celulose. O banco executou essa política com resultados positivos. Vale dizer que o BNDES tem uma atividade permanente de tentar ampliar ao máximo o acesso das pequenas empresas. A esse respeito vale dizer que nos últimos anos o BNDES teve mais de 450 mil operações com empresas que antes não tinham acesso ao BNDES, notadamente empresas pequenas, muito favorecidas, por exemplo, pelo cartão BNDES, que hoje está em todos os Municípios brasileiros e faz operações da ordem de 20 mil reais como tíquete médio. Então, o banco tem uma preocupação de atingir... Especificamente na área de participações, nós temos a preocupação permanente de ampliar o acesso também das pequenas empresas. Desde 2006, nós dobramos a participação das micro, pequenas e médias empresas na carteira da BNDESPAR. E nós temos — na verdade, essa foi uma incumbência que o Presidente Luciano me deu ao assumir a Diretoria — que ampliar o acesso das empresas, sobretudo por apoio ao empreendedorismo no Brasil. Como eu coloquei aqui na abertura, o banco é o principal — eu ousou dizer — investidor em planos de empresas inovadoras e de base tecnológicas. Todas as três empresas brasileiras de *software* que estão na Bolsa e se tornaram sucesso receberam





investimentos tanto de financiamento, como de crédito. Mais de 50 empresas de TI receberam investimento. Há uma empresa do fundo de capital semente, que recebeu investimentos do CRIATEC, que é o fundo do BNDES, que ganhou um prêmio no Fórum Econômico Mundial alguns anos atrás. Essas empresas buscam patentear os seus produtos, têm crescimento, geraram centenas de novos produtos. São todas empresas investidas majoritariamente por fundos do BNDES. O senhor me pergunta sobre a opinião do ex-Presidente do BNDES que esteve aqui nesta CPI. Eu quero dizer do meu profundo respeito e admiração. O Prof. Lessa foi meu professor na universidade, mas eu vou me permitir discordar do Presidente Lessa nesse específico quesito. Eu acredito que o processo de desenvolvimento do Brasil precisa ter um mercado de capitais forte, pujante, ativo, e o BNDES e a BNDESPAR são elementos — sobretudo a atuação via BNDESPAR — importantes para induzir isso também. Nós estamos atualmente procurando trazer essas operações de mercado de capitais para o BNDES. Há uma série de iniciativas em curso. Hoje em dia isso está explícito na política operacional do banco. E nós acreditamos que o mercado de capitais é um mecanismo importante, complementar para dar *funding* para os investimentos de longo prazo do Brasil. Então, eu discordo do Presidente Lessa por dois motivos: pela importância que o mercado de capitais tem na agenda de desenvolvimento do Brasil e pelo fato de que a participação do BNDES permite que pequenas empresas de base tecnológica tenham acesso aos dados do BNDES. Frigoríficos. Nós investimos 12,4 bilhões e temos um resultado positivo entre o que investimos, o que recebemos e o que ainda temos em carteira, superior a 5 bilhões. Dependendo do dia, esse montante varia, podendo chegar próximo a 6 bilhões. Problemas derivados da quebra de frigoríficos, problemas com os pequenos frigoríficos, que o senhor colocou aqui. É importante mencionar que o BNDES tem a obrigação e a preocupação permanente com todas as empresas do País. Nós tivemos a oportunidade com o Presidente Luciano, em uma sessão anterior aqui desta CPI, de oferecer o banco permanentemente. Nós estivemos com representações. O banco faz reuniões frequentes com representantes de classe. Essas empresas sofreram muito em momentos em que houve ou crise internacional ou fechamento de mercados importantes para a exportação brasileira, que mexem muito com a dinâmica do setor. Então, nós gostaríamos de, novamente, colocar o BNDES à



disposição. O que for possível o banco implementar em termos de políticas de apoio, políticas produtivas, o banco assim fará. Marfrig e Independência, como essas operações chegaram ao BNDES? Essas operações chegaram como toda e qualquer operação chega a todos os outros.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - E os outros? A JBS também?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - JBS. Todas essas operações chegam a partir de demandas das próprias empresas, todos os casos. Em alguns casos, eram empresas até abertas em mercado. Por exemplo, a primeira operação da Marfrig que foi feita pelo banco, o banco participou em uma operação de mercado da própria abertura de capital. Então, foi a operação mais aberta possível, que é uma operação de mercado. Em todos os casos em que há demanda para o BNDES, essas demandas são colocadas formalmente pela empresa ao BNDES. Então, a empresa que sempre toma a iniciativa. O banco não toma iniciativa. A respeito do Independência, o senhor me pergunta sobre quais dados. O Frigorífico Independência, no momento do investimento do BNDES, tinha uma série de destaques na sua atuação. Esses foram elementos importantes na tomada de decisão do BNDES naquele momento. Eu vou dar aqui três elementos importantes. O primeiro era a atuação do Frigorífico Independência nas suas relações com seus produtores e mesmo nos produtos que colocava. Ele se destacava por opiniões que não eram só do BNDES — na verdade, era uma opinião de mercado — a respeito dos seus critérios de sustentabilidade, do apoio ao produtor, de mecanismos que eles tinham de remunerar a genética, remunerar a melhor matéria-prima. Havia várias plantas com níveis de certificação que não havia em nenhuma outra. Certificação no grau que havia no Frigorífico Independência não se encontrava em várias outras operações de conhecimento do BNDES. Então, esse era um primeiro ponto. O segundo ponto importante era o seguinte: o Frigorífico Independência, naquele ano e no ano anterior, acessou o mercado internacional de crédito. Isso significa que ele passou pelo crivo de agentes internacionais, de bancos multinacionais que colocaram esses títulos no mercado internacional. Era um elemento importante de dados para o BNDES, no que diz respeito aos elementos que qualificavam o Frigorífico Independência naquele momento, apesar de ser uma empresa fechada. O terceiro ponto é diretamente relacionado a essa minha última



frase: o Frigorífico Independência naquele momento tinha uma série de elementos que o qualificavam como uma empresa avançada em termos de governança. Por exemplo, ele já tinha uma página que, de certa maneira, emulava um relacionamento com investidores. Ele publicava balanços trimestralmente. Então, ele tinha elementos nesse conjunto que deram à equipe do BNDES, na análise que foi feita pela equipe técnica do banco, a base para propor à Diretoria do Banco a decisão de investimento no Frigorífico Independência. O que ocorreu? O BNDES foi surpreendido. Na verdade, o BNDES recebeu a informação poucos dias antes do pedido de recuperação judicial do Frigorífico Independência. E o BNDES foi surpreendido com a mudança muito drástica da situação do Frigorífico Independência de um momento para o outro. Era o pós-crise internacional.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - O banco não acompanha?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - O banco acompanha, e os elementos que eram levados ao banco, durante todo o período até aquele momento, eram elementos que não acendiam nenhuma luz no que diz respeito à normalidade. Aí vou dar mais um dado para o senhor, Sr. Relator, que eu julgo muito importante: poucos dias antes do pedido de recuperação judicial do Frigorífico Independência, houve a concessão de um crédito internacional por dois bancos multinacionais — isso foi amplamente divulgado na imprensa brasileira —, crédito adicional no Frigorífico Independência, poucos dias antes do pedido de recuperação judicial. De forma que, mesmo essas instituições, que são instituições multinacionais, instituições de mercado, elas decidiram dias antes do pedido de recuperação judicial por aumentar o crédito, por dar novos créditos ao Frigorífico Independência. De modo que o BNDES foi surpreendido nessa situação. Sua última pergunta diz respeito aos investimentos que fizemos na LBR. O investimento na LBR — essa é a última pergunta — foi feito com duas modalidades do BNDES: foram debêntures conversíveis e ações, subscrição de ações. Foram 450 milhões em ações e 250 milhões em debêntures. Isso foi na operação que originou a LBR. A LBR enfrentou uma série de problemas depois do investimento do BNDES, de forma que ela, ao final do ano de 2013, entrou com pedido de recuperação judicial. E o BNDES, como norma da sua contabilidade, que é regida pela prudência no caso dos investimentos do BNDESPAR, diante da baixa possibilidade de recuperabilidade daqueles



investimentos, o BNDES baixou esses investimentos, esse volume de investimentos de 700 milhões de reais. Essa sua pergunta a respeito da LBR me permite dizer que o BNDES realizou esse investimento motivado por uma situação que eu julgo da maior importância: o setor de laticínios no Brasil é a sexta área mais importante do agronegócio brasileiro. Nós temos o segundo maior rebanho leiteiro do mundo e estamos na quarta posição em termos de produção, mas esse número da quarta produção esconde um problema sério que nós temos e que nós precisamos superar no agronegócio, que é a necessidade premente de aumento de produtividade nesse setor. Há estudos que demonstram que um aumento de produtividade de 1% dobra a renda depois nessa cadeia de produtores, de forma que nós poderíamos, se levássemos a produtividade brasileira à média internacional — à média, não estamos falando ao topo —, quadruplicaríamos a renda nessa área no Brasil. Então, é uma área importantíssima que merece atenção de política pública e que precisa da atenção das autoridades brasileiras. Desculpe-me se me alonguei. Espero ter respondido às suas perguntas.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Quanto perdeu? O banco perdeu quanto?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Nós levamos à baixa a totalidade desses investimentos. Nós ainda temos ações na LBR. Essas ações ainda estão... a empresa está em recuperação judicial, o que significa, sob o ponto de vista formal, que nós ainda somos sócios da companhia. Ela é uma empresa em recuperação judicial, mas nós baixamos todos esses investimentos por prudência. Então, no balanço do BNDES, sob o ponto de vista contábil, está zerado. Nós zeramos por prudência. E volto a dizer aqui: no âmbito de uma operação de uma empresa de participações, a avaliação do portfólio é uma avaliação importante para se ter em conta. Por quê? Porque, ao ter um portfólio, isso permite que um banco como o BNDES, que não é única e exclusivamente, quando faz investimentos como esse, um banco com um fundo de ações, ele tem por trás uma estratégia, uma agenda de desenvolvimento. Foi isso que motivou os investimentos que o BNDES fez nesse setor e em vários outros setores ao longo da sua história, na opinião do BNDES, com enorme sucesso, com um grande sucesso.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Bem, Sr. Presidente, vou me dirigir ao Roberto Zurli Machado, Diretor de Infraestrutura e Insumos Básicos do BNDES.

Sr. Zurli, em suas falas nesta CPI, os membros da Diretoria do BNDES afirmaram que as operações de financiamento das exportações de serviço não tinham objetivo de ampliar relações comerciais com os países beneficiados pelos contratos. Nesse caso, não me parece claro que os investimentos no exterior são mais interessantes do que os feitos no Brasil. V.Sa. poderia esclarecer essa questão?

Em depoimento a esta CPI, o ex-Presidente do BNDES, Carlos Lessa, afirmou que o subsídio em si não é pecado nem virtude. A sua qualificação depende de seus objetivos e de como é utilizado? Como eram definidos os objetivos da política de subsídios praticada pelo BNDES? Onde estão disponíveis para que possam ser conhecidos e para que as políticas realizadas por meio do banco possam ser avaliadas? Segundo relato do Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, as empresas que apresentam projetos ao BNDES muitas vezes já conseguiram contratos. É presumível então que poderiam executar obras quando se tratar de projetos de infraestrutura, ainda que não tivessem acesso ao crédito do BNDES. De que instrumentos o BNDES se vale para assegurar que a vantagem decorrente do crédito subsidiado não seja revertida exclusivamente para a margem de lucro das empresas?

Fico por aqui, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Passo a palavra ao Sr. Roberto Zurli Machado, para que possa responder aos questionamentos do eminente Relator.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Agradeço ao Deputado pelas colocações e pela oportunidade de esclarecê-las. Os investimentos em infraestrutura no Brasil são de longe muito mais relevantes no orçamento de desembolso do BNDES do que os financiamentos em captação. Todas as demandas por projetos de infraestrutura que chegam ao BNDES são avaliadas e não é por falta de recursos que eles eventualmente não tenham sido apoiados. Eles somente não são aprovados por uma questão crédito ou avaliação de crédito ou avaliação específica daquela matéria, mas não por falta de recursos disponíveis. Como mencionei na



abertura, o banco tem um orçamento para 2015, somente para infraestrutura em energia elétrica, transportes e logística de 33 bilhões de reais. É um volume bastante expressivo com o qual procuramos atender a todos os projetos que estão em nossa carteira. Então, esse volume é muito mais significativo do que o volume destinado ao financiamento das exportações. De qualquer forma, não há como comparar. O financiamento a exportações tem seu mérito próprio porque gera emprego e renda no Brasil, porque os recursos dos financiamentos são desembolsados no País para viabilizar essas exportações, e a infraestrutura brasileira é viabilizada através de projetos, de concessões, de leilões para os quais o BNDES divulga as condições financeiras previamente. E as empresas, conhecedoras dessas condições financeiras, participam de forma competitiva nos leilões de maneira geral. Posteriormente, a empresa que vence o certame apresenta a sua proposta ao BNDES. Aí eu procuro endereçar a questão que, na verdade, é a sua terceira pergunta. Desculpe-me por mudar um pouquinho a ordem. Na verdade, o fato é se ter um financiamento de longo prazo com uma taxa barata, mas compatível com investimentos de longo prazo de maturação. E digo isso porque, ao participarem dos leilões, as empresas de infraestrutura têm conhecimento das condições do BNDES e por essa razão participam do leilão. Porque um projeto de infraestrutura de uma usina hidrelétrica, de uma usina eólica ou de uma ferrovia não é viabilizado só com recursos de capital, ele precisa de financiamento de longo prazo. E a infraestrutura tem a característica de precisar ser financiada em moeda local. Então, o acesso a recursos em dólar ou em moeda forte não viabiliza o projeto. Estará ali um risco cambial muito elevado. Então, o modelo que se tem, que se adotou e que foi muito forte nesse período, com financiamento em moeda local e TJLP, permitiu o apoio do banco a esses projetos e viabilizá-los. Com isso, houve uma competição importante, até com um foco grande na modicidade tarifária no setor elétrico, que é bem conhecida. Com relação à observação do Prof. Lessa a respeito da questão do subsídio e a política de subsídios do BNDES, a política econômica é estabelecida pelo Governo Federal, e o BNDES é uma instituição de Estado. O BNDES tem os seus recursos disponíveis... Ele aplica, faz um procedimento de análise de crédito, uma análise, como já foi mencionada, impessoal e sem nenhum grau de subjetividade dentro de suas políticas operacionais e procura financiar os projetos



olhando o seu retorno e olhando os seus benefícios econômicos e sociais. O BNDES financia os projetos de acordo com o custo dos seus recursos disponíveis, se remunerando para tal. O BNDES não tem nenhuma política de subsídio. O BNDES, o que ele procura fazer é, dentro dos recursos disponíveis... O BNDES não tem a totalidade do seu orçamento, por exemplo, em recursos em TJLP — são os recursos escassos, recursos mais baratos —, ele tem outras fontes de captação mais caras. Então, o BNDES procura aplicar... Por exemplo, em infraestrutura, há um privilégio do uso, da disponibilidade de recursos TJLP. Outros projetos não menos importantes, mas que têm capacidade, seja exportadora, como eu mencionei... Projetos muito importantes: projetos de plantas de celulose voltados à exportação. O BNDES aloca uma parcela expressiva do financiamento em moeda estrangeira, que são recursos a custo de mercado, e a combinação dessas moedas mais caras com moeda mais barata dá ainda um custo, em média, ainda que... Facilita esse investimento de longo prazo, mas, ao mesmo tempo, poupa a TJLP para os projetos em segmentos onde o retorno do projeto, o prazo de maturação não permite que esses recursos, esses projetos sejam financiados com taxas mais elevadas. Então, o BNDES, o que ele faz, através de sua política operacional, é procurar dar prioridade aos segmentos de acordo com a sua capacidade de realização e a capacidade de pagamento dos projetos. Então, esta é a estratégia. Espero ter esclarecido as questões.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Vou fazer mais uma pergunta — foi até matéria do *Valor Econômico* de hoje — como é que o BNDES, que capta esses recursos do Tesouro, que recebe recursos do Tesouro, que capta a SELIC 14, 25% e financia a 6,5%, como o banco vai retornar esse dinheiro ao Tesouro? Qual é a conta que vai ser feita para que o banco retorne esse recurso ao Tesouro?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - É... Perfeitamente, Deputado. O BNDES recebeu recursos de empréstimo do Tesouro que têm um prazo longo de pagamento compatível com o prazo dos financiamentos. Então, no passivo do banco, você tem esses empréstimos do Tesouro. No ativo do banco, sempre há projetos também de longo prazo de maturação. E há uma total compatibilidade entre as aplicações dos recursos em projetos prioritários com foco em projetos de infraestrutura, como eu mencionei, aquisição de bens de capital. O BNDES tem total



condição com o retorno do pagamento desses projetos, já que a gente aplica em projetos que a gente atesta a viabilidade econômica financeira. O índice de inadimplência é baixíssimo, o BNDES tem o menor índice de inadimplência do Sistema Financeiro Nacional. Então, o retorno desses pagamentos, desses financiamentos, além dos benefícios econômicos e sociais que ele gera, gerará os recursos de retorno ao BNDES que permitirão o pagamento ao Tesouro, dentro dos prazos pactuados. Portanto, esta é a nossa certeza quanto à capacidade que o banco terá de pagamento dos empréstimos, Sr. Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Relator.

Passa-se, agora, aos autores dos requerimentos de convocação.

Concedo a palavra ao primeiro orador, Deputado Betinho Gomes, pelo tempo de 10 minutos. Na sequência, ao Deputado Alexandre Baldy e, logo após, passa-se à inscrição das Sras. e dos Srs. Parlamentares.

Deputado Betinho Gomes com a palavra.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Sr. Presidente, vou ser direto nas perguntas. Vou me dirigir, inicialmente, ao Dr. Júlio César.

Vou fazer um preâmbulo inicial antes de entrar nas questões a que quero aqui me referir: segundo as informações disponíveis, o ativo total do BNDESPAR foi de cerca de 77 bilhões no fim de 2014, sendo 70% representados por ações com participação em quase 160 empresas. Do ativo total, quase 17 bilhões eram em aplicações em debêntures, com grande concentração em títulos da Odebrecht Energia Participações, Vale, Marfrig, Klabin, entre outros.

No primeiro trimestre de 2015, o BNDESPAR teve um prejuízo de quase 900 milhões, em função, principalmente, da necessidade de marcação ao mercado da carteira de ações preferenciais da Vale. Nesse sentido, eu gostaria de perguntar a V.Sa.: quem são os responsáveis, no banco, pelas decisões sobre quando, quanto e por qual período serão aplicados os recursos do BNDES e do BNDESPAR em ações e/ou debêntures específicas? Qual a relevância de aplicar e manter por longos períodos a aplicação do banco em grandes grupos econômicos já consolidados, como PETROBRAS, Vale, entre outros? V.Sa. não considera que essa postura é incompatível com a função de um banco de fomento? V.Sa. também não considera que a concentração das aplicações em grandes empresas aumenta o risco de





perdas para o BNDES, com impactos negativos nas suas ações de fomento? É praxe do banco adquirir debêntures com recibo em variações por valor de convenção previsto em contrato muito superior ao valor de mercado das empresas, como aconteceu no exemplo do caso da Marfrig? Quem, no banco, participa mais diretamente das decisões relativas à aquisição de debêntures de empresas privadas? Como o banco registra os prejuízos com ações e aplicações? E qual a estimativa do montante desse prejuízo no ano passado? Quais os critérios para a escolha pelo BNDES dos representantes do banco nos inúmeros conselhos de administração fiscal dos quais participam. Há pessoas que não são funcionárias do BNDES nesses conselhos? Qual o critério para a escolha dessas pessoas? Procede a informação de que o Sr. Roberto Berzoini, irmão do Ministro Berzoini, representa o banco em um dos conselhos de empresa nos quais o BNDES tem participação? Provavelmente, em vários casos, o BNDES participa do capital das empresas, via BNDESPAR, e, ao mesmo tempo, concede financiamentos a essas mesmas empresas. V.Sa. não entende que as empresas, nessa situação, podem gozar de privilégios nas decisões do banco? Como é tratada no BNDES essa questão que pode envolver conflitos de interesses?

Eu queria também aproveitar a pergunta já feita pelo Relator e aí fazer um questionamento. Como V.Sa. avalia o prejuízo que já está precificado pelo Governo? Foi enviado, via informação, a este Congresso de que no próximo ano o banco vai gerar um déficit para o Tesouro Nacional da ordem de 38 bilhões de reais — repito, 38 bilhões de reais será o déficit que os subsídios que estão sendo promovidos pelo BNDES vão promover ao Tesouro Nacional. Isto é mais do que o déficit previsto do Orçamento que o Governo mandou para cá, isto é mais do que o programa Bolsa Família, isto é, sem dúvida nenhuma, algo que tem, somado aos outros períodos, gerado um grande desequilíbrio fiscal. Só para se ter uma ideia, caro Presidente, já se somam mais de 511 bilhões de reais em subsídios promovidos pelo banco. Acho que tal política nos levou a essa situação.

E complementar com a fala do Dr. Júlio César, que aqui fez a menção, questionado pelo Relator, de que o banco, nessas operações, exemplificando o caso do EBX, não teve prejuízo porque está recuperando esses recursos de alguma maneira, seja via judicial, seja pela compra de outras empresas a esses grupos



empresariais para poder suprir o pagamento desses empréstimos. E V.Sa. afirma que não há, portanto, prejuízo. Eu diria ao contrário, é a minha compreensão, há, sim, o prejuízo. O banco, na medida em que faz o empréstimo, tem um objetivo de gerar emprego, gerar investimentos, gerar riqueza. E na medida em que o banco faz o empréstimo e que esse empréstimo é constituído como uma operação fracassada, porque é disso que nós estamos tratando... O caso EBX especificamente foi uma operação fracassada. Isso não gerou riqueza para o País, não gerou emprego e, no final das contas, grupos privados é que adquiriram esse empreendimento. Então, evidentemente, o banco pode não ter tido um prejuízo contábil, mas o País saiu com um prejuízo, porque os objetivos não foram alcançados. E aí é de se fazer um questionamento sobre a política de subsídios. E, repetindo, eu gostaria de saber de V.Sa. qual é a avaliação que o senhor faz a respeito da política que o Governo empreende que vai gerar, em 2016, um prejuízo de quase 40 bilhões e, ao longo do tempo, significa algo em torno de, aporte do Tesouro Nacional, 511 bilhões ao BNDES que vão ser pagos pela sociedade.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - Agradeço ao Deputado Betinho Gomes.

Passo a palavra ao Sr. Júlio César para que possa responder aos questionamentos do autor do requerimento de convocação de V.Sa.

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Excelência, Deputado Betinho Gomes, agradeço as suas perguntas e vou procurar responder a todas, e peço ao senhor que, caso eu não responda, no final o senhor repita, porque eu tenho todo o interesse de esclarecer. O senhor iniciou me perguntando a respeito do resultado desses primeiros meses do ano de 2015, especificamente da baixa de um investimento da Vale do Rio Doce, quem decide, como é feito esse registro contábil e depois quem decide as aplicações. As aplicações, os investimentos do banco, como foi dito anteriormente, são todos da BNDESPAR, no caso, de investimento em títulos imobiliários, são todos decididos dentro dos mesmos critérios do BNDES. Quer dizer, são equipes de análise, são apartadas, são equipes com especialidade. Só para título de ilustração, as equipes da BNDESPAR, nessas duas áreas — nós estamos falando de quase 200 pessoas, salvo um pequeno engano meu, que são



técnicos com *expertise* muito desenvolvida. Diferentemente até de outras áreas de outros investidores, a maior parte das atividades — a maior parte, não —, todas as atividades são feitas internamente: são advogados, contadores, engenheiros, economistas que se especializam ao longo de muito tempo no banco. A nossa carreira é longa e a gente vai, ao longo do tempo, tendo um aprendizado grande, a partir da tradição do BNDES, que é uma instituição de mais de 60 anos. Então, toda e qualquer operação do banco é informada, é proposta pelas equipes técnicas do banco. A respeito da baixa contábil, eu queria explicar — espero não ser muito técnico aqui — que o BNDES, em resumo, obedece a critérios estabelecidos pela auditoria. Especificamente no caso da BNDESPAR, ela adota o que é convencionalmente chamado de IFRS, que é um padrão de contabilidade internacional, ou seja, nós estamos absolutamente atualizados com a prática mais avançada no que diz respeito ao registro contábil das ações da BNDESPAR. Os auditores têm uma política que estabelece determinados parâmetros a partir dos quais o BNDES deve fazer um teste de “recuperabilidade”. Isto são fatores objetivos que variam em função, Deputado Betinho Gomes, da chamada volatilidade de cada uma dessas ações. Se da ação varia muito o preço, ela tem um determinado mecanismo em termos da queda em relação ao valor em que ela está na contabilidade e o valor em que ela está no mercado, e assim também o período em que ela está abaixo do preço em que está na contabilidade. O que ocorreu nesse primeiro semestre é que, conforme é de amplo conhecimento de todos os Srs. Deputados, houve uma redução muito drástica e repentina da atividade econômica na China. Isso afetou o preço do minério internacional e isso se traduziu numa redução expressiva dos preços das ações da Vale do Rio Doce. A BNDESPAR não abre mão de forma alguma da prudência. A prudência rege os registros contábeis da BNDESPAR, de forma que isso foi traduzido em caráter objetivo, em critérios objetivos no balanço da BNDESPAR. O senhor me pergunta também qual é a relevância de manter grandes participações na carteira da BNDESPAR. Aqui eu gostaria de dizer duas coisas: a BNDESPAR, como uma empresa de participações, ela precisa ter empresas de diferentes portes para compor uma carteira de forma que as empresas de maior risco de base tecnológica ou as várias empresas que compõem a sua carteira possam fazer o contrabalanço dos seus investimentos. Num momento, uma



empresa perde; outra está com uma valorização de mercado maior. Vou dar um exemplo no momento atual, Deputado Betinho Gomes. Por exemplo, papéis ligados à mineração e petróleo tiveram uma redução; por outro lado, ações ligadas a atividades exportadoras vêm tendo um desempenho muito bom, e isso resultou... Por exemplo, se compararmos o resultado da BNDESPAR neste ano com o IBOVESPA, somente neste ano, o resultado é muito melhor, por exemplo, do que o principal índice de mercado. Então, é importante, quando a gente compõe essa carteira, ter ações também de empresas grandes que pagam dividendos, que pagam juros sobre capital próprio e trazem renda para a atividade de participação do BNDES, o que permite que a gente faça investimento em outras empresas. Nesse sentido, eu queria dizer que eu não julgo a manutenção dessa carteira, dado o papel que ela tem sob o ponto de vista do resultado do BNDES e de permitir esses investimentos numa ampla gama de empresas — é incompatível, que foi a pergunta que o senhor me colocou, com a atividade de um banco de fomento. De fato, é um desafio permanente e, como eu disse aqui na minha introdução, o BNDES quer e é o principal investidor em fundos e quer capilarizar ao máximo a participação em pequenas empresas. E isto é uma agenda que nós temos e que vem se ampliando muito nos últimos anos. O senhor me pergunta também a respeito da precificação das debêntures. E aí eu interpreto que o senhor pergunta a respeito das debêntures conversíveis. As debêntures conversíveis são um título específico de mercado, em que ele é uma dívida, que, como o próprio nome diz, depois pode virar capital. É praxe, nessas operações, que ela tenha uma taxa de juros associada a essa operação. E, em contrapartida, tenha um preço de conversão que, na maior parte dos casos — eu diria que praticamente em todos os casos —, é um preço de conversão acima. Por quê? Porque, diferentemente de um investimento numa ação, o investidor está tendo a prerrogativa de manter uma dívida, de receber a remuneração na forma de juros e decidir, a partir de uma opção, se ele quer ou não converter aquela debênture. Esta é a situação das debêntures conversíveis. Sobre quem decide esses investimentos, Deputado Betinho Gomes, novamente, as decisões todas, de qualquer investimento, de qualquer transação financeira, de qualquer operação pela Diretoria do BNDES, são informadas a partir de documentos, a razoabilidade do investimento, as razões pelas quais estamos



fazendo, o enquadramento. E isto é tomado pela Diretoria do Banco a partir desse processo decisório que já foi dito aqui. Então, não há decisão... Eu tenho — de novo — 22 anos de BNDES. Não presenciei, ao longo de 22 anos... Eu participei de milhares de operações do BNDES ao longo de 22 anos. Nunca presenciei uma única decisão no BNDES que tenha sido tomada individualmente. Nunca presenciei nenhuma decisão tomada individualmente dentro dos meus 22 anos de BNDES. O senhor pergunta como são registrados esses títulos. Esses títulos, como eu disse aqui na minha introdução, têm duas situações. Eles são marcados, a grande parte, a valor justo. Quando nós estamos falando de uma debênture, a debênture tem uma parte dela que é um título de crédito e, embutida nela, ela tem uma opção. Essa opção varia de acordo com o ativo dito subjacente ou o ativo que representa aquele título. Então, por exemplo, numa debênture da empresa A, ele tem uma parcela que é dívida, que é certa, e aquilo está dado ali pelo valor da dívida, e a opção, ela varia em função do preço do ativo, da ação do mercado daquela companhia, de forma que essa avaliação é feita permanentemente pela área de contabilidade, área financeira e área de mercado de capitais do BNDES. Ela é apresentada aos auditores, e os auditores validam ou não essa precificação que é feita. Então, nós temos absoluta segurança, Deputado Betinho, a respeito da prudência com a qual tratamos os investimentos no balanço da BNDESPAR. O senhor me pergunta a respeito do Conselho de Administração. O BNDES tem normas específicas. O banco tem direito a indicar conselheiros por acordo de acionistas em mais de 40 empresas, sejam empresas abertas, sejam empresas fechadas. Nós temos uma normatização interna que define como é que isto é feito. Na imensa maioria dos casos, os representantes do BNDES são empregados do BNDES. Agora, dada a situação de, em vários casos nós temos, por exemplo, uma participação em ações preferenciais que não necessariamente dão direito a controle, dão direito à indicação de Conselho, ou seja, situações em que o banco gostaria de ter representantes externos; nessa situação, o banco pode vir a decidir isso. Essas decisões são tomadas pela Diretoria — pelo Diretor do banco e pelo Presidente do banco —, instruídas pelas equipes do BNDES. O senhor fez uma pergunta específica sobre o Sr. Berzoini, como representante do banco. Uma pequena correção: salvo engano meu, essa representação do Sr. Roberto Berzoini é uma representação derivada de uma



situação. Não que o BNDES tivesse o direito de indicá-lo como conselheiro, mas, com o banco, ele formou chapa — como se diz no mercado —, a partir de uma indicação de um pedido de terceiro. Nesse caso, essa foi uma indicação que chegou ao BNDES a partir de outro banco público, o Banco do Brasil, que pediu que compuséssemos a chapa e que fosse indicado o Sr. Roberto Berzoini. O senhor me pergunta, em outro bloco, a respeito de privilégios e conflitos de interesse derivados da atividade de dívida e de participação. É importante, aqui, registrar que o BNDES tem uma longa tradição de convívio dessas duas atividades dentro da casa. Elas sempre foram realizadas por equipes apartadas. São equipes segregadas. A decisão de um não influencia o outro. E mais importante do que isso: já há mais de 20 anos, há quase 25 anos, o banco tem uma área de crédito que também é segregada, com quase 200 pessoas, que faz classificação de risco, estabelece limites e regramento de crédito para mais de mil operações por ano. É como se a gente tivesse quase que uma empresa de classificação de risco dentro do banco. Essa robustez, a qualidade das equipes de classificação de risco do BNDES, é o que permite que a gente tenha um resultado muito positivo em termos do inadimplimento do banco. Então, essas decisões são apartadas, e nós não vislumbramos conflito. Por quê? Porque as decisões de crédito são influenciadas a partir de uma área, uma terceira área, que estabelece esses parâmetros. O senhor me pergunta, por fim, a respeito da questão do número de 38 bilhões de um resultado negativo, do custo. Eu gostaria de novamente afirmar aqui — essa é a opinião do BNDES — que esse é um número que diz respeito ao custo e que tem por base premissas, no que diz respeito à taxa de juros. Parte disso é um custo implícito que vai para a dívida — vamos dizer assim — e parte é que é exigência no sentido de pagamento efetivo para o BNDES, o que geraria uma despesa de equalização. Mais importante do que isso, Deputado, eu gostaria de dizer que, na opinião do BNDES, essa conta não leva em conta — ela não leva em conta — o lado positivo, que são os benefícios e as receitas auferidas a partir da atividade do BNDES. O BNDES pagou nos últimos anos... Eu acho que o Presidente Luciano teve a oportunidade de dizer aqui ou publicamente que o banco pagou, entre impostos e dividendos, mais de 100 bilhões para o Tesouro. Além desses pagamentos de impostos e de dividendos, há toda a atividade que é movimentada a



partir da aplicação desses recursos do BNDES. Então, quando o BNDES empresta um recurso, ele está movimentando a economia. As empresas pagam impostos a partir disso. O fornecedor daquela empresa paga impostos a partir disso, e o fornecedor do fornecedor. Isso é o que se chama em economia de efeito multiplicador do investimento. Então, é importante levar em conta, para que essa questão seja avaliada, o lado dos benefícios que são realizados a partir da atuação do BNDES. Como o meu colega Zurli teve a oportunidade de dizer, o banco, nos últimos anos, teve uma importância muito grande no financiamento de uma série de iniciativas no campo da energia, no campo da agroindústria, no campo da indústria. E esses recursos foram importantes para movimentar a economia brasileira e precisam ser levados em conta. Obviamente — novamente, como o meu colega colocou —, essa é uma decisão de política econômica do Governo Federal, que tem as decisões a respeito do nível de taxas e que afetam sobremaneira essa conta que pode alterar de acordo com as premissas que são colocadas. A sua pergunta sobre a questão do fracasso dos investimentos, e a minha colocação: no caso da EBX, salvo a operação da OGX, onde não houve investimento, seja de empréstimo, seja de investimento primário, em ações da BNDESPAR que fossem para o próprio empreendimento — o investimento foi para compor a carteira de um fundo e um produto novo que o BNDES lançou —, grande parte desses projetos se encontra em atuação. O caso, por exemplo, em que a atividade que originariamente era do Grupo EBX, que foi transferido para a empresa E.ON e que foi à recuperação judicial, nós estamos falando de uma série de plantas de geração de energia no Nordeste brasileiro, numa nova província geradora de gás no Brasil, 2.4, salvo engano — talvez o Zurli possa corrigir esse número —, gigas de capacidade de geração de energia. De forma que, nesse caso específico, esses empregos, essas atividades vêm sendo mantidas. Desculpe, Deputado, se eu me alonguei. Eu espero ter respondido. Caso não tenha, eu...

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Eu gostaria só de fazer mais algumas considerações, aproveitando o tempo que tenho ainda.

Primeiro, V.Sa. afirma que houve resultado do banco, à medida que o investimento vai sendo gerado e há produção de riqueza. Mas há números que foram divulgados, inclusive alguns estudos em artigos publicados, em alguns jornais



nacionais, que mostram que, desde que o BNDES começou a política de subsídios, o investimento privado no País diminuiu. Não aconteceu essa política em que o investimento aumentou. Foi exatamente o resultado contrário.

Além disso, nós temos aí uma conta que, no nosso entendimento, não está fechando. O banco pode não ter tido prejuízo financeiro, mas a sociedade vai ter, porque o Tesouro Nacional está neste instante, já previsto para 2016, esse furo de 38 bilhões de reais.

Além disso, eu queria fazer outra consideração. V.Sa. fala que nunca viu nenhuma decisão sendo fechada individualmente dentro do banco, sempre havia um colegiado. Mas eu perguntaria a V.Sa. o que a gente pode dizer da decisão tomada a respeito da regra alterada pelo banco, a partir 2013, em que apenas o Presidente do Conselho de Administração pode tomar decisões de empréstimos até 5 milhões de reais; precisa da autorização do próprio Presidente. Eu queria que V.Sa. fizesse consideração sobre essas duas questões.

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Sim. A respeito dos artigos, Deputado, esse é um debate que existe atualmente. O BNDES também tem os seus próprios estudos, os seus levantamentos. E há levantamento de terceiros também que levantam os benefícios da atuação do BNDES. Então, eu respeito muito esse debate que vem sendo travado, mas eu acho que ele é um debate em curso sobre as questões ligadas às prioridades da política pública brasileira. O senhor me perguntou, a segunda, a respeito de um furo... Desculpa, o senhor pode repetir?

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Apenas é um raciocínio para complementar o debate. Nós temos aí já divulgado pelo Governo um déficit de 38 bilhões de reais. Essa conta não está fechando. O banco pode não ter tido prejuízo, naturalmente, porque estabeleceu seus juros subsidiados para grandes empresas. Mas a sociedade vai pagar essa conta, na medida em que nós temos um déficit fiscal sendo apresentado. Mas essa questão é apenas para complementar o raciocínio.

Eu queria que V.Sa. fizesse referência à questão da decisão tomada, a partir de 2013, de que o Presidente do Conselho de Administração agora autoriza sozinho empréstimos e financiamentos de 5 milhões de reais.





**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Deputado, essa pergunta diz respeito ao regramento de alçadas da decisão no BNDES. Essa decisão, salvo engano — e eu digo aqui que tenho convicção em dizer isso para o senhor —, é uma decisão que diz respeito à alçada decisória, no caso, do Presidente. E aí eu quero dizer o seguinte: mesmo nesse caso — mesmo nesse caso —, essas decisões são tomadas a partir de proposições técnicas registradas, com participação de técnicos do BNDES. E elas passam, mesmo essas decisões, elas passam na Diretoria do BNDES. De forma que os diretores e todo o colegiado do BNDES têm conhecimento dessas decisões de apoio financeiro que são tomadas no gabinete, pelo Presidente e que tramitam pela Diretoria do Banco e que nós tomamos conhecimento. Mas, novamente, essas decisões são todas elas instruídas por documentação técnica, com participação dos técnicos do BNDES.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Sr. Presidente, para finalizar, eu queria fazer uma última pergunta ao Dr. Roberto Zurli. Pareceu-me que V.Sa., ao responder os questionamentos do nosso Relator, foi hesitante quando o Relator questionou se eram corretos esses financiamentos que o banco estava ofertando a juros de 6% e tomando emprestado do Governo Federal a 14%, naturalmente criando um desequilíbrio. V.Sa. responde que se trata de uma política de Estado e, portanto, o banco tem que cumprir.

Eu perguntaria a V.Sa.: na sua avaliação pessoal, não como membro da Diretoria, esse tipo de operação é correto, é adequado? Isso, de fato, tem gerado benefícios à sociedade? Não falo nem ao banco, porque o banco busca se proteger de alguma maneira, mas à sociedade, na medida em que não se geram os empregos, porque muitos desses negócios vieram a falir, os investimentos foram vendidos posteriormente a algumas empresas privadas internacionais, como é o caso da EBX. Então, eu gostaria da sua opinião pessoal em relação a esse tema.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Deputado Betinho Gomes, agradeço a oportunidade de talvez esclarecer melhor o meu comentário anterior. Quanto à observação sobre o orçamento do Tesouro para o próximo ano, a maior parcela dessa rubrica significa uma conta por um subsídio implícito. Então, esse é um cálculo que é feito somente fazendo as contas com a diferença atual entre a TJLP e a SELIC. No momento, como todos nós sabemos, há um estresse



econômico-financeiro em que há uma elevação grande da taxa de juros de curto prazo, que é a taxa SELIC. O lado do benefício, quer dizer, claramente isso não é um desencaixe de recursos do Tesouro para essa parcela, esse subsídio implícito teórico. O que se coloca é que, por outro lado, os benefícios estão associados aos resultados dos projetos que foram financiados. Permita-me ser enfático ao afirmar que os projetos e os recursos em TJLP são aplicados prioritariamente em infraestrutura e no financiamento da aquisição de bens de capital fabricados no Brasil. Os resultados são realmente... Os benefícios são significativos. Então, não vou repetir o que o Diretor Júlio falou com relação ao próprio retorno do BNDES, ao retorno na cadeia de fornecedores. Quanto aos projetos propriamente ditos, não é só uma questão do retorno financeiro do BNDES. Em particular, no caso dos projetos do Grupo EBX, a verdade é que, de todos os projetos que foram financiados pelo BNDES, a única exceção é o Estaleiro OSX, que estava associado ao segmento de petróleo e gás. O estaleiro não foi realizado, e nós recuperamos os nossos recursos. Mas nós tivemos seis usinas termelétricas no Nordeste, como aqui foi falado, que foram fundamentais no processo de escassez hídrica, no período de escassez hídrica, para que o Brasil não tivesse problemas no fornecimento de energia. Então, essas termelétricas estão operando atualmente. O controle não é mais do mesmo grupo, mas os investimentos estão ali. Além disso, nós temos o Porto Sudeste. É um terminal para exportação de 25 milhões de toneladas de minério de ferro em Itaguaí, que foi concluído e está em fase inicial de operação. Nós temos o Porto do Açú, no norte do Estado do Rio. É um empreendimento muito interessante. Ele é controlado por um grande fundo de investimento de longo prazo internacional, mas os benefícios estão aqui no Brasil. É um projeto de infraestrutura. É um complexo industrial portuário de grande porte. Já tem várias empresas do segmento de petróleo e gás ali instaladas. Você tem já ali um corredor de exportação de minério de ferro que já começou e já está exportando cerca de 10 milhões de toneladas de minério de ferro por ano e chegará a 28 milhões de toneladas. Então, todos os projetos que nós financiamos tiveram sim sua concretização como empreendimentos, gerando benefícios concretos. Não é uma questão puramente financeira. Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - Em função do tempo, eu gostaria de pedir que nós fôssemos um pouco mais sucintos nas respostas, porque nós estamos ainda no primeiro Deputado.

Agora, com a palavra o Deputado Alexandre Baldy.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Miguel Haddad, Deputado Marcos Rotta, Sr. Relator, Deputado José Rocha, Sr. Júlio César e Sr. Roberto Zurli.

A minha primeira pergunta é em função de uma colocação de V.Sa., Júlio César Maciel. Eu gostaria de saber se V.Sa. pode nos apresentar os estudos que o BNDES possui dos impactos econômicos e sociais de todos os desembolsos feitos, em termos de financiamentos e de compras de participação desde 2003.

Eu gostaria de perguntar e que V.Sa. respondesse na hora, para que tenhamos uma dinâmica mais ágil, como pediu o nosso Vice-Presidente. É um bate e rebate.

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAIMUNDO** - Muito obrigado por sua pergunta, Deputado Alexandre Baldy. O BNDES emitiu, recentemente, pela primeira vez, um relatório de efetividade do período 2007/2015, um relatório que recebemos, inclusive, elogio de membros dos bancos de desenvolvimento internacional, de forma que aquele relatório possui lá um relatório de efetividade, com todas as áreas em que o BNDES executou investimentos, os resultados, não pela ótica do desembolso, mas pela ótica específica das unidades, quilômetros de linhas de transmissão, na minha área, número de fundos que foram apresentados. Então, esse relatório, que é do período de 2007 a 2015, ele está disponível no sítio da Internet.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Mas V.Sa. tem os estudos dos impactos econômicos e sociais em cima dos desembolsos ou não? V.Sa., como ator, na Diretoria Industrial, tem o reflexo dos impactos desses investimentos. Eu concentrei o investimento numa cadeia frigorífica, eu sei os impactos de quantos empregos são gerados, eu sei os impactos de qual é o retorno econômico que eu vou gerar. Há esse estudo? Ele pode ser enviado à nossa Comissão?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAIMUNDO** - O BNDES acompanha, Deputado, a proposta até dessa área, que é muito importante e que teve um



investimento muito elevado do banco nos últimos anos, e, como eu disse aqui na introdução, por ser uma atividade de participação em um banco de desenvolvimento não vale para nós, única e exclusivamente, o resultado. Eu tenho aqui alguns indicadores da área de frigoríficos, de abates...

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Desculpe-me interromper V.Sa., mas eu queria pedir para ser objetivo na resposta.

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Tenho levantamentos.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - V.Sa. possui o estudo dos impactos? Por exemplo, no meu Estado, a concentração dos investimentos na cadeia frigorífica foi extremamente prejudicial ao produtor rural. Isso é fato. O produtor rural hoje está à mercê da vontade da concentração frigorífica que houve. Então, o banco possui ou não possui os estudos econômicos que são consequência do fruto de investimento do BNDESPAR ou do fruto do financiamento por parte do BNDES, impactos econômicos e sociais?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Vou responder, Sr. Deputado. O banco faz levantamentos, tem. E, se o senhor me permitir, vou passar aqui alguns dados desses estudos e levantamentos que o banco tem. E o banco também faz uso de estudos de terceiros, que eu também vou citar aqui durante a minha resposta. Entre os anos de 2003 e 2006, nós tivemos uma expansão do emprego que mais do que duplicou na área de abate no Brasil. Se pegarmos, de 2006 a 2014, que é um período mais próximo de execução desses investimentos maiores, da mesma forma, houve um acréscimo de emprego, no Brasil, como um todo. Nós tivemos uma expansão também do abate no Brasil. Algumas regiões, durante esse período, Sr. Deputado, demonstraram um aumento muito expressivo, tanto do emprego, como das exportações. Por exemplo, na Região Centro-Oeste, nós tivemos uma expansão, segundo dados do IBGE, de 48.900 empregos para 73.672 empregos, no ano de 2014. Entre 2003 e 2014, que é um período mais longo, nós tivemos 9% ao ano de crescimento do emprego. No caso das exportações, as exportações do Brasil, tanto de carne *in natura* quanto de carne em geral, elas saíram de 1,5 bilhão para 6,6 bilhões. Especificamente, o caso da Região Centro-Oeste, que agrega os Estados, aqui, no caso de Mato Grosso, nós estamos falando dos Estados de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul e de Goiás, nós tivemos uma expansão das



exportações, entre 2006 e 2014, de 1 bilhão e 190 milhões para 2 bilhões e 863. Ademais, nós tivemos também, segundo levantamentos...

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Entre qual período? Entre 2003 e 2014?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Perdão?

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Em que período foi isso?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - As exportações, o dado de exportação, que o senhor me pergunta, entre 2006 e 2014, nós tivemos, no caso do Brasil, um aumento de 3.8 para 6.6, segundo dados do SECEX/MDIC. E, no caso do Centro-Oeste, de 1 bilhão e 189 para 2 bilhões e 863. Ambos, entre 2006 e 2014. Mas, além disso, Deputado, nós também acompanhamos a evolução no que diz respeito às práticas de sustentabilidade e às práticas de responsabilidade socioambiental dessas companhias.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Só para responder objetivamente e irmos para o próximo item, Sr. Diretor. Os senhores possuem esse estudo ou não? Para mim, a explicação está colocada.

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Nós temos esses levantamentos.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Não possuem estudo, então?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Nós contratamos estudos de terceiros, no caso específico do investimento.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Anteriormente, o senhor falou que possuía esse estudo dos impactos econômicos e sociais.

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Nós temos os levantamentos dos dados.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Foi comentado aqui amplamente que o banco é o banco de fomento na área de desenvolvimento econômico e social. Então, obviamente, o banco investe numa cadeia produtiva para aumentar emprego e não para concentrar o emprego, e no caso para fazer avaliação específica. Então, esta é a minha pergunta: o banco possui esse estudo econômico e social e poderia nos fornecer?



**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - O banco tem esses levantamentos, Deputado, e também faz uso, como disse na minha resposta anterior, de dados de terceiros. Por exemplo, o CADE, especificamente no ano de 2012, fez um amplo estudo de ato de concentração, derivado da maior empresa do setor, especificamente, tanto numa aquisição específica, quanto do arrendamento de frigoríficos em vários Estados, vários deles, notadamente, na região Centro-Oeste e na região Norte. A conclusão desse relatório do CADE, que o BNDES se utiliza também para fazer uma avaliação, a partir dos seus investimentos, foi de que não há conduta anticompetitiva no que diz respeito à atuação dessa empresa, em particular, que é a empresa líder. Então, o banco usa e acompanha, com os próprios levantamentos e com levantamentos de terceiros. Se o senhor me permite, Deputado, um último dado, que eu gostaria de dar, que é muito importante, que, para nós, é um efeito dessa grande melhoria de afirmação do agronegócio brasileiro, em particular, dessa área de proteínas, para além dos dados que forneci, e que, para nós, é muito importante, é a questão ligada à sustentabilidade. Nós tivemos uma redução, por levantamentos também que o banco fez, a partir de dados de terceiros. Nós tivemos a redução da informalidade, Deputado, de quase 50% para menos de 10% no abate no Brasil. Isso significa que a população brasileira está consumindo uma carne de melhor qualidade. E, mais importante do que isso, que era objetivo inicial da política, o Brasil consegue ter pelo menos as condições de se afirmar, de fato, como liderança na exportação de proteínas no mundo. Eu queria dar um depoimento aqui, que eu acho que é muito importante. Eu já tive ocasião, por exemplo, de estar com líderes asiáticos na minha posição do BNDES, e nós, aqui, talvez, a gente não dá a verdadeira importância à questão da segurança alimentar. As lideranças de países, como o Japão, por exemplo, uma das preocupações que eles têm diz respeito a essa questão.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Sr. Presidente, a gente tinha falado aqui para ele ser sucinto, com todo respeito a tudo que ele quer dizer, eu acho que ele deveria se ater às perguntas do autor.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Eu peço a V.Sa. e peço também ao Deputado Alexandre Baldy para que sejam mais diretos, tanto na formulação do questionamento, quanto nas respostas. Eu acho que V.Exa. poderia inclusive oficializar essa solicitação de V.Exa. por escrito para que a gente tenha acesso a essas informações.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Eu fiz a pergunta objetivamente por três vezes.

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Sr. Presidente, como é objetivamente? Você pergunta sobre uma situação de mercado, faz uma avaliação de mercado, e quer que a pessoa diga sim ou não? Não pode, isso não existe.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Negativo, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - Eu acho que tem que ter um tempo razoável para que se responda.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Eu perguntei se o banco possui os estudos de impactos econômicos e sociais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - V.Exa. repetiu inclusive essa pergunta várias vezes. V.Exa. pode oficializar isso através de um requerimento e a Mesa delibera sobre essa questão. Eu peço ao Sr. Júlio que seja mais ágil nas respostas, porque nós temos muitos Parlamentares que querem fazer questionamentos a V.Sas.

Deputado Alexandre Baldy, V.Exa. dispõe de 7 minutos ainda.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - V.Exa., Diretor Júlio, é o responsável pela área industrial do banco, correto?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Nos projetos de financiamento que o banco executa, há uma fiscalização, por parte da Diretoria Industrial, se os recursos estão sendo aplicados a contento, se os recursos estão sendo aplicados efetivamente?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - O banco faz o acompanhamento e comprovações dos recursos que aplica sim. A área industrial faz exatamente o padrão de acompanhamento que é prática no BNDES.



**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Bem, eu gostaria de perguntar sobre uma situação a V.Sa. No caso da Refinaria Abreu e Lima, a estimativa inicial era de um investimento da ordem de 2 bilhões de dólares, com o câmbio, à época, em torno de 2 reais, 2 reais e alguma coisa, salvo engano. Como o banco autoriza um investimento, um financiamento da ordem de 10 bilhões de reais em uma refinaria, aprovado por todas as áreas, como a de V.Sa., pela área industrial, sendo que já foram amplamente noticiados todos os escândalos de corrupção e de propinas que ocorreram nesse projeto específico?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - O banco se cerca, Deputado, de todos os mecanismos pra evitar qualquer tipo de desvio e qualquer problema. E isso é aplicado tanto no caso das operações que estão sob minha responsabilidade, como também no caso da Refinaria Abreu e Lima. Eu vou pedir ao senhor pra referir essa pergunta ao meu colega, Roberto Zurli. Nós temos duas áreas de indústria no banco. A indústria de base é de responsabilidade dele.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY**- Perfeito. O senhor poderia nos...

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Deputado Alexandre Baldy, perfeitamente. É como eu mencionei no início, a área...

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Só objetivamente, se V.Sa. poderia distinguir o seguinte.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Um projeto que chegou ao banco para um investimento de 2 bilhões de dólares, e, ao fim, o banco financia 10 bilhões de reais. Como o banco faz essa avaliação e esse critério e é permitido todo esse desembolso?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Esse financiamento à Refinaria Abreu e Lima veio junto no contexto do ano de 2009, em que o BNDES financiou um volume de 25 bilhões de reais à PETROBRAS. Era um ano em que a PETROBRAS tinha dificuldade de acesso ao mercado de crédito, foi o ano da crise internacional, e o BNDES fez uma modalidade que também existe pra empresas de baixo risco de crédito, que é o financiamento a um plano de investimentos. Então, o BNDES teve um financiamento ao plano de investimentos no valor de 25 bilhões de reais, o BNDES obteve recursos do Tesouro específicos para essa finalidade, foi um





programa específico para apoio ao setor de petróleo e gás. Eram recursos de mercado, a captação do Tesouro no mercado, repassados ao BNDES, e o BNDES financiou a PETROBRAS. Esses 25 bilhões foram 10 bilhões para os investimentos nos anos de 2009 e 2010, na Refinaria Abreu e Lima, era o financiamento à Abreu e Lima, que é uma empresa em separado; 9 bilhões à PETROBRAS Investimentos em Exploração e Produção; e mais 6 bilhões à transportadora de petróleo e gás, investimentos em segmento de gás. A Refinaria Abreu e Lima, ela tinha um investimento previsto, àquela época, naquele período de 2009 a 2010, de 12 bilhões de reais, o nosso financiamento era de 10 bilhões de reais. O BNDES fez o desembolso desses 25 bilhões em 2009, dentro desse programa de um plano de investimentos, e nós fizemos a comprovação da aplicação dos recursos. Nos anos de 2009 e 2010, houve, ainda, no caso específico da Refinaria Abreu e Lima, uma prorrogação da comprovação até o ano de 2011. Então, nesse período, foi comprovada a aplicação dos 10 bilhões no projeto que, posteriormente, teve um, um, um orçamento mais elevado. E, portanto, já no momento da nossa análise, da nossa avaliação desse plano de investimento já havia essa expectativa de um investimento dessa ordem de grandeza, e a gente comprovou a aplicação desses recursos, nesse montante, nos anos de 2009, 2010 e 2011. Mas, aqui, tratou-se de uma modalidade de financiamento no plano de investimento da PETROBRAS. Então, foram os investimentos nesses anos, e não esteve ligado ao financiamento até a conclusão da Refinaria Abreu e Lima.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Especificamente sobre a Refinaria Abreu e Lima, no contrato estabelecido entre o BNDES e a própria PETROBRAS, já SPE, a empresa criada pela Refinaria, enfim, a RNEST, haveria cláusulas que, obviamente, rescindiriam esse contrato.

Os vencimentos estão previstos para iniciar em 2016, e nós não enxergamos aí o início das operações até então. Como essas cláusulas que colocavam a demissão de pessoal e o endividamento *versus* EBITDA em 5.5 vezes, e que visam que o banco tem de uma operação dessas de financiamento, sem que haja uma operação, obviamente, da refinaria, para que ela possa pagar esse empréstimo concedido?



**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - O financiamento foi concedido a um programa de investimento da PETROBRAS. A PETROBRAS é a fiadora e a pagadora do empréstimo, responsável pelo pagamento do empréstimo tanto da Refinaria RNEST, que já foi, inclusive, incorporada pela PETROBRAS. Atualmente, não existe uma empresa independente. A antiga RNEST foi incorporada, por razões contábeis, pela PETROBRAS. Então, esse foi um empréstimo corporativo. A capacidade de pagamento é dada pela PETROBRAS, e o financiamento, então, porque ele foi um financiamento que teve essa característica.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Essas cláusulas, então, elas foram, só para ser objetivo, essas cláusulas foram exclusas? Demissão de pessoal, o indicador de dívida *versus* EBITDA, isso não existe mais?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - As cláusulas de pessoal, que há em todos os contratos do BNDES, são que você não pode gerar redução de pessoal, a não ser que haja alguma mitigação, por conta dos investimentos que estão sendo financiados. O nosso objetivo é criar empregos, e a Refinaria Abreu e Lima criou muitos empregos durante a sua construção. Atualmente, como houve a paralização das obras, houve uma redução naquela quantidade de empregos que já houve no pico, mas isso não é causado pelo financiamento nem pelo investimento. O investimento gerou um acréscimo de empregos.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Mas isso é uma cláusula que consta no contrato estabelecido.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Não, a cláusula é que o investimento não pode gerar desemprego. Ele não gerou desemprego. O desemprego, antes do investimento, era zero. Houve um investimento, e a RNEST chegou a ter mais de 10 mil empregos.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Não, a cláusula é bem específica. Ela não permite a demissão de pessoal. Se se contratou 1.000 funcionários, obviamente, e se demite 100, isso é demissão de pessoal. É uma cláusula clara que está estipulada, principalmente na questão de dívida líquida *versus* EBITDA. O mercado trabalha entre 3 e 3,5. Nessa atuação específica, os senhores, que são diretores há vários anos, que são concursados, sabem disto muito bem. Uma empresa que atua, hoje, na Bolsa de Valores e que tem uma dívida *versus* EBITDA



de 3 já é uma empresa exposta a certo risco de captação. Aqui, nesse caso específico, foi permitido até 5.5 vezes.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - É, esse indicador permanece no contrato, e essa é uma cláusula que permite a avaliação do risco da empresa a cada momento, então, é uma cláusula que permanece no contrato. O que o BNDES fez, na avaliação, devido ao endividamento conjuntural da PETROBRAS, o BNDES permitiu que o cumprimento dessa cláusula, é o que se chama de *waiver*, na terminologia dos bancos, você permite que essa cláusula, justificadamente, seja cumprida a partir de um determinado ano. Então, nós confiamos, porque isso é um indicador para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, e nós avaliamos e temos plena convicção da capacidade de pagamento da PETROBRAS. E esse indicador, como houve uma situação conjuntural, houve uma postergação, esse indicador, ele será verificado no ano subsequente. Isso é normal e acontece com frequência na avaliação, no acompanhamento dos projetos. Só me permita esclarecer com relação aos empregos: em qualquer empreendimento, como o de uma construção de uma planta, você tem uma quantidade muito maior de empregos durante a construção, e a operação é pouco empregadora, a quantidade de empregos é muito menor. Portanto, essa cláusula é entendida como a geração de empregos, a partir de um investimento que está sendo financiado. Evidentemente, ao final da conclusão da obra, do empreendimento, há uma redução natural dos empregos.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Então, mas o prazo de carência venceu, vai começar a executar o contrato de pagamento e, até hoje, não vai ter gerado na operação nenhum emprego.

Mas eu queria passar à pergunta seguinte, e eu tenho menos ânimo, como V.Sa. possui, quanto à questão de a PETROBRAS ser capaz de pagar os seus financiamentos. Mas, enfim, V.Sa. tomou por base que o barril de petróleo custava em torno de 20 mil dólares, na ocasião que financiou a refinaria, e que o custo, pelo projeto financiado, seria em torno de 87 mil dólares?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Eu não tenho informação sobre o preço do petróleo à época desse empreendimento. De fato, eu não tenho essa



informação. Eu não poderia, não tenho como responder essa questão objetivamente.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Bem, eu queria colocar aqui uma pergunta ao Diretor Júlio César.

Na ocasião, como foi feita a pergunta pelo meu colega, Deputado Betinho Gomes, que, em 2012, o BNDES teve a capacidade de executar uma debênture do Frigorífico Marfrig, e não o fez. Naquela ocasião, ele poderia executar por um preço de 8 reais a ação, sendo que o contrato previa 21 reais. Quer dizer, isso gerou um prejuízo para o Erário muito grande. E se V.Sa. concorda com essa atuação que o banco tomou e se tomou conhecimento de o porquê o banco não executou essa debênture, levando esse prejuízo ao Erário dessa forma.

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Muito obrigado, Deputado Alexandre Baldy, pela sua pergunta. Esse foi um tema inclusive que surgiu à época. Ele foi bastante explicitado, inclusive em fato relevante, publicado pela empresa. Permita-me dizer o seguinte: qualquer investimento de debênture que o BNDES faça, em debênture conversível, existe uma cláusula chamada cláusula antidiluição. Essa cláusula tem por objetivo a proteção do investimento, e não ser acionada em toda e qualquer situação. Naquele momento, salvo engano meu, final de 2012, o que havia era uma situação de dificuldade financeira da Marfrig, de forma que ela foi a mercado para levantar recurso para melhorar a sua situação de capital, algo que era de interesse inclusive do BNDES como investidor. O BNDES não tinha interesse naquele momento que a operação não fosse feita, de forma que a empresa condicionou, e isso foi elemento inclusive de fato relevante, de que não houvesse a disparada dessa cláusula antidiluição. Então, o BNDES, no melhor interesse do seu investimento, converteu parcialmente essas debêntures. Isso não significa de forma alguma que houve um prejuízo, simplesmente porque essa operação não existiria se o BNDES tivesse decidido pela conversão. Então, a decisão técnica, novamente, instruída tecnicamente pelas equipes do BNDES, é que nós fizéssemos a conversão parcial. Foi feita uma conversão parcial, salvo precisão minha, da ordem de 30%, e o BNDES participou com 80 milhões mais ou menos de uma operação de levantamento de recursos de mercado superior a da ordem de 1 bilhão de reais. Foi



isso que ocorreu nesse caso. E eu tomei conhecimento porque já foi na minha gestão, inclusive participei da decisão.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - V.Sas. acreditam que — e os senhores trabalharam no banco em diversas áreas, diversos setores, por distintos governos — a gestão do BNDES, após essa decisão de criar as supercampeãs, como a Oi, no caso das telecomunicações, caso do JBS, nos frigoríficos, o Grupo EBX, no caso de petróleo e gás, enfim, foi uma decisão de cunho político acertado, dentro do currículo, dentro da visão de que V.Sas. possuem por toda a capacidade que tem de atuação no banco?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Deputado Alexandre Baldy, o BNDES executou uma política de apoio produtivo e de afirmação da liderança brasileira em setores de exportação, de internacionalização. A avaliação é que o Brasil não tinha expressão internacional, expressão empresarial ainda naquele momento em setores importantes.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - No caso da Oi não era um caso de exportação; era um caso de concentração de telecomunicações.

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Eu vou procurar responder para alguns casos. O caso inicial, que é o caso do agronegócio, na nossa avaliação, eu considero que é ainda cedo para avaliar essa política. Por quê? Porque eu acho que nós estamos próximos de ter a abertura de importantes mercados internacionais para o Brasil, que podem ser abertos em função da melhoria, em nossa opinião, incontestável das condições de sustentabilidade e de redução de formalidade que tivemos em toda essa indústria no Brasil. Então, a nossa avaliação é uma avaliação positiva. O retorno econômico para o banco é positivo. O setor cresceu, gerou mais emprego, posicionou-se internacionalmente e ampliou as exportações. Outro caso, por exemplo, que é a área de papel e celulose, que, no imediato pós-crise, teve uma crise financeira muito grave em uma das empresas que eram da liderança. O Brasil tinha constituído — e ousar dizer —, com o apoio decisivo do BNDES, uma das indústrias mais competitivas do mundo, e, por um problema financeiro, o Brasil corria o risco de perder um ativo de décadas que foi construído e de competência brasileira na área de indústria florestal. Esse investimento foi feito, esse investimento permitiu que essa empresa se recuperasse. E, hoje, já há decisões de investimentos



bilionários para serem feitos para afirmar a posição brasileira de grande exportador de menor custo na área de celulose. E mais importante ainda: essa área florestal é uma área que ainda vai abrir muitas oportunidades na área de biotecnologia. Essa é uma crença que o BNDES tem. No caso das telecomunicações, o BNDES financiou uma operação de alteração na composição societária da própria Oi. O BNDES não financiou a operação específica de fusão entre a Oi e a Brasil Telecom. Não obstante... Deputado Baldy, a sua pergunta é muito importante porque me permite dizer o seguinte: nós estamos diante de um dos setores onde a gente tem maior dinamismo da economia. Hoje, todos nós aqui, no dia a dia, estamos com nossos *smartphones* — a população brasileira. Desde 2002 ou 2003, o BNDES aplicou algo da ordem de 40 bilhões em financiamento para todas as empresas da área de telecomunicações que operam no Brasil. Então, não se trata de uma escolha, não se trata de uma seleção; trata-se de uma política de investimento. A partir de demanda das empresas, todas elas receberam recursos do BNDES e implantaram seus planos de investimento, que permitiram que o Brasil investisse em infraestrutura, ampliasse acesso, ampliasse a cobertura de celular e acompanhasse, no que diz respeito à tecnologia, o que acontece em outros países do mundo. Então, dessa forma, em uma avaliação do apoio do BNDES a esses setores, o BNDES entende que os resultados são positivos e que a atuação do banco se justificou.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Os critérios utilizados pelo banco para desembolso para empresas privadas aqui, dentro do Brasil, e para empresas do setor público, como a PETROBRAS, eram exatamente os mesmos? E a celeridade também?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Deputado Baldy, o BNDES possui critérios de crédito que são igualmente aplicáveis a todas as empresas no que diz respeito a seus limites. O que ocorre é que, por regulamentação externa, existem limites no que diz respeito a percentual da carteira de crédito, por exemplo, para entes do setor público, ou para entes de... Na verdade, do setor público. Então, o BNDES, por norma externa ao banco, obedece a esses normativos, de forma que ele atenda a esses critérios. Os critérios de análise do banco são universais, tanto nos seus procedimentos quanto ao avaliar as operações. As operações têm os seus relatórios. Nos relatórios são abordados aspectos jurídicos, aspectos



econômico-financeiros, aspectos societários, de forma que as operações sejam avaliadas, dentro dos procedimentos e da técnica do BNDES, de forma muito parecida. As mudanças são mínimas. No caso do setor público, nós temos a Lei nº 4.320, que é a que estabelece a forma da contabilização pública. Então, precisamos fazer adaptações, no que diz respeito a essa avaliação, mas a metodologia e o procedimento que o BNDES observa ao analisar todas essas operações são idênticos para todas elas.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - V.Sa. afirma, então, que um prazo para um empréstimo concedido à Refinaria Abreu e Lima e para um empréstimo concedido a uma empresa privada é exatamente o mesmo na apreciação interna do banco?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Deputado, eu não tenho aqui detalhes dos prazos que foram observados nessas operações. Como eu disse, essa foi, inclusive, uma operação da Diretoria do Dr. Zurli. Ocorre que o BNDES, até pela política de crédito — acho que ele pode complementar —, tem determinadas situações, produtos diferentes, como qualquer banco. Então, às vezes, temos...

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Mas a pergunta, para ser objetivo, é assim: o prazo é o mesmo? Dr. Zurli, o senhor pode responder? O prazo é o mesmo? Para eu conceder um crédito à Refinaria Abreu e Lima, para conceder um crédito à ELETROBRAS, para conceder um crédito a um ente do setor público, é exatamente o mesmo para conceder um crédito a uma Oi, a uma JBS ou a qualquer outra empresa do setor privado?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Os trâmites são os mesmos, o prazo é o mesmo. Evidentemente, em cada situação, dependendo da disponibilidade de informações e documentação, cada projeto pode variar pelo que você tenha lá. Mas os procedimentos são os mesmos; em princípio, os prazos serão os mesmos. Eu só gostaria de esclarecer que o BNDES tem duas formas de financiar: ou com um financiamento corporativo, em que o risco de crédito é avaliado, da empresa... Esse foi o caso do financiamento à PETROBRAS, a que eu fiz referência. E você, muitas vezes, pode financiar um projeto específico com um plano de investimentos da companhia. Sua empresa é de baixo risco de crédito, e você faz aquela avaliação corporativa. E você tem um financiamento a projeto, um *project finance*, que é muito



comum em infraestrutura. Para empresas de propósito específico, você olha para a rentabilidade daquele projeto específico e a capacidade de pagamento. Quando você dá um financiamento a uma empresa com projeto específico, o seu pagamento, você se baseia, principalmente, na capacidade e no retorno desse projeto. Quando o financiamento é corporativo, você vê o retorno daquele projeto, do conjunto de projetos do plano de investimentos, mas você olha a capacidade da empresa. Mas, dos prazos, seja num caso ou noutro, se são empresas públicas ou privadas, a sistemática é a mesma.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Para concluir, eu gostaria só de fazer uma pergunta a V.Sas., ambos diretores, e encerro as minhas questões. V.Sas. já sofreram algum tipo de tráfico de influência, de colocação, pontuação e encontros dos ex-Ministros Antonio Palocci e Fernando Pimentel e do ex-Presidente Lula?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Não.

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Não.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Nunca nenhum pedido, nenhuma colocação, nenhum encontro foi realizado entre V.Sas. e esses três personagens?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Nunca.

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Nunca estive com o Ministro Palocci. Nunca estive com o Ministro Pimentel.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Com o Presidente Lula?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Com o Presidente Lula, numa única ocasião, de um evento no BNDES, onde fui só apresentado, por 10 segundos. O Ministro Pimentel... A minha relação com o Ministro Pimentel se limitou às reuniões do Conselho de Administração da BNDESPAR.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - E nunca percebeu, ao longo dos anos da trajetória de V.Sas. no banco, que esse tráfico de influência ocorreu em benefício de algum ou de outro projeto, seja no Brasil, seja no exterior?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Deputado, no meu caso, eu desconheço e tenho a convicção de que os procedimentos do BNDES, a forma com que o BNDES atua e a impessoalidade impedem que isso ocorra dentro do banco.





**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Também nunca tive nenhum tráfico de influência.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Agradeço, então, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - O próximo orador...

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Pela ordem, Sr. Presidente, queria usar o tempo como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - Permita-me só... Por favor. O próximo orador é o Deputado Carlos Zarattini, que tem 6 minutos para falar, usar o tempo como Líder.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Ele vai usar como Líder, para expor, sem poder questionar, ou para fazer questionamentos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - Na verdade, para falar em Comunicação de Liderança, pelo PT, por 6 minutos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - Eu só queria, antes, por favor, Deputado, novamente pedir aos nossos convidados que tentem ser um pouco sucintos, em função do horário avançado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente, Srs. Deputados e. Deputadas, queria cumprimentar o Sr. Júlio César e o Sr. Roberto e parabenizá-los pela exposição, que tem sido muito clara, sobre a forma de atuação do BNDES.

Eu gostaria de fazer essa intervenção aqui principalmente por conta de que, hoje, um dos principais jornais empresariais do Brasil apontou, numa manchete, um suposto prejuízo de 38 bilhões causado pelo BNDES, 38 bilhões que são parte de uma política de financiamento a taxas de juros mais reduzidas: a TJLP e o Programa de Sustentação de Investimento, que foram, que são, dois elementos importantíssimos para a política industrial do Brasil.

Todo o nosso empresariado — o Deputado João Gualberto sabe disso — reclama das taxas de juros no Brasil, que são excessivamente altas, e a política da TJLP e do PSI, que foi aprovada aqui pelo nosso Congresso, tem garantido que haja condições não só de a indústria brasileira se desenvolver, crescer e gerar empregos, como também o setor de infraestrutura.



Como seria possível aos Estados e Municípios realizarem investimentos sem termos essas condições, mesmo no caso de concessões — concessões rodoviárias, concessões de aeroportos e tantas outras concessões que foram feitas?

Portanto, parece-me bastante equivocada essa manchete de hoje do jornal empresarial a que me referi.

Mas eu gostaria de aproveitar esse tempo. Já que esse tema foi, inclusive, colocado pelo Deputado Betinho, e ele, em outra reunião desta CPI, propôs aqui trazer uma professora, da qual agora eu não me recordo o nome, eu proponho, Sr. Presidente, ao Relator, que nós possamos, inclusive, fazer aqui um debate sobre esse assunto, sobre as implicações econômicas de termos uma taxa de juros mais baixa, evidentemente sustentada pelo Tesouro — quais são as suas implicações na economia; quais são as suas implicações na indústria, no emprego e nas questões macroeconômicas de forma geral.

Então, Deputado Betinho Gomes, eu sugiro que nós possamos programar este debate aqui. Eu acho que é uma das questões importantes e que toda hora surge no noticiário, como surgiu, hoje mesmo, no noticiário desse jornal.

Eu não posso fazer perguntas, como alertou aqui o Deputado Baldy, mas eu acho que tem algumas questões que deveriam ser mais bem comentadas. Por exemplo, eu acredito que seria importante que os nossos depoentes explicitassem, de forma mais clara, todas as relações com o grupo “x” — que tipo de relações tivemos com o grupo “x”; quais foram os financiamentos, o resultado, didaticamente, para que a gente pudesse ter uma clareza disso.

Também me parece que é importante a gente ter um esclarecimento aqui sobre essa questão do Grupo Independência. Foi citado aqui pelo Dr. Júlio César que alguns bancos entraram, poucos dias antes, no financiamento do Grupo Independência. Era importante a gente saber se alguns saíram. Alguns saíram antes? Essa é uma questão que fica na minha cabeça, e também se houve alguma investigação ou algum processo em relação à fraude de documentos do Grupo Independência — se isso foi avaliado; se haveria fraude; se foi tomada alguma providência em relação a isso.

Por fim, o Deputado Baldy colocou aqui também uma questão que eu julgo importantíssima em relação ao setor de carnes, que é a questão da competitividade.



Eu queria sugerir ao Relator que nós aqui fizéssemos uma convocação a algum representante do CADE, para que esse representante viesse aqui explicar melhor quais foram as avaliações que o CADE teve em relação ao setor de carnes.

O Deputado Baldy não colocou isso pela primeira vez, já fez essa colocação em outras reuniões, e parece-me relevante. Então, eu queria também sugerir, Sr. Relator, que nós chamássemos aqui alguém do CADE para falar especificamente sobre o impacto dos financiamento do BNDES no setor, em termos de geração de emprego, em termos de produção e em termos de competitividade, principalmente.

Era isso, Sr. Presidente. Eu quero agradecer e espero não ter tomado muito o tempo desta Comissão.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Sr. Presidente, permita-me só uma consideração muito rápida, já que o Deputado Zarattini fez uma proposta que eu acho relevante.

Nós temos, de fato, que fazer um momento de discussão sobre os conceitos que o BNDES tem adotado. Acho que seria muito pertinente essa discussão com uma especialista, a Dra. Mônica, que já escreveu dois artigos, na *Folha de S.Paulo*, sobre o assunto, e, certamente, alguém do próprio BNDES que pudesse fazer aqui esse contraponto, para a gente entender o funcionamento dessa sistemática, que, no nosso entendimento, tem gerado prejuízos ao Tesouro Nacional e não tem cumprido papel de gerar os investimentos previstos.

Então, eu acho que seria muito conveniente essa oportunidade no momento que for possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - O.k.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Sr. Presidente, a título de sugestão aos Deputados Zarattini e Betinho, que nós visitássemos, então, as entidades, como fizemos com o TCU, para que pudéssemos dar celeridade às oitivas, às audiências aqui, que temos muitos...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Dá para fazer um seminário, Sr. Presidente; à parte, e não aqui.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Nós podemos aí fazer fora, à parte da CPI, para que aqui a gente não perca essa objetividade.



**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Sr. Presidente, como o Deputado Zarattini disse que o BNDES incentivou a indústria brasileira, que cresceu, eu só quero lembrar que a participação da indústria brasileira hoje é a menor das últimas décadas; menos de 10%. Só em comparação com outros países, a da Tailândia é de mais de 30%, e a da Argentina é de 17%.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Mas é só olhar o tamanho da economia da Argentina e o tamanho da economia da Tailândia.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Participação. Eu estou falando de participação. México, então. A do México é de 17%.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - É só olhar o tamanho da economia do México e o tamanho da economia do Brasil.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Na verdade, o PT acabou com a indústria brasileira nos últimos anos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Porcentagem é uma coisa relativa. O próprio termo diz.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - Vamos continuar os nossos trabalhos. Para as sugestões, talvez valesse a pena a gente fazer uma proposta extrapauta, Sr. Relator, sobre os vários temas que aqui foram sugeridos.

O próximo Vereador... Deputado inscrito, desculpe — dizer “Vereador” é cacoete, até porque fui Vereador por 10 anos —, é o Deputado Arnaldo Jordy.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Sr. Presidente, o senhor me regozija com essa referência de vereador. Eu fui Vereador, em Belém, por quatro mandatos e com muita honra, muito orgulho.

Queria cumprimentar V.Exa., o Relator, os nossos convidados, que aqui hoje estão colaborando com esta CPI, é claro, na condição de depoentes, portanto, sob o compromisso de não se afastar da verdade.

Vou ser muito objetivo. Sr. Presidente, perguntando, pela ordem de apresentação, ao Dr. Roberto, que é o Diretor de Infraestrutura e Insumos Básicos do banco: a Polícia Federal está apurando — isso foi noticiado fartamente pela imprensa — irregularidades na obra da arena de Pernambuco. Essa investigação faz parte da Operação Fair Play. Uma irregularidade está absolutamente pacificada, no



entendimento da Polícia Federal, eu estou aqui com relatório que está no *site* da Polícia Federal, que é a questão de fraude na licitação dessas obras.

A investigação indica que a empresa Odebrecht, vencedora da disputa, levou vantagem indevida e teve 1 ano para montar o projeto, enquanto outras concorrentes tiveram apenas 45 dias.

Matéria publicada também pelo *site* da Polícia Federal e, de resto, na imprensa, diz que a investigação indica que a Odebrecht levou esse tipo de vantagem. A Polícia Federal suspeita de que houve também uma avaliação errada do valor do terreno onde a arena foi construída e que isso teria resultado em um empréstimo maior do que o necessário junto ao BNDES.

O Superintendente da Polícia Federal, o Sr. Marcello Diniz, abre aspas, diz seguinte: *“Pelos exigências que se colocava no edital, não daria tempo, não daria a possibilidade de outras empresas participarem deste evento, deste certame, o que inviabilizaria qualquer tipo de concorrência efetivamente neste empreendimento.”* Fecha aspas. É o depoimento do Superintendente da Polícia Federal, Sr. Marcello Diniz.

Nós já tivemos aqui depoimentos de ex-presidentes do BNDES que afirmaram que o BNDES tem ferramentas, instrumentos, para, principalmente depois dos processos de avaliação, que são recorrentes e rotineiros na prática do BNDES em relação aos grandes empreendimentos que financia... Isso foi dado, inclusive, como exemplo específico pelo ex-Presidente Lessa, de alguns casos que ele mesmo corrigiu, diante das evidências que foram a ele apresentadas, de superfaturamento — citou aqui uns dois casos, pelo menos —, eu pergunto ao senhor qual a avaliação que o senhor faz disso, desse fato, dessa situação sobre o superfaturamento; se o BNDES reavaliou essa situação que foi publicada e é hoje objeto de investigação, já pacífica no que diz respeito à fraude na licitação e, portanto, ao superfaturamento, desse empreendimento; e quais são as ferramentas de que o banco dispõe para essa avaliação. Essa é a primeira pergunta.

Eu não sei se é pergunta e resposta ou se são perguntas e, depois, as respostas, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - Na verdade, V.Exa. tem ainda 40 segundos, Deputado Arnaldo Jordy. Se V.Exa. quiser interromper neste momento...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Eu peço para agregar ao meu tempo de Líder, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - Pode ser pergunta e resposta, como desejar. Eu não havia visto o requerimento como Líder.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Eu só vou concluir, porque a segunda pergunta tem a ver com a primeira, se V.Exa. me permitir.

O BNDES aprova empréstimos de 22,5 bilhões para a Belo Monte. O depoimento que o senhor fez... O senhor fez um comentário, que está aqui aspeado, à imprensa, dizendo o seguinte: *“É o maior financiamento do banco para um projeto. O banco já vinha apoiando Belo Monte e já havia se comprometido em financiar o projeto. Não deve ser uma surpresa para ninguém.”*

O tom do seu comentário deixa denotar que é frequente, que é recorrente essa prática de financiamentos dessa monta. Agora, todos nós sabemos, pelos depoimentos do Sr. Dalton Avancini e do Sr. Milton Pascowitch, um da Engevix e outro, o primeiro, da Camargo Corrêa, de que houve superfaturamento das obras de Belo Monte para pagar inclusive propinas para partidos políticos. Mais uma vez, em relação a Belo Monte, que é a maior obra do PAC, o que o senhor tem a nos informar sobre a constatação desses superfaturamentos para pagamento de propina? Eu não me refiro à propina propriamente dita, que não é da alçada dos senhores nem do BNDES, mas ao superfaturamento, que é dito pelos dois empresários, em delação premiada, que tiveram que superfaturar os valores para poder fazer jus à propina que lhes foi cobrada. Pergunto o que o senhor tem a nos dizer sobre isso e quais as ferramentas que o BNDES teve ou tem para apreciar essa irregularidade, essa fraude, esse desvio das finalidades do empreendimento contratado?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Deputado Arnaldo Jordy, a infraestrutura urbana, que inclui as arenas, não está diretamente relacionada a minha área, mas eu vou procurar esclarecer, da melhor medida possível, com o que eu conheço, e qualquer informação adicional vou pedir que depois encaminhem para



o senhor ou até a esta CPI. O BNDES teve um programa para apoio às arenas da Copa. Foi um programa específico. O BNDES, dada a complexidade, os prazos que tinham que ser atendidos e toda a complexidade que nós sabemos que há numa confecção de estádios dessa magnitude, tomou o cuidado de chamar, fazer — vamos dizer assim — um acordo com o TCU, para que, desde o princípio, esses projetos tivessem o acompanhamento dos órgãos de controle para todas as arenas. E, mais do que isso, o BNDES cuidou de fazer uma avaliação do custo, *a priori*, para, independentemente do projeto, já antes dos projetos serem apresentados ao BNDES... Ele viu qual seria um custo por assento razoável com parâmetros comparáveis com outros países. O BNDES, então, delimitou a 400 milhões de reais o valor do máximo do financiamento que ele aplicaria. Então, isso aconteceu para todas as arenas, em diversos casos, nos valores finais. Sabemos que há projetos diferentes uns dos outros, alguns saíram mais caros, outros mais baratos, mas o BNDES limitou o financiamento dele a 400 milhões. Em paralelo, houve a preocupação de ter um acompanhamento conjunto, uma coisa que não é nem usual, mas, dada a celeridade que se precisava da data da Copa do Mundo, isso foi uma coisa feita a quatro mãos com o TCU, e o BNDES limitou a 400 milhões de reais. Então, houve toda cautela do banco com relação a isso. Informações muito específicas sobre o caso de Pernambuco eu não saberia dar, porque, de fato, não é minha Diretoria, mas a gente informará, dará todas as informações específicas sobre esse caso. Eu acho que essas cautelas atendem à questão do cuidado do banco, para não haver nenhuma possibilidade de um financiamento ou um orçamento exagerado, já que nós limitamos o nosso valor. Os valores adicionais, na verdade, não foram financiados pelo BNDES, se é o caso. Eu não conheço o valor específico da arena de Pernambuco.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - O senhor não me respondeu nada. Desculpe-me a franqueza. O senhor não me respondeu absolutamente nada. Eu lhe perguntei uma coisa, e o senhor está generalizando um comportamento do banco que não tem nada a ver com o caso que eu lhe disse.

Eu vou lhe dar aqui o depoimento de um delegado da Polícia Federal, que está aqui aspeado, ao qual o senhor pode ter acesso. O Delegado Felipe Barros Leal diz o seguinte:



*“Quando você precisa obter um valor de empréstimo  $x$  e obtém  $x$  mais 1, ou mais 2, ou mais qualquer coisa, você, na verdade, está fraudando também o empréstimo. Portanto o BNDES teria a obrigação de verificar este tipo de anomalia”.*

Este é o depoimento do delegado da Polícia Federal que está envolvido na investigação do processo. A polícia já concluiu que houve irregularidades — eu perguntei. Se o senhor não sabe nada, diga que o senhor não sabe nada. No caso, eu peço que o senhor possa nos informar.

Agora, o senhor não respondeu nada do fato concreto que eu mencionei, pelo menos em relação a essa primeira pergunta. Eu queria que o senhor pudesse ser mais objetivo — ou não — em relação ao que eu lhe perguntei, Sr. Roberto.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Deputado Arnaldo Jordy, como eu disse, eu não conheço esse caso em particular, porque a infraestrutura urbana não está afeta diretamente a mim, mas o cuidado do banco em limitar em 400 milhões para todas as arenas limitou essa possibilidade de financiar valores excessivos. Além disso, o fato de haver um trabalho em conjunto com os órgãos de controle também deu maior transparência e maior controle para todo esse aspecto.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Mas, Dr. Roberto, eu estou lhe dando um fato concreto, que não é desconhecido e que nega tudo que o senhor está dizendo aqui! Eu estou dizendo que isso não é a minha opinião; isso é um fato investigado por uma instituição da República, a Polícia Federal, que, aliás, tem prestado um bom serviço ao País ultimamente nos casos que tem apurado. Eu nunca vi a Polícia Federal ser desmoralizada por uma investigação que aponta irregularidades em relação a superfaturamentos. Se o senhor tiver conhecimento, pelo menos sobre isso, informe-me.

Eu estou lhe dando um fato concreto, que nega exatamente tudo que o senhor está dizendo. O senhor está dizendo que não houve problema, que a limitação foi feita, que isso foi apurado pelo TCU, que foi acompanhado, que está tudo normal. Eu estou lhe dando dados — os nomes das pessoas, os nomes de dois delegados, os fatos, o seu depoimento sobre o empréstimo —, mas o senhor não diz nada sobre eles! Por favor!

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Com relação...





**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - O que eu estou lhe dizendo nega o que o senhor está dizendo, genericamente.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Permita-me, Deputado, discordar quanto à negativa. Eu dei elementos que permitem mostrar a cautela e a prudência que o banco tomou. Sobre esse projeto específico, eu não tenho informações...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - A cautela que o banco tomou não foi suficientemente cautelar para evitar o fato existente. Houve um fato concreto. Isso já está apurado, não por esta CPI, mas pela Polícia Federal! Agora, se o senhor não sabe responder, tudo bem.

Deixo aqui o apelo, Sr. Presidente e Sr. Relator, para que o BNDES possa nos informar sobre essa questão especificamente. Tudo bem, é um direito que o senhor tem.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Deputado, se me permite esclarecer também um pouco, fui agora informado de que esse apoio às arenas foi informado. Já foi submetida essa resposta à CPI, em função do Requerimento nº 156, do Deputado Betinho Gomes. Quanto à Arena Pernambuco, já houve um requerimento — também já foram enviadas as informações pelo BNDES —, o Requerimento nº 138. Então, essas informações mais detalhadas estarão nessas respostas específicas que foram encaminhadas. Se o senhor me permite, eu gostaria de responder especificamente sobre o caso de Belo Monte. O setor elétrico está sob minha responsabilidade. O senhor deve estar se referindo a quando o banco divulgou a aprovação do financiamento de longo prazo a Belo Monte, que deve ter sido em meados de 2012. A menção que eu faço, que o BNDES já apoiava, é que, dadas as características e a necessidade de encomenda dos equipamentos das turbinas de grande monta do projeto de Belo Monte, no ano de 2011, o BNDES já tinha aprovado um financiamento para aquisição dos equipamentos — é a modalidade FINAME —, um financiamento aos fabricantes para que fosse deflagrada a encomenda das turbinas. Esse financiamento já havia sido concedido. Então, o financiamento aprovado, que, somado ao financiamento anterior para os equipamentos, soma 22,5 bilhões, a que o senhor se referiu, foi aprovado em 2012. Portanto, o BNDES primeiramente havia financiado os equipamentos e, em seguida, porque havia a necessidade de conclusão do processo de licenciamento dos



diversos sítios onde serão implantados as obras, o BNDES apoiou em 2012. O projeto de Belo Monte, pelo nosso acompanhamento, que é feito muito de perto, devido a sua importância, nós acompanhamos com cuidado. É um projeto que vem sendo realizado com bastante êxito até o momento: tem 80% das obras civis realizadas e 70% no conjunto total de realização. Portanto, é um projeto que tem uma realização bastante adequada. O orçamento que foi avaliado, à época da aprovação do financiamento, a custo... O custo por megawatt de capacidade instalada é adequado, comparável, bastante razoável, se comparado com obras de usinas de grande porte. Esse orçamento é balizado por um leilão, em que houve uma definição de uma tarifa que dá viabilidade econômica para esse projeto. Aquele investimento está relacionado com uma receita, com o contrato de venda de energia. Então, é um financiamento a projetos. Então, o orçamento é comparado, e o financiamento é comparado à capacidade do retorno desse projeto. Os números que hoje nós temos até hoje, a evolução do custo da obra tem sido inferior à variação do IPCA. Então...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Dr. Roberto, desculpe-me por interrompê-lo. O senhor tomou conhecimento da delação do Sr. Dalton Avancini dizendo que pagou propina de 102 milhões — 51 milhões para um partido, 51 milhões para outro partido — e que teve que superfaturar a obra. Nós já tivemos depoimentos de vários ex-Diretores e ex-Presidentes do BNDES aqui dizendo categoricamente que o banco tem instrumentos. O senhor concorda com isso, que o banco tem instrumentos para avaliar se obras foram superfaturadas pela *expertise* que o banco tem, pelo critério absolutamente rígido que os senhores tentam demonstrar aqui, quase que a obra da perfeição, de que o BNDES não tem possibilidade de errar em nada? Os dois depoimentos dos delatores, do Sr. Dalton Avancini e do Sr. Milton Pascowitch, um da Engevix, dizendo que pagou 532 mil reais de propina, o outro dizendo que pagou 102 milhões de propina e ambos dizendo que a fonte de pagamento dessas propinas foi superfaturamento. A instituição que o senhor representa aqui tem condições de avaliar esses superfaturamentos? Avaliou? O senhor tem conhecimento? O que o senhor tem a nos dizer sobre isso?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - Antes de o Sr. Roberto responder, gostaria só que pudessem ser sucintos, por favor...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Sucintos, objetivos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - ...porque o tempo já está... Já estamos às 5 horas da tarde e praticamente não iniciamos ainda a lista dos oradores.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Deputado, temos os instrumentos, que é a avaliação da razoabilidade do orçamento, e o retorno, como eu havia mencionado. Nós financiamos a Norte Energia, que é a concessionária. A concessionária tem um contrato de construção com o consórcio construtor. Não temos nem visibilidade de qualquer pagamento que é feito pela construtora a terceiros. O nosso relacionamento é de financiamento à concessionária, e o orçamento é avaliado a preço de mercado. Em função de seu retorno, ele é compatível. É isso. Nós comprovamos, a cada desembolso, a aplicação desses recursos, e temos convicção de que esses recursos são aplicados na obra de Belo Monte.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - O.k. Deputado Arnaldo Jordy, o seu tempo esgotou.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Sr. Presidente, eu não vou fazer mais perguntas porque me parece que é absolutamente infértil perguntar qualquer coisa aqui. Eu até me antecipei, dizendo ao senhor que não me responda sobre propina, porque eu não estou lhe cobrando sobre propina. Eu não sou idiota de vir aqui e lhe cobrar se o senhor sabe de propina. Claro que o senhor, provavelmente, não saiba. Eu estou perguntando se o senhor sabe se há a possibilidade de o banco avaliar o superfaturamento de uma obra que custa xis e foi cobrado xis mais alguma coisa! Só isso! Agora, o senhor já disse que não sabe responder. Tudo bem. Fica consignada a minha pergunta para a instituição, Sr. Presidente. Se puder o senhor ou outro diretor responder, eu ficaria grato, porque ninguém aguenta mais essa enrolação toda. A gente pergunta uma coisa e as pessoas fogem da pergunta objetiva!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - Deputado Arnaldo Jordy, é que o tempo já superou um pouco, não é?



Bem, o próximo orador é o Deputado Adail Carneiro, a quem concedo a palavra.

**O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO** - Sr. Presidente, demais Deputados, demais Deputadas e os Srs. Júlio César Maciel Ramundo — não é isso? Eu vi aqui Raimundo, mas é Ramundo —, Diretor da Diretoria Industrial, Capital Empreendedor e Mercado de Capitais do BNDES, e Roberto Zurli Machado, Diretor de Infraestrutura e Insumos Básicos do BNDES, segundo notícia do jornal *Valor Econômico*, de 10 de junho de 2011, os nomes de José Carlos Ferraz, não presente a este momento, mas os de Júlio César Maciel Ramundo e Roberto Zurli Machado, como novos diretores do BNDES, foram indicados ao Palácio do Planalto por Luciano Coutinho, então Presidente da instituição, para que ocupassem as Diretorias de Mercado de Capitais e de Infraestrutura, em substituição a Eduardo Rath Fingerl, que se aposentou, e Wagner Bittencourt, que virou Ministro da Aviação Civil. À época, afirmava-se que Coutinho optou por solução interna para indicar executivos do banco numa estratégia para blindar o banco de nomeações políticas.

Portanto, vai aqui a minha pergunta naturalmente aos dois senhores representantes do BNDES: os senhores confirmam que as indicações, como funcionários de carreira, visavam interromper um ciclo de indicações partidárias e ingerências políticas no BNDES? Desse modo, pode-se inferir que antes as nomeações não eram baseadas na meritocracia e eram motivadas segundo interesses político-partidários? Essa é a primeira pergunta.

A segunda: segundo informações disponíveis na página eletrônica do BNDES, foram celebrados 539 contratos de financiamentos à exportação de serviços de engenharia, no período de abril de 2007 a abril 2015. É de causar espécie que desse volume 420 contratos estejam restritos a apenas cinco empreiteiras, que sejam: Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Odebrecht, Queiroz Galvão e OAS, construtoras essas que obtiveram 99,45% do total financiado do período pelo BNDES, cerca de 12,02 bilhões. Mais impressionante é o fato de que desse total mais de 90% dos recursos foram concentrados em contratos envolvendo a interveniência de apenas dois grupos empresariais: a Odebrecht e a Andrade Gutierrez. Portanto, senhores, poderiam explicar os reais motivos que justificam essa concentração? Houve alguma interferência governamental ou



político-partidária? O senhor não acha muita coincidência essas mesmas construtoras fazerem parte também do clube do cartel das empresas envolvidas na corrupção da PETROBRAS denunciadas na Operação Lava-Jato? Não é, no mínimo, questionável a alegação do BNDES de que o objetivo desses contratos junto a tais empreiteiras é alavancar o desenvolvimento nacional? Não soa muito estranho, portanto, que se pretenda alavancar o desenvolvimento nacional privilegiando apenas cinco empreiteiras, beneficiando com mais ênfase apenas duas delas, todas relacionadas ao esquema de corrupção em contratos com a PETROBRAS?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - Com a palavra o Sr. Roberto Zurli Machado.

**O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO** - Quero lembrar, Sr. Presidente, que, por eles estarem em diretorias estratégicas do BNDES, essa pergunta — aqui reforço — eu dirijo aos dois senhores. Naturalmente, espero que haja convergência nas respostas quando elas são aquelas que nós acreditamos plausíveis como justificadas e, digamos assim, convincentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - Novamente, desculpe-me a insistência, mas peço que possamos ser sucintos nas nossas respostas. Obrigado.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Deputado Adail Carneiro, Adail Carneiro, muito objetivamente, o diretor que sucedi foi o atual Vice-Presidente Wagner Bittencourt, que teve um período na Secretaria de Aviação Civil. Ele tem mais do que os meus 30 anos de BNDES. Eu acho que ele tem — ele até falou aqui —, 35 ou mais anos de BNDES. O Júlio Ramundo — ele pode complementar — substituiu o Eduardo Rath Fingerl, que também tem talvez o mesmo tempo, mais de 30 anos de carreira no BNDES. Então, nós substituímos funcionários de carreira. Então, não procede nenhum outro entendimento. Em relação à exportação de serviço, eu vou só mencionar. Como eu acompanho a infraestrutura no Brasil, vou mencionar: esse volume de exportação de serviços correspondeu a 3% dos desembolsos do banco, enquanto os desembolsos para infraestrutura no Brasil correspondem a cerca de 40% do desembolso da infraestrutura como um todo financiada pelo BNDES no Brasil. Isso mostra que a prioridade nossa é a infraestrutura, é o desenvolvimento do País. Quanto ao mercado ser concentrado,



isso acontece em toda exportação de serviços e em todos os países, porque de fato é um mercado concorrido, só grandes empresas conseguem acessá-lo. Essa é a estratégia de cada empresa. O apoio do BNDES é proporcional aos projetos que nos chegam. As empresas que têm maior sucesso nos seus empreendimentos no exterior, em conseguir obras no exterior, solicitam um volume maior de financiamento. Por essa razão, o volume é maior em algumas empresas e não em outras. Procurando ser sucinto, isso seria o que posso dizer a respeito do assunto.

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Sr. Deputado Adail Carneiro, a respeito da primeira pergunta, não tenho nada a acrescentar. Tanto eu quanto o Diretor Zurli substituímos funcionários de carreira, de longa carreira no BNDES, com mais de 30 anos na casa. O Presidente Luciano, ao nos indicar, manteve uma tradição. Sobre o segundo ponto, eu não tenho nada a acrescentar em relação à resposta do meu colega, Diretor Roberto Zurli. Só acrescentaria duas questões de dados. Vários países têm concentração semelhante. Há casos de países europeus em que só uma empresa realiza todas as exportações e serviços. Então, isso é algo que se repete em alguns outros países, dada a natureza dos serviços, como disse o meu colega, Diretor Roberto Zurli. Outro elemento, apenas para agregar, é que essas exportações de serviços, lembrando o que foi dito aqui em outras reuniões anteriores, são desembolsadas no Brasil, e as empresas adquirem bens e serviços aqui no Brasil. De forma que há um conjunto de empresas brasileiras que são favorecidas por esses financiamentos, porque essas empresas que exportam serviços, que executam obras no exterior contratam subfornecedores aqui no Brasil, contratam aqui no Brasil e geram empregos aqui no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - V.Exa. tem mais 18 segundos. Ou já está satisfeito?

**O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO** - Bom, como V.Sas. explicam o fato de o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ter decretado sigilo, por 25 anos, de qualquer empréstimo do BNDES? Será que isso não está na contramão da sociedade civil brasileira?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Deputado Adail Carneiro, entendo que o Ministério do Desenvolvimento determinou o sigilo por questões empresariais e de relações com países para... São dois países, Cuba e Angola. Se



bem me recordo, foram esses dois. Não para todas as operações, mas isso já não procede mais. Sobre esse sigilo, o próprio Ministério do Desenvolvimento já admitiu e já permitiu que o BNDES submetesse e tratasse da mesma forma todas as suas operações. O que o BNDES realmente tem que respeitar — é uma questão de lei — é a questão do sigilo bancário, que está relacionado a todas as operações. Mas não é uma deliberação do Ministério do Desenvolvimento, é por força de lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - O próximo inscrito é o Deputado João Gualberto.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Sr. Presidente, Sr. Júlio César, Sr. Roberto Machado, queria lembrar a V.Sas. que, quando das oitivas na CPI da PETROBRAS, lá estiveram presidentes e diretores — por exemplo, o Sr. Sergio Gabrielli — que colocaram a PETROBRAS, a exemplo do que V.Sas. fazem, como uma instituição séria, incorruptível e sem problemas. No entanto, nos últimos 5 anos do PT, só para falar de 5 anos, assaltaram tanto a PETROBRAS que o seu valor, que era, em apenas 5 anos, de 230 bilhões, hoje é de apenas 30 bilhões, devido a tantos roubos tidos lá.

Então, quero dizer que não é tão perfeito assim como V.Sas. estão falando. Vamos lembrar que, na semana passada, o Ministro Gilmar Mendes falou que o Governo atual é um governo de ladrões. Quem falou isso foi um Ministro da Corte maior do Brasil. E não estou me referindo a V.Exas. Estou me referindo ao Governo do PT, atual, como um governo de ladrões.

E aí eu faço a pergunta para o Sr. Roberto. O senhor acabou de falar agora do sigilo, que era somente para Cuba e Angola. Eu queria perguntar ao senhor se essa suspeita que nós temos é razoável — e nós estamos aqui para investigar isso. O Brasil, com o BNDES, tem feito empréstimos para obras de infraestrutura em países ditatoriais ou com pouca democracia, a exemplo de Cuba e Angola. Cuba é um país de dois irmãos e Angola é um país de um Presidente que está há 36 anos no poder, cuja filha é uma das mulheres mais ricas — fala-se que é com dinheiro de corrupção. E o Brasil, com o BNDES, tem emprestado dinheiro para lá.

Se aqui o PT roubava 3% das obras —1% ia para o PT e os outros para os aliados —, e era muito mais complicado, pois envolvia operador, doleiros, que estão presos hoje, era uma operação muito mais complicada, será que o Presidente Lula



pensou em arrumar outro jeito de roubar lá fora, que é mais fácil? Nos últimos 7 anos, se não me engano, foi emprestado para obras de infraestrutura algo em torno de 60 bilhões para esses países ditatoriais. Se roubou 3%, isso dá 1 bilhão e 800 milhões. E isso vai para países ditatoriais, onde quem decide quem vai pegar a obra é o Presidente da Angola ou os irmãos Castro.

Como é feito esse controle da licitação? O senhor não acha que é muito fácil esses governantes ditatoriais, donos dos países, desviarem 2%, 3%, 4%, 5% para o PT e já ficar lá fora esse dinheiro? O senhor não acha que isso pode ter acontecido?

Para vocês que falam que trabalham muito em decisões colegiadas, nunca foi discutido que esse dinheiro emprestado lá, para investir na infraestrutura de Angola, Cuba, etc., estaria sendo tirado de investimentos na infraestrutura do Brasil? Repito, foram 60 bilhões, nos últimos 7 ou 8 anos. Então, o senhor não acha que pode ter tido desvio lá também?

Eu quero um parecer de vocês, muito honesto e muito sincero. Podem ser respostas longas, como vocês fizeram anteriormente.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Deputado João Gualberto, gostaria de deixar bem claro que não existe nenhum tratamento de confidencialidade atualmente para nenhuma das operadoras.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** -Eu não afirmei isso, eu quero a minha resposta.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Perfeito. O BNDES tem todo controle do recursos que desembolsa aqui do Brasil para as empresas. Ele tem o controle dos pagamentos, dos bens...

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Desculpe-me, Sr. Presidente, mas eu vou ter que interromper. Eu não perguntei isso, eu perguntei se não era mais fácil desviar lá fora. O que eu perguntei foi isso. Aqui, é desviado 3%, com CGU, com TCU e com todo o controle de instituições sérias do Brasil. E, lá fora, não seria mais fácil desviar dinheiro, não? Essa foi a minha pergunta.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - A minha resposta se circunscreve aos recursos do BNDES, dos quais eu sou responsável, como gestor. Então, eu estou comentando que esse recurso é aplicado ao pagamento, que é feito aqui no Brasil, e é verificada a aplicação desse recurso. Nós sabemos para onde vai o recurso que





nós emprestamos, porque o recurso não é desembolsado para o exterior, ele não vai para o exterior. A dívida é do país, e no futuro virá como reserva, como fluxo cambial para o Brasil no pagamento desses empréstimos. Mas a aplicação dos nossos recursos nós verificamos. É o que eu posso falar com relação à minha responsabilidade como gestor do BNDES.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - E como são feitas as licitações lá, o senhor sabe? O senhor sabe do controle que é feito ou da escolha das construtoras que vão tocar essas obras? No caso do Porto Mariel, por exemplo, como foi feita essa escolha?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Eu não tenho conhecimento, não é da área pela qual sou responsável. Em particular, dos projetos de exportação, eu não conheço, em cada caso, como são feitos os processos licitatórios. Eu não saberia responder.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - O senhor concorda que houve um desvio? O senhor acredita ou não que houve esse desvio de 3% dessas obras da PETROBRAS? Pelo que o senhor tem visto na televisão, houve ou não esse desvio de 3%? Só um gerente devolveu 300 milhões, o Barusco. O senhor acha que houve o desvio ou não?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Meu papel, Deputado, permita-me...

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Eu estou perguntando, o senhor não vai responder?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Deputado, permita-me, sem querer ser desrespeitoso, eu só posso me ater às questões relativas à minha gestão, como um funcionário e Diretor do BNDES.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Nós estamos fazendo uma lógica de raciocínio. O senhor acha que aqui teve desvio ou não? Fale "sim" ou "não", não tem problema.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Deputado, respeitosamente, eu tenho que me ater ao que me cabe como Diretor do BNDES. A gente tem que cuidar da aplicação dos recursos do BNDES e da análise dos projetos do BNDES.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - O senhor não sabe nem dizer, não pode dizer "sim" ou "não"? O senhor acha mais fácil desviar lá ou aqui?



**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Deputado, respeitosamente, isso é o que eu posso responder como gestor.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Os senhores são pessoas inteligentes, preparadas e mostraram isso agora. O senhor acha que é mais fácil desviar deixando o dinheiro lá fora ou aqui? Aqui, tem que ter doleiro, intermediários; lá, não, já está lá. O que o senhor acha? É só essa pergunta.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Deputado, com relação ao financiamento das exportações, o que eu possa afirmar é que o nosso desembolso é no Brasil. Os recursos do BNDES não saem do Brasil, este é um fato concreto.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Quem fica devendo é Cuba ou Brasil? É Cuba, não é?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - O devedor é o país que contratou os serviços. Se for Cuba, é Cuba.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Eu tenho batido nessa tecla, Sr. Relator, mas não adianta, vêm os Diretores, os Presidentes e ex-Presidentes do BNDES e não acrescentam nada para a gente.

Nós temos pessoas para ouvir, como o Taiguara, o sobrinho do Lula. Cadê ele? Já foi aprovado, e ele não vai ser convocado? Todo mundo está esperando. Cadê o Eike Batista? Cadê a Friboi? Não vai chamar ninguém? São só os diretores, que não respondem nada, absolutamente, não acrescentam nada? A sociedade quer saber, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Deputado João, respondendo ao questionamento de V.Exa., eles estão aqui exatamente porque tiveram os requerimentos de convocação aprovados, assim como Taiguara e Eike Batista. Eu acho que vai chegar o momento de todos os convocados, todos os que foram deliberados por este Plenário estarem presentes nesta Comissão. Hoje, nós estamos ouvindo exatamente dois diretores, porque estamos ainda atendendo ao pleito do Relator.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Mas por que essa ordem? O meu questionamento é por que essa ordem?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Porque nós estamos ainda atendendo ao pleito do Relator. Hoje nós finalizamos a pauta do Relator, aprovada



inclusive por V.Exas., por unanimidade. Nós aprovamos aqui um roteiro de trabalho do Relator, que foi aprovado por unanimidade. Hoje, nós estamos encerrando exatamente esse ciclo do Relator. Ainda falta o Guido Mantega, na próxima terça-feira, que é da pauta do Relator. Depois, nós haveremos de deliberar, e V.Exa. será atendido, como serão atendidos todos os integrantes desta CPI.

Na quinta-feira, nós teremos o Frigorífico Independência. Na próxima terça-feira, nós teremos o ex-Ministro e Presidente Guido Mantega, e nós estamos deliberando.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - E Taiguara, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Nós vamos deliberar juntamente com V.Exas. Eu tenho me posicionado exatamente nesse sentido de procurar sempre o diálogo, a conversa e a negociação.

O Taiguara já está convocado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito e não há como ele deixar de comparecer. Ele vai comparecer na semana que vem ou na outra semana ou no outro mês, assim como todos os outros convocados.

Peço que V.Exa. finalize a sua fala, porque o seu tempo já estourou.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Eu concluo dizendo que a gente está perdendo tempo aqui com essas pessoas que foram chamadas, infelizmente, os convocados pelo Relator.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.. Essa é a opinião de V.Exa., e eu preciso respeitá-la.

A próxima oradora inscrita é a Sub-Relatora Deputada Cristiane Brasil, a quem concedo a palavra pelo tempo de 10 minutos.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, senhores convidados, nobres colegas, estamos aqui mais uma vez para ouvir o depoimento dos técnicos, dos diretores técnicos do BNDES.

Conforme vai passando o tempo, devo confessar, vai me dando uma certa agonia interna. Primeiro, eu gostaria de saber quem foi que ensinou vocês a fazer esse *media training*, porque é muito bom, realmente é um profissional ou uma equipe muito profissional. Quero dizer que vocês estão muito bem preparados, estão



de parabéns pelo controle emocional e pela capacidade técnica de resposta. A impressão que passa, de verdade, para nós Deputados Federais é de que o BNDES é o céu, nada acontece de errado ali e nada tem acontecido de errado ao longo desse tempo. Nesse ponto, V.Sas. estão de parabéns.

Ocorre que, daqui a um tempo, se Deus quiser, e com a ajuda dos outros órgãos, vai haver uma participação mais ativa aqui na CPI para nos ajudar.

Inclusive, eu gostaria de saber posteriormente, Sr. Presidente, qual é o papel da Polícia Federal na ajuda a esta CPI, dado que ela não tem tido nenhum papel ativo. Eu acho que seria o caso de a gente saber de que maneira eles podem nos ajudar, já que até agora não vi nada. Talvez nós possamos saber de investigações ou do que tenha sido investigado de irregularidades junto ao BNDES.

Vou fazer as minhas perguntas, às quais eu gostaria que os dois respondessem. De acordo com as respostas de V.Sas. à pergunta do Deputado Alexandre Baldy de que não existe tráfico de influência em hipótese alguma no BNDES, V.Sas. acham que nós estamos aqui perdendo tempo e que esta CPI não tem razão de ser?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. faz a mesma pergunta para os dois convocados?

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Concedo a palavra ao Sr. Júlio César, inicialmente, para que possa proceder à resposta.

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Deputada Cristiane Brasil, acho que a senhora se refere inclusive a uma resposta anterior minha ao Deputado Alexandre Baldy. O que eu tenho a dizer... Eu disse que, como funcionário do banco, trabalhando há 22 anos na casa, tenho convicção de que o procedimento do BNDES torna praticamente impossível que a gente tenha desvios ou qualquer tipo de tráfico de influência pela estrutura de decisões que nós temos no banco e pela impessoalidade. A senhora pergunta sobre a razão da CPI. A minha opinião é que o BNDES tem um profundo respeito por esta CPI. A sociedade brasileira, representada por V.Exas. aqui, entendeu que o BNDES precisa prestar esclarecimentos, e o BNDES vai prestar todos os esclarecimentos que V.Exas. demandarem do banco. Nós vamos procurar ser absolutamente diligentes, mas eu



gostaria de dizer que, como funcionário do banco, vindo aqui com o compromisso de dizer a verdade, eu tenho que dar depoimento sobre esses 22 anos que eu tenho na casa de uma carreira técnica. Eu tenho que ter absoluto compromisso com a verdade. Então, eu acho que esta CPI é uma excelente oportunidade para o BNDES esclarecer todo e qualquer questionamento que houver da sociedade brasileira, todo e qualquer esclarecimento que for demandado pelos senhores.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - O senhor se refere, então, ao fato de a tomada de decisão ser sempre de uma maneira colegiada. Isso é o que o senhor acha que, de alguma maneira, seria suficiente para impedir delitos, infrações, fraudes, crimes? É exatamente pela maneira que vocês tomam a decisão? É isso?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Deputada Cristiane Brasil, o BNDES foi construído há 60 anos e, ao longo do tempo, foi aprimorando todos os seus procedimentos de avaliação, de análise, de ascensão interna, de forma de ingresso no banco, de maneira que tudo isso, na minha opinião, compõe uma instituição sólida. E aqui pode ter algum viés, Deputada, mas em vários fóruns, inclusive internacionais, é uma instituição admirada. Eu acho que esta CPI é uma excelente oportunidade, como eu disse, para, no momento em que o banco é criticado, questionado, quando é solicitada toda sorte de esclarecimentos, o banco demonstrar a instituição que foi construída ao longo de 60 anos. Esse procedimento que nós temos de compartilhamento de decisão, de ter mais de um estágio, de as pessoas se reunirem em conjunto, de um relatório de análise ser assinado por pessoas em conjunto e de se levar à Diretoria do Banco uma opinião que é discutida por um conjunto de dezenas de pessoas, na minha opinião e pelo o que eu testemunho há 22 anos dentro do BNDES, ajudou, sim — eu tenho que dizer isso aqui —, a construir uma instituição pública brasileira sólida e séria. É o depoimento que eu tenho que dar aqui. Eu tenho 22 anos no BNDES, ingressei por concurso público. O último concurso do banco teve 140 mil candidatos. O BNDES tem gente do Brasil inteiro, gente que entra por mérito, e toda essa construção que é feita, junto com os procedimentos que o banco adota, tem tornado a gente, na minha opinião, uma instituição pública forte.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - O.k. Já respondeu à minha pergunta.



Eu vou fazer uma pergunta mais direta ao Sr. Roberto Zurli. O senhor faz parte do Conselho de Administração da Braskem? Desde quando? Eu sei que isso é possível, isso é legal, o senhor não precisa me explicar isso. Eu só gostaria de respostas mais objetivas.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Sim, desde abril de 2012.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Abril de 2012.

Quem é o Presidente do Conselho de Administração da Braskem?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - O Sr. Marcelo Odebrecht.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Que está preso?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Sim.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - O senhor faz parte do conselho de administração de mais alguma companhia, organização ou grupo empresarial, fora a Braskem?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Sou membro do Conselho Curador da Orquestra Sinfônica Brasileira.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Na reunião do conselho do último dia 11 de fevereiro de 2015, entre outros assuntos, foi deliberado o primeiro item da pauta: PDCABAK 01/2015, constituição de garantia para contratação de financiamento com o BNDES em terceiro grau sobre unidade industrial da companhia situada em Maceió, Alagoas. Não causa estranheza a V.Sa., como Diretor de Infraestrutura e Insumos Básicos do BNDES, tratar como conselheiro da Braskem para contratar empréstimo junto ao BNDES?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Deputada Cristiane Brasil, o BNDES, até por causa dessa estrutura de governança que tem de equipes independentes para tratar da questão do financiamento... A participação, não há um conflito de interesses com a nossa participação como membro do conselho de administração das empresas.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - O senhor acredita nisso?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Acredito nisso.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - O.k.

De quanto foi esse empréstimo? O senhor lembra?



**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - O empréstimo, eu até vou procurar para responder precisamente. Os empréstimos aprovados à Braskem... Eu tenho aqui alguma informação, se a senhora me permite dar uma resposta precisa... *(Pausa.)* Foi um empréstimo contratado em 2015 de 580 milhões de reais.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - E já foi liberado?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Essa liberação ocorre ao longo do tempo. Então, eu não sei informar. A equipe técnica é que acompanha e procede aos desembolsos dos recursos. Então, eu não tenho aqui a informação se já foi totalmente desembolsada. Eu acredito que não, porque esse é um financiamento para investimentos que vão ocorrendo ao longo do tempo.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - O acompanhamento desse tipo de contrato do Conselho da empresa e da Diretoria de Infraestrutura dos quais o senhor faz parte, também passa pela sua mão?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - O acompanhamento é feito pelas equipes dos departamentos operacionais. As liberações de recursos propriamente ditas, quer dizer, a Diretoria é responsável. como colegiado final, pela aprovação do financiamento. Após a contratação, o acompanhamento dos desembolsos se dá no nível até do superintendente da área, o departamento de superintendência. Eu, como diretor, não autorizo liberações. Não chega diretamente a mim.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - O senhor é conselheiro dessas duas empresas. A Orquestra Sinfônica até sabemos que passa por algumas dificuldades financeiras, eu conheço bem o caso. Mas, no caso da Braskem, que não tem nenhuma dificuldade financeira, o senhor, como diretor, tem conhecimento, é claro, das principais empresas, até pelo fato de o Marcelo ser o presidente do conselho da Braskem. Por isso, eu queria saber se o senhor conversa ou conversava com o Sr. Marcelo com frequência.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Não. O contato é no âmbito do conselho de administração.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Fora do conselho de administração, o senhor não recebia ligações do Sr. Marcelo?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Não. Ligações diretas não.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Nunca ligações diretas?



**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Não.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Encontros marcados, agendas, os senhores se encontravam com frequência?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Não. Em reuniões não. Não nos encontrávamos com frequência, porque, na verdade, a relação dos conselheiros tem muito a ver com a administração da própria empresa, com os executivos da própria empresa. E as reuniões que houve no BNDES foram reuniões de apresentação do grupo, com as diversas áreas do colegiado de diretores e superintendentes do BNDES.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - A sua relação com o Luciano Coutinho é mais frequente?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Ah, sim, claro.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - O senhor se encontrou muito mais vezes com ele?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - A minha relação com o Luciano Coutinho?

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - É.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Perfeitamente. É muito mais frequente.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Sim.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Ele é o Presidente do BNDES.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Sim.

Em algum momento, o Sr. Luciano Coutinho comentou com V.Sa. sobre algum pedido do então Presidente Lula, de algum dos seus Ministros ou do próprio Palocci para que fossem feitos doações, empréstimos ou mesmo financiamentos de eventos para o PT, candidatos do PT ou movimentos sociais ligados ao PT, como, por exemplo, o MST?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Nunca.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Vila Campesina?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Não, nunca houve essa...

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Esse tipo de conversa nunca houve entre vocês?





**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Nunca.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - O.k.

O senhor acredita, de verdade, que não existe tráfico de influência nesses contratos direcionados a países sem grau de investimento, obras em países cuja importância estratégica nós brasileiros duvidamos, por exemplo? O senhor acredita mesmo que não existe tráfico de influência no BNDES com relação a esses contratos?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Acredito.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - O senhor acredita que o empresário Luiz Inácio não praticou crime de tráfico de influência?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Acredito. No BNDES não há nenhum tráfico de influência por todas as razões que nós tentamos explicar aqui.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Bom, Deputado Miguel, Deputado Marcos Rotta, eu sinceramente fico feliz que tenha acabado a agenda do meu querido Deputado Relator, porque acredito que nós temos que fazer uma reunião urgente. Se pudesse ser feita hoje com os próprios técnicos do TCU e o representante da Polícia Federal que está aqui, para tratarmos de alguns temas um pouco mais delicados, em uma reunião interna nossa, seria ótimo. Senão, não vejo nenhum sentido em continuarmos aqui.

Agradeço a participação de vocês. Estou satisfeita com a minha participação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. e informo ao Plenário que iniciou a Ordem do Dia.

O próximo orador inscrito é o Deputado Miguel Haddad.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a minha pergunta vai ser para o Sr. Júlio.

O senhor afirmou, durante o seu depoimento, que a política econômica não é definida pela instituição. A minha primeira indagação é: quem define a política econômica da instituição? É o Ministério da Fazenda, é o Ministério do Planejamento, é o Presidente da República? Quem é que define a política econômica?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Deputado Miguel Haddad, uma pequena correção: o que é definido dentro do banco é a política operacional do



banco, que define as prioridades, assim como uma série de outras políticas, como política de crédito e por conseguinte... A política econômica, no que diz respeito a eventuais decisões de alocação de recursos, por exemplo, do Tesouro ou em termos disso, é definida externamente ao BNDES, assim como toda a regulamentação de resoluções tanto do Conselho Monetário do Banco Central, como de outras instituições que determinam os limites sobre os quais o BNDES opera. Então, a política operacional do BNDES é definida internamente por reunião das equipes técnicas do banco que recorrentemente aprimoram ou alteram prioridades. Ano passado, por exemplo, tivemos oportunidade de reduzir níveis de participação do banco ou alterar as prioridades do banco. Essas políticas são políticas determinadas e decididas internamente no banco a partir de discussões técnicas do fórum de técnicos, executivos, superintendentes e, finalmente, pela Diretoria.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Só para colaborar.

A política das empresas campeãs, quem definiu essa política econômica?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - O BNDES executou a Política de Desenvolvimento Produtivo, em 2007 e 2008, a PDP, que tinha vários capítulos. Um dos capítulos estipulava o esforço de internacionalização e de afirmação da liderança empresarial brasileira em determinados setores onde o Brasil tinha vantagem competitiva. Essa política... Deputado Miguel Haddad, desculpe-me, o senhor ia complementar e eu o interrompi.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Não, só para ser mais objetivo, pergunto: nesse caso, quem foi que definiu essa política específica das empresas campeãs?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - A Política de Desenvolvimento Produtivo, no capítulo que diz respeito à internacionalização de setores? Vários. Havia, por exemplo, também o setor aeronáutico e outros. Foi definida externamente ao BNDES por Ministérios afeitos ao tema. Participaram, do meu conhecimento, naturalmente, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o Ministério da Ciência e Tecnologia — o que é da minha recordação.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Na verdade, algumas ações de algumas políticas econômicas não são definidas pela instituição, elas são definidas por alguns Ministérios. Então você tem uma decisão que não é só de ordem técnica



— pelo menos sob o ponto de vista do BNDES; ele não é consultado —, ela é definida e o banco implanta.

Mas eu queria indagar o seguinte: quando você define uma empresa ou um nicho específico e você subsidia, ou então você, através do BNDESPAR, faz os investimentos, isso não cria um desequilíbrio no mercado? Não dá, para algumas empresas, uma vantagem competitiva muito grande em relação às outras?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Deputado, permita-me, com todo o respeito... O BNDES não define as empresas que apoia. O BNDES recebe uma política, essa política é adaptada à sua política operacional e, a partir disso, os procedimentos são seguidos. Então, a empresa faz a demanda ao BNDES. No caso...

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Bem, a questão não é de...

Então, vamos mudar: as empresas que são, vamos dizer, contempladas — contempladas — têm uma vantagem competitiva, isso não cria uma competição desigual? Não há um desequilíbrio no mercado quando você obtém juros subsidiados, investimentos do BNDESPAR? Isso não causa um desequilíbrio do mercado, de fato? E isso, efetivamente, é um ganho? Se pulverizasse isso? Qual é o ganho efetivo, no caso das empresas campeãs? Queria só indagar um pouco, só para nós termos uma clareza do mercado, da política econômica do BNDES. Eu não estou aqui falando nem de desvio, nada, mas eu queria falar um pouco sobre a política econômica do BNDES.

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Deputado, eu queria pontuar algumas coisas. Em primeiro lugar, o BNDES, ele recebe, está aberto a receber planos de todas as empresas. Algumas empresas têm condições de executar aquele plano, algumas empresas têm condições, no seu balanço. No caso específico da BNDESPAR, algumas empresas têm condições de implementar ou já demonstram situação de governança corporativa de atendimento à legislação de S/A, de forma que isso permita que o BNDES as apoie.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Tá.

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Agora, indo diretamente no ponto que o senhor colocou: então, o banco está aberto a todas as empresas. Avaliação específica da execução dessas políticas setoriais, conforme eu tive a



oportunidade de mencionar anteriormente, é vista pelo BNDES sob o ponto de vista do retorno econômico e sob o ponto de vista do retorno para a sociedade. No caso específico do retorno econômico, tem sido positivo o retorno econômico tomado em conjunto e levando em conta, novamente, que a BNDESPAR faz investimento e tem uma carteira ampla, sempre, o benefício da carteira. Mas mesmo os casos desses setores foram positivos. Para a sociedade como um todo, no caso — só pra não voltar de novo ao caso da questão das proteínas e das carnes — de papel e celulose, por exemplo, né, o BNDES tem participação nas empresas mais importantes, todas elas recebem financiamento do banco, e esse setor se reafirmou internacionalmente, gerando divisas para o Brasil, aumentando investimentos, de forma que a minha avaliação, como diretor do BNDES, é que o resultado foi positivo economicamente e foi positivo também para o País nos setores em que o BNDES atuou.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Se você pudesse retornar, você reiteraria essa política das empresas campeãs? Se você tivesse o poder de decisão, você tomaria a mesma medida que foi tomada, alguns anos atrás, de se dar prioridade ou ter uma política em relação a algumas empresas, a alguns nichos especificamente? Você compreende que esse resultado, embora positivo, é maior ou melhor do que se isso tivesse sido pulverizado e nós tivéssemos atendido a uma série de pequenas empresas e médias empresas que poderiam gerar um número de empregos talvez muito maior? Essa é a minha indagação.

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Deputado, com todo o respeito, eu entendo que não há essa dicotomia. Por quê? Porque o BNDES, neste período específico aqui desta CPI, tem tomado também uma série de medidas no sentido de ampliar o acesso às empresas. Eu tive a oportunidade de mencionar anteriormente o crescimento, por exemplo, na agenda de micro, pequenas e médias empresas. Então, não há...

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Desculpe, mas então por que se definiu essa política? Porque se priorizou, houve uma prioridade em relação a isso, houve uma linha de crédito direcionada a isso. Mesmo que você me afirme que qualquer empresa pode se habilitar no banco e que, desde que ela preencha os requisitos necessários, ela terá acesso às linhas de crédito, adotou-se uma política



específica para empresas campeãs. Houve uma política. Dentro dessa linha de raciocínio, não haveria necessidade de haver uma política específica para empresas campeãs.

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Deputado, a minha avaliação é que essa é uma política produtiva definida pelo Governo. O BNDES a executou como principal órgão financiador. E conforme eu tive oportunidade de mencionar — eu não vou repetir aqui —, nós estamos num momento inicial de avaliação dessa política. Especificamente no setor de papel e celulose eu já tive a oportunidade de falar. E, no setor de proteínas, nós observamos crescimento das exportações, crescimento do emprego, redução da informalidade, redução do abate proveniente de áreas desmatadas, que praticamente não existe hoje. Então, a minha avaliação é que os resultados dos investimentos do BNDES, como têm que ser, por ser um banco de desenvolvimento, foram positivos — como banco, porque isso gerou retorno, e como resultado também, no que diz respeito a aspectos para a sociedade.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Positivo, sim.

Como é que se mede — novamente é uma indagação — qual a melhor política a ser adotada? Como é que o banco consegue definir uma política como definiu? Se é melhor você pulverizar ou então fazer uma escolha, investir em alguns segmentos, como foi o caso de carne, frigoríficos, celulose, enfim, como é que se define isso?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Deputado, eu vou responder a respeito das prioridades que o BNDES tinha naquela época e tem hoje. As micro, pequenas e médias empresas eram uma prioridade à época e continuam sendo uma prioridade do BNDES hoje explicitamente na sua política, que cobra condições melhores, que desenvolveu produtos, que ampliou, por exemplo, com o Cartão BNDES, de 750 milhões, por volta de 2006/2007, para 11 bilhões e meio no ano passado. Então, esse é um desafio permanente e o banco vai sempre procurar ampliar o acesso das micro, pequenas e médias empresas. Nós temos dificuldades, temos um desafio, pelo fato de o banco ser um banco grande de atacado e precisar de uma rede de agentes, mas o banco tem procurado desenvolver produtos que aumentam isso e as micro, pequenas e médias empresas são prioridade, sim, do BNDES.



**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Eu tenho mais 4 segundos, vou voltar para a minha última indagação, desculpe: Você não acha que isso desequilibra o mercado, que isso traz uma competição desigual?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Deputado, o BNDES, na sua atuação, não tem por objetivo desequilibrar o mercado. No caso específico que já me foi indagado aqui anteriormente pelo Deputado Alexandre Baldy, há um estudo específico do órgão de concorrência do Brasil que analisou, se eu não estou enganado, mais de dez atos de concentração relativos a uma determinada empresa de um determinado setor, que é objeto de preocupação, de acompanhamento, e concluiu que não havia ato anticompetitivo no exercício dessa empresa. Esse órgão que tem a competência e até os quadros de pessoal preparado para verificar isso é que eu uso como referência. Então, nessa referência, eu não reconheço que tenha havido prejuízo à competição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Indago o Vice-Presidente Miguel se está satisfeito com a resposta.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Sérgio Vidigal, pelo tempo de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Sr. Presidente Marcos Rotta, Sr. Relator José Rocha, quero também aqui cumprimentar o Sr. Júlio César Maciel Ramundo e o Sr. Roberto Zurli Machado.

Eu gostaria de fazer, primeiramente, duas perguntas ao Sr. Roberto e eu gostaria de fazer um primeiro questionamento antes de fazer as duas perguntas: queria saber, Sr. Roberto, se o senhor já teve contato com os diretores das empresas investigadas pela Operação Lava-Jato: Odebrecht, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Sim, Deputado. É, é, são, é... Com os executivos desses grupos, é, que... Apesar de o BNDES não financiar, as empresas construtoras diretamente, sim, empresas que desenvolvedoras e concessionárias, mas esses grupos mencionados têm projetos com o BNDES e com executivos desses grupos nós temos contato e relacionamento.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - O senhor pode citar alguns nomes?



**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Deputado, todas essas empresas, os, é... Diretores e presidentes de empresas do grupo Odebrecht, o outro mencionado qual foi? É...

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Odebrecht, Queiroz Galvão, Camargo Corrêa.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Queiroz Galvão, Camargo Corrêa. Nós temos, é, é... Odebrecht, por exemplo... Nós temos Odebrecht Transport, que é a empresa de projetos de concessões de rodovias, e outras. Com o Presidente dessa empresa, é, é, ela... eu já tive relacionamento, já tive reuniões. O Presidente... No caso, a Queiroz Galvão: Queiroz Galvão tem uma empresa de energia também, a Queiroz Galvão Energia. Então, é, esses grupos, é, têm, é... No caso, a Camargo Corrêa tem... é sócia do Estaleiro Atlântico Sul, por exemplo. Então, a gente também tem contato através do financiamento do Atlântico Sul. Então, nós temos contato com os dirigentes das empresas, sim.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Sr. Roberto, em julho de 2012, houve um seminário em Madrid que discutiu os desafios da construção da infraestrutura no Brasil, foi patrocinado pela Secretaria-Geral Ibero-Americana. A representação brasileira contou com a presença, além da Ministra do Planejamento, também das diversas empreiteiras, como Odebrecht, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e com a presença de V.Sa.

Uma vez que essas empresas são investigadas na Operação Lava-Jato, acusadas de corrupção, eu gostaria de saber de que forma ocorria o relacionamento dessas empresas com o BNDES. E gostaria de perguntar novamente: houve favorecimento do BNDES na concessão de financiamento às empresas Odebrecht, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Deputado, eu me lembro, me recordo desse evento. Eu fui representando o Presidente Luciano Coutinho. O convite veio do Sr. Iglesias, o antigo Presidente do Banco Interamericano. Foi um evento de alto nível promovido pelo, é, é... Houve participação do BID, essa entidade ibero-americana, é... inclusive, com presença de membro do Governo espanhol. Então, era uma discussão ampla e tinha por finalidade, é, apreciar os investimentos em infraestrutura em países emergentes. Então, minha participação se deu por aí. A



presença, é..., não teve nenhuma relação com a eventual presença de representantes de empresas construtoras brasileiras ou de outro País. Eu não tive nenhuma relação, é..., com isso. Então, esse foi um evento de, de discussão conceitual de infraestrutura, um evento de alto nível que houve naquela época. E com relação a, a, a privilegiar, em particular, nas áreas em que eu atuo, quer dizer, em particular, a de infraestrutura, a gente financia as concessionárias. Nosso relacionamento não é com empresas construtoras. Nós financiamos as concessionárias que participam de leilões, de licitações. E essas concessionárias, sim, vão contratar empresas de construção ou consórcios de construtores, mas nosso financiamento é feito às empresas e aos projetos específicos.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Só para esclarecer então: essas empresas não estavam no seminário?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Eu não posso afirmar a presença... Se o senhor está mencionando, eu acredito que estivessem. A minha participação foi num painel específico, falando sobre a experiência do Brasil no..., e particular, do BNDES ou de bancos de desenvolvimento. Havia a presença do representante do BID. Então, a minha participação foi numa mesa nesse seminário, foi para expor a experiência brasileira, né, e a participação do BNDES como um banco de desenvolvimento no apoio à infraestrutura no Brasil. Então, essa foi a minha participação. Porque era uma troca, era um evento de troca de experiências sobre o desenvolvimento de infraestrutura em diversos países. Não sei afirmar a presença de, é, é..., de empresas de construção brasileiras. O que eu afirmo é que a minha presença lá não foi relacionada e não me recordo de nenhum contato, é, não foi relacionada com a presença de empresas de construção, não tinha esse propósito.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Sr. Roberto, na página do BNDES, na Internet, também consta, abre aspas: *“Entre 2003 e agosto de 2015, recursos do BNDES ajudaram a acrescentar 70% da capacidade de geração eólica no Brasil, hoje estimada em 6,5 MW. A cifra equivale a quase meia usina de Itaipu”*. Recentemente, o BNDES aprovou três operações, no valor total de 1 bilhão e 700 milhões para três complexos de energia eólica nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.





As vantagens da energia eólica todos nós temos conhecimento: é fonte inesgotável; não emite gases e poluentes; e, evidentemente, diminui a emissão de gases do efeito estufa. No entanto, apesar da produção de energia eólica ter aumentado no País, muito dela acaba se perdendo pela falta da rede de transmissão.

O que o BNDES tem feito em relação ao financiamento da rede de distribuição desse tipo de energia no Brasil? E, no que diz respeito às facilidades de financiamento, o BNDES oferece taxa de juros diferenciada para incentivar a produção de energia limpa no Brasil?

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Deputado, obrigado pela questão. É, de fato, o BNDES tem condições diferenciadas, principalmente em termos de nível de participação e prazos de financiamento. Essas energias que a gente chama de renováveis, porque as grandes usinas hidrelétricas são energia renovável, mas energias renováveis, consideradas alternativas, como a energia eólica, que está incipiente, mas vai crescer, e também a energia solar, nós temos condições realmente mais favorecidas, é, sim. O senhor fez uma outra pergunta no meio... Eu me perdi.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Eu perguntei sobre a questão do financiamento para essas linhas de transmissão.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Ah, linhas de transmissão. Perfeito.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Eu tenho a informação que...

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Desculpe-me, desculpe-me.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - ...não está sendo utilizada.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - É muito importante isso, porque, num primeiro momento, os parques eólicos foram licitados e, em paralelo, tinha a construção das linhas de transmissão, o que não ocorre mais. As licitações, os leilões, melhor dizendo, que a ANEEL tem procedido só para os parques eólicos que já têm linhas de transmissão lá. Agora, de qualquer maneira, o BNDES tem umas linhas de financiamento específicas para isso. O BNDES financiou, para se ter uma ideia, de 2013 a 2015, 33 mil quilômetros de linhas de transmissão, o que significou um crescimento de 30% da extensão de linhas de transmissão no Brasil. Então, nós temos, sim, financiamento, continua havendo leilões, e é fundamental para dar mais



equilíbrio ao sistema integrado nacional, elétrico nacional. Então, nós temos linhas favoráveis para esses dois casos. Atualmente, não há mais o caso de ter parques eólicos, não há mais possibilidade de novos parques eólicos que a linha de transmissão não esteja pronta ao mesmo tempo.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer duas perguntas aqui ao Sr. Júlio César.

Sr. Júlio, a taxa de investimento da economia está despencando, especialmente na indústria. No BNDES, mesmo com as linhas de financiamento a juros baixos, a demanda por crédito está parada. A enorme lista de isenções fiscais dos últimos anos criou restrições para novas ações de estímulo fiscal do Governo. Contudo, não seguiu uma estratégia de futuro, apenas uma resposta aos apertos trazidos pelo câmbio. Isto é, esgotou-se o modelo de crescimento pelo consumo.

O novo caminho passa pelos investimentos, especialmente os investimentos estimulados pelo setor público, como, no caso, o da infraestrutura. Hoje, a necessidade de criação de empregos é fundamental para o País, e a indústria precisa voltar a ser o carro-chefe.

Quais os planos do BNDES para poder ajudar a reativar a indústria brasileira, tornando-a competitiva no mercado globalizado?

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Deputado, o fundamento da existência do BNDES é precisamente o investimento, de forma que as ações do banco estão todas ligadas a essa variável, que é a variável fundamental para o crescimento sustentável. Especificamente quanto à indústria, o BNDES tem uma série de programas, que são programas específicos. O BNDES tem corte setorial nas suas análises e tem planos específicos. Eu posso citar aqui um deles, por exemplo, que eu acompanho bastante de perto e, por acaso, é um setor que tem sofrido bastante, por exemplo, que é o setor sucroalcooleiro. O BNDES financiou grande parte da expansão desse setor, notadamente no ciclo que vai de 2003, em que se acelerou, e depois vai até 2009, 10, e que foi um ciclo importante, praticamente dobrou a capacidade de moagem da indústria brasileira sucroalcooleira. Esse setor carece, na visão do BNDES, de um salto de competitividade e de ganhos de produtividade, porque isso colocaria o setor num patamar, em termos de ganhos e de rentabilidade, que aumentaria muito.



Praticamente, aumentaria em 50%, por exemplo, a produtividade da produção. O que que o BNDES fez, por exemplo, nesse caso específico? Desde 2011, o banco lançou uma série de programas, alguns deles de caráter temporário e que remediavam situações específicas que esse setor sofria. Mas, ao mesmo tempo, o banco teve uma visão de futuro, no sentido de buscar a inovação, a inovação nesse setor. Então, o que que nós fizemos? Nós lançamos um programa específico para colocar o Brasil, por exemplo, investindo no etanol de segunda geração, que é um avanço de biotecnologia, que permite ter ganhos de produtividade com risco, porque isso está sendo pesquisado, por exemplo, no mundo inteiro. Mas, isso permitiria um salto de competitividade. Desde então, o banco, em conjunto com a FINEP, por exemplo, investiu recursos nessas linhas. De forma que hoje nós temos plantas comerciais e várias outras iniciativas nessa linha. Há outras iniciativas na área de tecnologia da informação, na área de biotecnologia, que são iniciativas específicas do banco para avançar nessa linha. A área eólica, por exemplo, é uma área em que o banco teve a preocupação de avançar na geração de energia — foi uma pergunta, Deputado, que o senhor fez —, mas também estamos atuando ao longo da cadeia de fornecedores, no sentido também de ampliar as condições de fornecimento nessa área.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Sr. Presidente, só para encerrar, eu queria um comentário do Sr. Júlio César sobre uma fala do Presidente da Associação de Investidores no Mercado de Capitais, o Sr. Mauro Rodrigues da Cunha. Ao ser questionado se o mercado de capitais estava preparado para absorver a demanda, em caso de redução do papel do BNDES — a entrevista foi dada ao jornal *O Estadão*, no dia 22 de agosto de 2015 —, ele respondeu: *“Se você apertar o botão e desligar o BNDES do dia para a noite, vai ter um problema sério. Agora, a nossa economia ficou viciada na morfina dos juros subsidiados. Isso traz consequências em termos de alocação de capital, o gasto das companhias para fazer política ao invés de produzir. O essencial é repensar o papel da instituição.”* Essa foi a fala do Mauro.

Deduz-se da resposta do Sr. Mauro Rodrigues que a política do BNDES está errada e é prejudicial ao mercado de capitais.



Eu gostaria de saber qual é sua visão em relação a isso e se o senhor acredita que os juros subsidiados são um problema para o BNDES.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Sérgio Vidigal, e peço ao Sr. Júlio César que seja breve na resposta, porque a Ordem do Dia já foi iniciada e nós ainda temos três Parlamentares inscritos.

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Sim. O Sr. Mauro Rodrigues é um interlocutor destacado da indústria de mercado de capitais, por quem eu tenho o maior respeito pela sua opinião. Eu discordo de alguns pontos que ele colocou. Por quê? Porque a maneira que nós, do BNDES, enxergamos é que o BNDES e o mercado de capitais têm papéis complementares. Eu acho que, no imediato pós-crise financeira, ficou absolutamente clara a importância de ter um sistema financeiro que tenha também um banco da natureza do BNDES. O BNDES, por ter no seu DNA, e até é uma empresa que é voltada para o desenvolvimento do mercado de capitais, acredita na parceria e na complementaridade dos dois instrumentos. Não é, na nossa visão, um ou outro, na verdade, existe uma complementaridade, porque os investimentos, os planos e os projetos das empresas têm situações diferentes no que diz respeito a retornos e à capacidade de pagamento e tudo. O que o banco fez recentemente — e aqui concluo, Sr. Presidente —, foi colocar na sua política operacional, a partir deste ano, uma mudança que faz com que o mercado de capitais financie em conjunto com o BNDES. Ou seja, aproveite a capacidade de originação do BNDES, para gerar atração para a poupança privada, por meio de instrumentos de capitais. Como é que a gente fez isso? Atrelando a emissão de debêntures aos projetos financiados pelo BNDES. Vou dar um exemplo, e, aqui, eu encerro. Essa política foi lançada em maio, por volta de maio e junho, deste ano. E nós já tivemos duas emissões de debêntures superiores, somadas aí a 1 bilhão, de grandes empresas brasileiras que foram induzidas por essa política do BNDES. Então eu acredito na complementaridade do Mercado de Capitais e da ação do BNDES.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado Sérgio. Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Bebeto.



**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Sr. Presidente, Sr. Relator, convidados, Sr. Júlio César, Sr. Roberto Zurli, parte dos questionamentos que eu iria apresentar, Sr. Presidente, de certa forma, foram respondidos. Até para ganhar tempo, eu queria ir numa linha para tentar obter aqui uma posição dos nossos convidados.

Percebam: o BNDES lançou um Programa Especial de Crédito — PEC para financiamento de capital de giro puro. Ele se desenvolveu num contexto de crise, em que o BNDES foi mais flexível ao financiamento desse capital de giro puro, setor em que, tradicionalmente, o próprio BNDES tinha uma atuação bastante limitada. Obviamente, essa excepcionalidade do PEC explica um contexto em que ele se situou, constituindo esse programa em função da própria crise que nós enfrentamos. Considerando, portanto, que o próprio BNDES... E as falas aqui dos nossos convidados vão num caminho de dizer que não há qualquer formulação econômica para adotar diretrizes para o banco, e que o banco busca atuar a partir dos projetos e das demandas que lhe são apresentadas, mas que essa formulação encontra-se no MDIC, Ciências e Tecnologias, portanto, essas orientações são orientações externas a essa ação do banco. Mas, obviamente, o banco considerando um esforço de contribuição para a economia brasileira e de promoção das nossas empresas, adotou o PDP como elemento capaz não de constituir somente as empresas campeãs, mas no sentido de promover essas empresas, num contexto de internacionalização dessas empresas, para ajudar, portanto, o processo de desenvolvimento do nosso País.

Nessa esteira, portanto, da excepcionalidade do PEC, e considerando, aí, que uma grande empresa como a JBS — portanto, empresa gigante, mundialmente conhecida, com importantes aquisições realizadas no mercado internacional —, em 2010, apresentou uma condição visando obter um capital de giro da ordem de 200 milhões de reais... Até aí tudo bem. Ora, essa busca, esse empréstimo, de acordo com os dados disponibilizados pelo próprio BNDES, através do Contrato nº 09.20.94.31, pelo qual a companhia obteve esse total de 200 milhões, poderia nos parecer natural que uma empresa buscava um capital de giro em um banco, num contexto em que ela pudesse garantir um fluxo de caixa de giro para os seus negócios.



No entanto, apenas a pergunta: Nós, aqui, qualquer um, com uma empresa nessa condição, que obtém capital de giro, inclusive com juros de 4.81%... Essa mesma empresa obteve, em março de 2010, esse empréstimo. Denota-se, portanto, haver uma necessidade. É a mesma empresa que apresenta uma dificuldade, mas que, na outra mão, demonstra a sua generosidade ao financiar um conjunto de campanhas. E, com essa mesma dificuldade, aqueles que tinham 200 milhões, que tomaram 200 milhões, financiam, no mesmo ano, um valor para as campanhas de 65 milhões.

Apenas uma pergunta a V.Sas. — sei que não está sob a governabilidade de nenhum dos dois: Qualquer um dos dois, sendo diretor de uma empresa, que vai ao banco buscar um capital de giro da ordem de 200 milhões, e, de forma tão generosa, vocês concederiam, ao buscarem esse empréstimo, imediatamente definindo que há uma dificuldade de caixa dessa empresa, patrocínio a uma campanha na ordem de 65 milhões naquele mesmo ano? Ainda não vencidos os prazos — não é? — relativos às exigências do banco para a quitação da primeira prestação, mesmo naquele contexto, ela faz, e de 65 milhões. Essa é uma questão.

Outra questão tem relação com a área de infraestrutura. É óbvio que o Deputado aqui já enumerou as preocupações com relação à área de energia eólica, quando aqui esteve o Presidente Luciano Coutinho, e todos nós temos interesse na constituição dessa matriz limpa, em energia limpa. É óbvio que essa experiência tem sido positiva no Brasil. E aqui V.Sa. falou do esforço de investimentos, de financiamentos, desculpe, que somam em torno de 33 bilhões. Portanto, isso dá a ideia de que há uma garantia permanente de fluxo de financiamento para as empresas.

No entanto, parece haver uma contradição entre a fala e a prática no que nós estamos enfrentando no dia a dia, quando empresas, inclusive na Bahia, enfrentam dificuldades, com a ameaça, agora, de milhares de trabalhadores serem desempregados — não vou citar nomes — de uma empresa que tem financiamento por parte do BNDES e tem enfrentado dificuldades inclusive para manter o escopo da atividade do que ela própria contratou, não é uma contradição dizer que há investimentos fartos para realizar? Qual a razão? Posso até depois apresentar o nome dessa empresa. Qual a razão, se há dificuldades? O Presidente Luciano



Coutinho inclusive ficou de nos apresentar as razões, apresentar a esta CPI. Mas eu estou fazendo a pergunta da área de infraestrutura, que está sob a governabilidade de V.Sa., que deve naturalmente saber as razões de essa empresa baiana ter dificuldades, e agora apontar inclusive para uma larga demissão de trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado Bebeto. V.Exa. prefere ouvir primeiro a resposta de Júlio César?

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - De Júlio César.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Então, na sequência, o Sr. Júlio César com a palavra.

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Deputado Bebeto, o programa de crédito que o BNDES lançou era um programa emergencial, num contexto de crise. De fato, o senhor comentou muito bem. E era o programa de um produto dito semiautomático. Dada a necessidade e o fechamento de linhas de crédito de uma série de empresas — não é? — naquele momento, o banco colocou essa linha à disposição, e, diga-se de passagem, tinha *spreads*, dada a prioridade, mais elevados do que as linhas de investimento do banco. Foi nesse contexto que foi concedido o crédito ao JBS, assim como foi concedido para uma série de grandes empresas num momento em que havia, na visão da política operacional do banco, dificuldade de obtenção de crédito em mercado. As decisões relativas a... a doações e contribuições de campanha são tomadas gerencialmente pela empresa. O BNDES, no momento em que faz — inclusive, salvo engano meu, até foi anterior —, não leva em conta, porque isso não faz parte da decisão técnica do BNDES para a concessão de crédito, a capacidade de pagamento, a apresentação de certidões, o fato de a empresa estar em dia, por exemplo, com as obrigações ambientais e jurídicas; então, esse não é um elemento que o BNDES leva em conta no momento em que concede um crédito. A única situação em que talvez houvesse uma proibição nessa linha de crédito específica, que era uma linha praticamente semiautomática, como eu disse, não estava ligada à avaliação detalhada de um projeto, seria se tivesse sido levantada qualquer irregularidade legal da empresa que impedisse o acesso aos recursos públicos, e não foi esse o caso observado. Tivesse sido, o BNDES não concederia esse crédito.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Passo a palavra agora ao Sr. Roberto Zurli, para que possa responder à indagação do Deputado Bebeto.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Obrigado, Presidente. Deputado Bebeto, eu de fato, como, eu não sei exatamente como, mas depois, como a empresa é contratada, tem um financiamento em vigor do BNDES, o senhor poderá depois saber exatamente qual é o caso específico, e até procurar entender, e tratar, mas o que nós podemos dizer com total tranquilidade é que não há falta de recurso do BNDES para o financiamento dos parques eólicos. Então, se houver um caso específico de alguma empresa, que eu não sei se é uma empresa fornecedora ou uma empresa financiada pelo BNDES...

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Financiada.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - É uma empresa de... É uma empreendedora eólica?

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Uma empreendedora eólica.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Ah, então, quer dizer, se eu estou entendendo, é uma empresa que nós conhecemos bem, é uma empresa até importante — não é? — de parques eólicos na... Que é uma empresa que... É uma empresa aberta que está passando por um processo de reestruturação societária importante, e que está resolvendo as questões de financiabilidade dela, não é? Em função dessa reestruturação. E nós temos a convicção de que os financiamentos poderão adquirir o ritmo adequado, porque ela, na verdade, é uma empresa que tem uma quantidade bastante grande de parques a entregar, é um investimento muito pesado. Isso, de qualquer maneira, gera um esforço adicional num determinado momento, eu não sei exatamente de quanto, mas o senhor tenha a certeza de que nós temos a preocupação de tratar desse caso também, estamos já acompanhando esse caso, e não faltará recurso para a continuidade dos projetos.

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Sr. Presidente, apenas para encerrar, considerando aqui as falas, inclusive a do Deputado Valdir, de que essa política de concentração realizada pelo BNDES, em função do próprio PDP, que não mensura os impactos às vezes, que tem estudos, mas não tem consolidados, agora, para nos apresentar, nós vamos aguardar esses estudos do impacto do financiamento de uma dessas atividades numa cadeia produtiva importante. Inclusive no próprio JBS





nós temos assistido, como é o caso de Amargosa, a uma política de concentração de compra que terminou por fechar um frigorífico importante, com quase 200 trabalhadores desempregados.

Mas também há fatos novos — não é? — que se vêm apresentando em relação a esse grupo econômico, e que nós, obviamente, com o requerimento que estamos apresentando, queremos ouvir, já que todas as intervenções aqui que eu ouvi hoje dos Srs. Deputados deixam sempre indícios de que há uma relação de empréstimo vinculado, e é preciso desvendar essa realidade.

Nós tivemos aqui uma possibilidade de votar o requerimento, e não o fizemos, para trazer os controladores do JBS, até para dissipar quaisquer dúvidas. Não se logrou êxito em função de uma manobra regimental aqui adotada, mas fatos novos foram apresentados, inclusive com suporte regimental. Nesse sentido, eu quero encaminhar o requerimento hoje à tarde, convocando o Sr. Wesley, já que há uma série de evidências novas, de fatos novos. Inclusive, esse requerimento nós estamos lastreando, parte desse documento, nesses fatos que se revelaram, novos, para que tenhamos a oportunidade, no momento em que formos ouvir empresários, ela toma 200 milhões de empréstimo, depreende-se que a empresa está no mínimo em dificuldade de capital de giro, e se generosamente se faz empréstimo de 65 milhões naquele mesmo ano é caso de se esclarecer, no mínimo, essa realidade.

Portanto, nós queremos apresentar o requerimento e pedir o registro na Secretaria Geral, a fim de que nós possamos efetivamente conduzir esse debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., não tenha dúvida alguma. E não espere outra posição minha, como Presidente desta CPI, a não ser o cumprimento fiel do Regimento, e se houve algum tipo de manobra foi exatamente graças à questão regimental e pela deliberação soberana e democrática do Plenário.

Antes de passar a palavra ao Deputado Davidson Magalhães, ouço o eminente Relator.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Presidente, só quero fazer o esclarecimento do que foi comentado aqui pela ilustre Sub-Relatora Cristiane Brasil em relação a essa pauta, dizendo ser a pauta do Relator. Eu devo dizer, Deputada,



que essa pauta não é do Relator. Nós estamos ouvindo aqui a pauta do requerimento assinado pelo Deputado Betinho Gomes, do PSDB de Pernambuco.

A pauta que eu sugeri...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - E pelo Deputado Alexandre Baldy também.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Por Alexandre Baldy. Para ouvir os diretores do banco eu dispensei, eu retirei três requerimentos, justamente para avançarmos nas nossas investigações. Eu retirei os Requerimentos nºs 133, 134 e 128, de convite de três Diretores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Só para ficar claro que essa pauta não é do Relator, a pauta é do Deputado Betinho Gomes.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Só um minutinho...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Eu agradeço ao Relator.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - ...deixe-me só fazer um aparte.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - É só para que se faça justiça.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Deputada Cristiane...

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Nem que fosse, eu não estou nem criticando a pauta, não, de jeito nenhum, ouviu, Relator? Eu sou estou comentando que eu acho que, dada nossa falta de estrutura, ainda, para poder avançar em cima de todas aquelas informações...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Justamente.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - ...realmente o aproveitamento é baixíssimo. Baixíssimo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Justamente. E a nossa sugestão de ouvirmos alguns diretores do banco e ex-presidentes justamente foi no sentido de dar tempo para que os documentos requisitados, objeto de requerimentos aprovados, chegassem a esta Comissão. Nós estamos ainda recebendo os documentos. Devo dizer que só hoje os técnicos do TCU foram apresentados. Faltam ainda os técnicos do Banco Central; do Banco do Brasil, dois funcionários que ele não liberou ainda. Eu peço ao Presidente, já falei com o Presidente para que interceda junto ao Banco do Brasil para que libere esses técnicos, que são



importantes, sob pena de termos de agir judicialmente, se o banco não mandar. Acho que tem de respeitar esta CPI.

E na terça-feira passada foi quando ficou aqui já acordada a questão dos documentos sigilosos e secretos, de como eles chegarão a esta Comissão. Portanto, a Comissão teve esse tempo de ouvir os diretores do banco e ex-presidentes justamente para que nós pudéssemos ter a disponibilidade dos documentos fruto de requerimentos de informações que ainda estão chegando, e vejo que V.Exa. já se encontra com alguns em mãos para passar esses dias estudando.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - É, pois é. Então, aproveitando, só quero perguntar será o papel, enfim, do agente que foi designado para acompanhar as oitivas aqui, da Polícia Federal, de que maneira ele pode ajudar-nos. Os senhores já pensaram nisso?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Olhe, nós já temos... Certamente através das investigações, se porventura elas estiverem em curso, pelos inquéritos, não é? Que eles...

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Isso já foi pedido a eles, para nós sabermos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - V.Exas. também têm de tomar uma iniciativa. Eles estão todos aqui, baseados na sala do Relator. Eles estão lá à disposição de todos os integrantes da CPI.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - É, estão à disposição.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Eu fiquei sabendo só agora que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Não, na reunião passada eu já tinha anunciado inclusive a presença do próprio agente da Polícia Federal acompanhando a oitiva.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Acabei de saber, mas também, enfim...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Bom, mas isso não vai diminuir o trabalho importantíssimo de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Só para um esclarecimento (*risos*)...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - O penúltimo orador inscrito é o Deputado Davidson Magalhães.



**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Só para um esclarecimento, Sr. Presidente, até para resgatar a realidade, houve até uma tentativa de nós abrirmos mão destas duas oitivas hoje aqui. Não foi possível, por algumas razões, por alguns encaminhamentos, mas, só para também resgatar isso, eu havia até, como integrante do PSDB, proposto isso. Não foi possível, não foi possível por algumas outras razões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Ouço o Deputado Davidson.

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - É, esta CPI tem sido interessante, não só pelo processo de debate sobre a questão do BNDES, sobre o seu conceito, a política adotada pelo BNDES. Eu acho que certos segmentos da Oposição ficam meio frustrados porque não encontram no BNDES o que já encontraram em outras atividades econômicas, e quando aqui há um debate...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Está sendo. O problema no Brasil é que hoje se está criminalizando tudo, até a ampliação do mercado, até viajar um Presidente da República com um representante de banco no Brasil para promover as empresas brasileiras virou crime (*risos*). Eu nunca vi no mercado internacional, na economia internacional acontecer isso. É a primeira vez que eu vejo aqui tamanho absurdo acontecer. O Presidente dos Estados Unidos viaja com comitiva de empresários. Deve ter algum esquema de corrupção. O Presidente da Rússia viaja com comitiva de empresários. O Presidente da China viaja com comitiva de empresários.

Aqui, participar de um seminário para discutir projetos de infraestrutura gera uma grande preocupação e uma grande desconfiança. Portanto, eu acho que este é o momento oportuno para nós discutimos isso, porque faz parte da ampliação do mercado brasileiro. Se não fizermos isso, nós não vamos ter condições de ampliar. Por isso é que nós temos uma participação pequena no mercado internacional, pela pequena agressividade que nós temos ainda na expansão do mercado brasileiro e em criar empresas competitivas no Brasil. Quando se criam empresas competitivas no Brasil... Olhem, é só ver a industrialização da Coreia, a industrialização do Japão; o Estado foi fundamental na manutenção e na construção daqueles grandes



conglomerados econômicos. Quando chegam aqui ao Brasil dizem: “*Olhem, isso aí é um crime*”.

Então, eu acho que nós precisamos, é bom fazermos este debate, rico, para vermos essa questão de financiamento do BNDES, a inadimplência. É muito interessante. O nível de inadimplência é uma demonstração de como está sendo bem aplicado.

Eu vou fazer uma pergunta, porque eu já me sinto contemplado pelas exposições que foram feitas. É em relação a essa matéria, vou voltar a essa matéria que saiu hoje no *Valor*, sobre essa questão de prejuízo recorde ao Tesouro. Eu posso estar enganado, mas isso aqui é de um primarismo que eu nunca vi num editorial econômico, porque investimento de longo prazo e formação bruta de capital fixo, eu nunca vi isso ser feito sem um banco de desenvolvimento que invista com taxas baixas e em longo prazo. Então, eu gostaria de saber por que é que se está tratando isso como se o BNDES tivesse tirado do Tesouro Nacional e tivesse jogado fora esse dinheiro. É o que me parece, e eu gostaria de uma explicação em relação a esses dois elementos, para nós deixarmos claro. Quer dizer, isso aqui foi investimento em infraestrutura, isso aqui gera emprego e renda, gera tributos. E essa aqui é uma conta de... Isso que foi feito é uma conta de balcão de venda, de porta de barzinho de esquina, de não avaliar qual o papel de um Banco de Desenvolvimento.

Portanto, eu gostaria de saber dos dois, tanto do Sr. Júlio como do Sr. Roberto, como é que veem essa questão aqui dessa matéria de hoje sobre esse prejuízo. Queriam até que... Eu acho que deveriam exigir que o BNDES emprestasse para a formação de capital bruto no Brasil com TJLP. Imaginem qual o investimento que se teria neste Brasil, e, aliás, na história do Brasil, como é que foram feitos os investimentos, já que o nosso mercado de capitais é muito baixo, e os bancos brasileiros privados não investem em infraestrutura. Aliás, pegam linhas do BNDES para fazer investimento em infraestrutura.

Então, eu gostaria de saber só isso aqui. No mais, eu estou contemplado. E é bom que esta CPI faça mais este debate, para nós esclarecermos a população brasileira sobre a demagogia aí de quando esse banco foi utilizado para vender a



coisa pública, quando o banco era utilizado, financiava para vender o próprio patrimônio público, o que é diferente de financiar para o desenvolvimento nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço V.Exa., e passo a palavra ao Sr. Roberto Zurli.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Sr. Deputado Davidson, o valor, realmente a maior parte do valor previsto no Orçamento do ano que vem apresentado pelo Ministério da Fazenda se refere a uma expectativa de uma CIDE implícita, não é um... É uma expectativa de crescimento da dívida, e não se está referindo a uma despesa efetiva do Tesouro. Então, isso é importante deixar claro. E, só corroborando o que o Diretor Júlio Raimundo já havia comentado, o BNDES fez uma avaliação, uma estimativa que eu não sei se já foi disponibilizada à CPI, mas o BNDES fez um estudo de qual seria... Evidentemente, há uma questão de premissas, mas de qual seria o resultado, considerando os benefícios auferidos em arrecadação, tanto por parte do BNDES como dos projetos que foram financiados, *versus* os custos de longo prazo para o Tesouro. Então, o BNDES tem essa avaliação, e eu acho que seria importante, até para subsidiar o debate que está previsto, ser incorporado esse estudo que foi feito pelo BNDES e não sei se já foi disponibilizado à CPI. Então, nós deixamos isso disponível, para...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. está satisfeito?

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço V.Exa. e passo a palavra ao último orador inscrito, o Deputado Carlos Melles.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** - Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** - Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Deputados. Quero cumprimentar o Dr. Roberto Zurli e o Dr. Júlio César Maciel. Eu vou fazer algumas considerações aqui, e algumas perguntas também, mas eu vou aproveitar para me dirigir aos senhores mais ou menos na mesma linha em que eu falei com o meu amigo ex-Ministro Wagner e com uma funcionária que esteve aqui, eu não lembro o nome dela, do BNDES.



Os senhores estão há mais de 20 anos no banco. Nesse período — e o banco está vivo há 60, não é? Criado —, eu gostaria que os senhores comentassem como é que os senhores, internamente, no banco, como funcionários antigos, escolhidos da forma como foram, como é que os senhores estão convivendo dentro do banco. Como é a aceitação de o banco estar tão mal falado como está, de 5 ou 6 anos para cá? Não existia isso. Por que é que está existindo?

E a minha experiência pessoal, nestes anos aqui de Casa, é de que quando se instala uma CPI é porque a coisa está no estágio derradeiro. Não subestimem a sociedade e a imprensa quando se instala uma CPI ou se exige que se instale uma CPI no Congresso Nacional. Eu disse isso para que os senhores não se envergonhem, ou não se culpem depois de não se ter rebelado. Há algumas coisas que fatalmente passam. Eu também sou técnico. Eu não vim para cá como político, não. E hoje eu tenho dúvidas. Eu tenho, não; a sociedade tem. Eu vou usar uma expressão que o Sr. Júlio César usou, do comitê que faz a escolha, que faz a escolha do desenvolvimento que é feito, do MDIC e do Ministério da Ciência e Tecnologia, como também nas privatizações dos fundos de pensão pensaram: *“Aí, olhem, há sistemas em que nós podemos investir ou promover o desenvolvimento. É no setor de energia? É. É no setor de transportes? É. É no setor de comunicação? É”*. E assim, hoje estão investindo nas eólicas.

Mas o que se passa aqui, Dr. Júlio e Dr. Roberto? Não queiram pensar que o banco vai sair ileso disso, porque não vai. Eu conheço todos os ex-diretores. Francisco Gros é meu amigo pessoal. Todos. E acho que o Dr. Luciano Coutinho também — acho, não, tenho certeza — é um técnico competente. Mas vamos fazer algumas análises aqui, e depois eu vou descer a um detalhe menor, para que os senhores pensem, para nós explicarmos.

Obviamente o banco cresceu, como tudo cresceu no Brasil. Os números do Brasil são formidáveis, dado a um programa sério de equilíbrio fiscal iniciado entre 1997 e 1998 e seguido no primeiro mandato do Presidente Lula, com galhardia, pelo Ministro Palocci, quando chegou a 3,5% o superávit. Depois, o segundo mandato do Presidente Lula e o primeiro mandato da Presidente Dilma foram um desastre, no sentido do equilíbrio fiscal.



Como o BNDES saiu de 200 bilhões, 190 bilhões, para 600 bilhões, quando tinha 30 bilhões, ou 17 bilhões, de empréstimo, e hoje tem 200 bilhões de empréstimo, as coisas mudaram; ou seja, engorda a vista. Antigamente, de 1999 a 2006, os Estados Unidos tinha o maior valor de percentual de financiamento do BNDES, 10,6 bilhões; os Países Baixos, 1,3 bilhão; e os outros todos, Polônia, Itália, Canadá, um pouco da Argentina, um pouco do Chile, 15,6 bilhões. Hoje, a carteira do BNDES, de 2007 a 2014, é Angola, 3,346 bilhões.

Eu queria fazer uma relação, e queria inclusive que os senhores nos informassem de que forma foram investidos recursos nos Estados Unidos, se era para haver um ajuste, uma ajuda ao Brasil quanto a bens manufaturados, se isso pode ser verdadeiro, porque aqui embaixo não houve nada disso. Angola recebeu 3,3 bilhões, Estados Unidos continuou com 3 bilhões, reduziu muito, e a Argentina recebeu quase 3 bilhões. E aí eu pergunto também aos senhores, sobretudo em relação à Argentina e à Venezuela, se não há certo incômodo dentro do banco, quando há 15 anos, há 20 anos que se pede o metrô de Salvador, o metrô de Belo Horizonte, o metrô de Porto Alegre, o metrô de Curitiba, a expansão de outras linhas, no Rio veio atrasado também o metrô, e nós financiamos cinco ou seis linhas em outros países com riscos talvez maiores do que no Brasil e deixamos as daqui de lado.

Então, Venezuela, 1,6 bilhão; República Dominicana, quase 1 bilhão; Cuba, quase 800 milhões; Peru... E assim vai. O valor é mais ou menos o mesmo, de 16 bilhões, em períodos diferentes, mas o valor é mais ou menos o mesmo. Isso é para situar esse processo.

Agora vou descer aqui, no varejo, a uma área que eu conheço relativamente bem, e que o objeto desta CPI é tentar ver se esses campeões... O que não fomos nós que dissemos, não; a sociedade é que disse, e a imprensa indicou, também notificou que foram escolhidos alguns empresários, algumas empresas para serem líderes de investimento, e nós atestamos isso. Eu vou começar do caso menor. Eu vi a COONAI, que era uma cooperativa de laticínios que tinha o leite Nilza, eu a vi agonizando, quebrando, e quebrou, e não conseguiu um vintém do BNDES. Vivi isso pessoalmente. Daí, no outro dia, um empresário comprou, os senhores puseram 35% de capital nessa empresa! Ninguém entendeu isso, ninguém vai entender. E ela





quebrou logo em seguida. E aí a notícia, a notinha é assim: isso não corresponde a quase nada, porque é firula dentro banco. Mas o banco entrou com 35% de sociedade assim: “Tome!”, na hora, 110 milhões — não é dinheirinho de pinga, não! —, para o setor que eu conheço.

Aí a LBR nós negociamos com a Parmalat, mas antes da Parmalat, a empresa mais competente do Brasil, lá do Paraná, foi comprada pela LAEP, que depois virou Parmalat, e também quebrou logo em seguida. Depois a LBR pegou a Laticínios Bom Gosto e a Leitbom por 700 milhões, e os senhores foram sócios até a cabeça, e aí dizem o seguinte: *“Foi uma falha de diagnóstico”*, mas o banco está sempre diagnosticando errado! Diagnosticou no caso da Nilza, diagnosticou no da Leitbom, que já vinha da Batavo, que era o insucesso da outra empresa. Aí eu começo a ter preocupação com a qualidade de decisão do banco, coisa que eu não tinha nunca, pelo alto índice de competência técnica dos senhores.

E volto aos campeões, porque para a Vigor, que é da JBS, o que pouca gente sabe, autoriza mais um financiamento 150 milhões — esse é o valor de agora, de 2014, de dezembro —, dizendo o seguinte: *“Empresa de lácteos da JBS autorizou o financiamento no BNDES de mais de 150 milhões, conforme protocolado ontem pela Vigor na Comissão de Valores Mobiliários. Apesar de não especificar o que fará com os recursos que serão obtidos pelo BNDES, a Vigor tem planos de retomar a aquisição”*. Muito bem, nesse mesmo período a Vigor assume, compra a Itambé, que era a maior do Brasil, por um valor de 410 milhões. No outro mês, a Itambé passou a viver no céu, porque a partir daí tinha o crédito que não teve nunca.

Então, o que nós estamos dizendo aqui? Eu estou falando de um setor que conheço bem. Não vou falar da carne, porque é tão complicado! E acho que fizeram bem. Eu queria muito que a JBS entrasse no café também, no varejo. E aliás tentamos isso na crise 2009, levei a proposta para o BNDES, para o Dr. Maurício Borges, levei para todos, para o Governador de Minas: querem aproximar o produtor do consumidor? Comprem a Starbucks, porque a ação está em 10% do valor, e ela tem 16 mil lojas no mundo. Mas a proposta nem fez cócegas, talvez por minha incompetência, ou falta de poder de fogo no processo, mas nem mesmo em Jadir, que eu conheço há muitos anos. Essas operações nunca foram positivas.



Então, eu estou levantando esse aspecto porque o pior, o mais mal falado segmento do Brasil era o setor de frigoríficos, não só pela informalidade, mas pelos calotes, e o setor continua mal. Isso é como milagre, é um pouco inexplicável. Não é bom negócio comprar de produtor e abater, não. Toda a pele do Brasil, *wet-blue*, é exportada para a China e volta para cá 5 ou 6 vezes mais cara. Por que é que eles não processam o couro, só exportam o couro, e ficam com resíduo de cromo aqui no processo primário?

Então, eu queria chamar a atenção dos senhores, porque acho que os senhores são, como eu, homens funcionários públicos. O BNDES parece... Eu vou também fazer uma pequena comparação com os senhores: em 2009 nós tivemos um comitê de obras irregulares, aqui na Casa, apontadas pelo TCU. Nós conseguimos acertar com quase todas as empresas. Chegou a hora da PETROBRAS, ela estava acima do bem e do mal, numa postura mais ou menos como esta que nós temos ouvido do BNDES: não, é porque a planilhas têm confidencialidade, porque é isso, porque há aquilo... Conclusão: o petrolão está aí, na REPAR, em todas as três, dando o maior problema e desgaste.

Acabaram com a PETROBRAS. Não deixem acabarem com o BNDES.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. a explanação, sempre muito pontual e muito profícua, Deputado Carlos Melles, e passo a palavra ao Sr. Júlio César para suas considerações finais, e na sequência ao Sr. Roberto.

**O SR. JÚLIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO** - Deputado Carlos Melles, muito obrigado. Muito respeitosamente, o senhor comentou e abordou questões para mim, pessoalmente, muito caras, não é? Eu tenho 22 anos de banco, como eu disse anteriormente, e este talvez seja o momento mais importante desse meu tempo de BNDES, porque é o momento em que nós precisamos mostrar a seriedade, a forma como a instituição trabalha, num momento de muita descrença na capacidade de construir instituições sérias, não é? Tudo que eu posso fazer diante da sociedade brasileira, na oportunidade que os Srs. Deputados concedem ao BNDES aqui, hoje, é dar meu testemunho pessoal, dar meu testemunho pessoal. Eu entrei no banco garoto ainda, com 22 ou 23 anos. O BNDES tem sido a forma que eu tenho de executar o meu serviço de servidor público, não é? Tenho procurado fazê-lo, e



observo, nos 2.500 funcionários que entram no banco — foi uma pergunta muito boa a que a Deputada Cristiane fez anteriormente — percebo um senso de missão. Por que é que têm um senso de missão? Porque nós temos o privilégio de dar significado ao trabalho que nós temos. O BNDES existe para ajudar a melhorar o Brasil. Em última instância, é para isso que nós existimos. E eu quero dizer, é o meu depoimento pessoal: é óbvio, nós estamos vivendo o momento talvez mais importante do banco, um momento em que há muita descrença na capacidade de construir instituições sólidas, firmes e com processos que as protejam. Tudo que eu procurei testemunhar aqui, sob o compromisso da verdade que me foi colocado, e a verdade sempre orientou a minha vida pessoal, foi o testemunho do que eu observo e é minha prática diária há mais de 20 anos dentro do banco. Nós estamos vivendo um momento difícil, e esta CPI é um momento importantíssimo, grave, na história do BNDES e na minha carreira. Talvez seja hoje um dos dias mais importantes destes 22 anos da minha vida. E eu posso dizer para o senhor que, dado todo o meu histórico e tudo que eu observo, tudo que eu posso fazer é procurar esclarecer e demonstrar para a sociedade brasileira a capacidade que o Brasil teve, em particular as pessoas que me antecederam e antecederam Zurli. São 5 mil pessoas nos que antecederam ao longo de 60 anos, pessoas ilustres, que construíram uma instituição sólida e respeitada fora do Brasil. Nós estamos vivendo um momento de desconhecimento, de desconhecimento. Nós estamos vivendo um momento de mudança até na prática da sociedade. E o banco está aqui para prestar todos os esclarecimentos, sermos questionado de maneira dura pelos Srs. Deputados e nós respondermos. É nossa obrigação, e nós vamos fazer isso. A respeito, especificamente, Deputado Melles, da questão do leite, eu comentei anteriormente que esse é um setor — que o senhor conhece muito, eu sei que o senhor conhece muito —, é um setor que talvez seja um dos últimos segmentos do agronegócio brasileiro em que falta dar um salto, um salto de produtividade, um salto de melhoria, de forma a colocar a questão do leite do Brasil no mesmo patamar de outras culturas, em que nós temos posição de liderança de competitividade, que foi construída. Isso envolve um esforço que vai desde a base, do produtor, até os outros elos da cadeia. Nós temos problema também de informalidade. São várias as notícias que chegam de adulteração, nós sabemos disso, não é? E de problemas na



própria organização dessa cadeia. O BNDES, ao fazer um investimento como esse, quando utilizou o capital em alguns investimentos, como o senhor comentou, procurou, a partir da avaliação que fez, colocar-se a serviço da melhoria dessa cadeia, tentar melhorar a relação com o produtor, tentar levar técnicas; nem vou falar de tecnologia, mas de técnicas. Muitas vezes é questão, o senhor sabe disso, de resfriamento, da forma como o leite é transportado. Então, eu queria reafirmar aqui que o BNDES tem o compromisso e vai manter o compromisso de melhoria desses setores, não é? O banco, nesses casos aqui, emprestou o melhor da sua competência para fazer essas avaliações. Havia questões específicas aqui, desafios que são próprios da atividade de capital de risco e que não se verificaram, ante a expectativa inicial técnica do banco. Agora, o mais importante reafirmar aqui é que para nós, na visão do banco, é importante que esse setor receba atenção, atenção de política pública, atenção de instituições como o BNDES também, nos financiamentos e na melhoria das relações, para que nós tenhamos ganho de produtividade. Não sei se o senhor estava aqui na hora em que eu mencionei, Deputado, acho que sim, mas vou repetir: nós temos levantamentos das consultorias do setor; a mais importante — eu não vou mencionar aqui o nome, mas o senhor certamente sabe qual é — registra que, para um ganho de 1%, duplica a renda. Então, se nós elevássemos a produtividade ao padrão médio, seriam 4 vezes mais renda na cadeia inteira. Nós precisamos dedicar-nos a aumentar essa produtividade. Nós temos de dar atenção a isso. É o que eu tinha a comentar, Sr. Presidente. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, e indago se o Deputado Carlos Melles está satisfeito.

Vou passar a palavra ao Sr. Roberto Zurli, para que possa fazer as suas considerações finais também.

**O SR. ROBERTO ZURLI MACHADO** - Obrigado, Sr. Presidente. Eu vou procurar ser breve, dado o adiantado da hora. Eu corroboro a explanação de Júlio. Assim como ele, eu tenho mais de 30 anos de BNDES. O BNDES sempre teve uma reputação muito sólida, até em função, recentemente, do crescimento do banco, e diante de uma situação econômica não favorável do País há uma questão de imagem que... E a própria CPI é um pouco o resultado disso. Eu encaro a CPI como



uma oportunidade de nós esclarecermos, trabalharmos em prol da imagem de uma instituição em que nós acreditamos, e nós trabalhamos pela sustentabilidade dela, com a missão de desenvolvimento do País. Então, esse é o nosso dia a dia, e o que eu posso dizer é que eu percebo nos funcionários do BNDES uma coesão muito grande neste momento, todos procurando, de forma cooperativa, buscar informações, o que é um trabalho importante, para arregimentar todos os dados que são solicitados. São toneladas de informações. Então, há um esforço muito grande, e o banco está fazendo todo esse esforço para dar todas as informações. Então, há esse sentimento de... Por outro lado, é uma situação constrangedora num certo sentido, mas é também uma situação de orgulho, porque eu vejo a coesão, o espírito que essa empresa tem, dos seus funcionários, e isso deixa-me orgulhoso. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Sr. Roberto Zurli Machado, Diretor de Infraestrutura e Insumos Básicos do BNDES. Agradeço ao Sr. Júlio César Maciel Ramundo, Diretor da Diretoria Industrial, Capital Empreendedor e Mercado de Capitais do BNDES. Agradeço à assessoria, à imprensa a participação, às Sras. e Srs. Parlamentares, e vou dividir uma informação com V.Exas. a respeito da nossa pauta da próxima quinta-feira.

Nós aprovamos, deliberamos, pela vontade da grande maioria das Sras. e dos Srs. Parlamentares, a vinda do Sr. Dalton Avancini na próxima quinta-feira. Porém, nós não tivemos ainda, até o momento, a liberação por parte da Justiça com relação à vida dele até aqui. Ele encontra-se em prisão, prisão domiciliar, mas encontra-se preso. Por isso, nós estamos substituindo o Sr. Dalton Avancini pelo Sr. Roberto Graciano Russo, que é ex-Presidente do Frigorífico Independência. É um assunto bastante debatido hoje nesta Casa, por conta da falência desse frigorífico.

Mas nós não vamos desistir de cumprir a decisão da maioria dos Parlamentares, que é a vinda do Sr. Dalton Avancini. Então, nós vamos continuar solicitando à Justiça brasileira que o libere para que ele possa prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Agradeço a participação aos Srs. Parlamentares, às assessorias e aos demais presentes.



Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião, antes convocando nova reunião para terça-feira, dia 24 setembro, às 9h30min, em plenário a ser definido, para que possamos ouvir o Sr. Roberto Graciano Russo.

Está encerrada a presente reunião. Muito obrigado pela presença. Que Deus abençoe cada um e a todos.